



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS

“FORMAR COMANDANTES. PROTEGER A SOCIEDADE”.
Concepções de formação do curso de oficiais da Academia Policial
Militar Tiradentes de Palmas em relação à formação humana.

PALMAS-TO
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

DOSAUTOMISTA HONORATO DE MELO

“FORMAR COMANDANTES. PROTEGER A SOCIEDADE”.
Concepções de formação do curso de oficiais da Academia Policial Militar
Tiradentes de Palmas em relação à formação humana.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Educação

Banca examinadora

Isabel Cristina Auler Pereira – UFT (Orientadora)
Doutora em Educação – UFBA

Maria José de Pinho – UFT
Doutora em Educação – PUC/SP

Tânia Suely Azevedo Brasileiro – UFOPA
Doutora em Educação – Universidad Rovira i Virgili

Jocyléia Santana dos Santos
Doutora em História/UFPE

AGRADECIMENTOS

- A Deus por sua excelsa sabedoria e pelo zelo com que conduz a cada um de nós nesta imensa aventura que é a nossa vida.

- Manifesto um especial agradecimento à Professora. Dr.^a Isabel Cristina Auler Pereira, educadora dedicada que há muitos anos vem plantando a semente do conhecimento no coração de muitas pessoas nestas paragens do Tocantins. Como minha orientadora nesta pesquisa agradeço imensamente pelo apoio, paciência, compreensão e por acreditar na conclusão deste trabalho.

A todos os professores do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – PPGE –UFT.

Aos nossos colegas do Programa que são pioneiros e estão abrindo caminhos para novas turmas de Mestrado Acadêmico em Educação na UFT. O convívio que tivemos guardarei para sempre no coração. Saibam que onde quaisquer de vocês estiverem lá estarei também em pensamento.

À Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), Corporação de relevante interesse social, a qual sirvo há 22 anos e tenho orgulho de pertencer aos seus Quadros.

Ao Coronel QOPM Marcelo Falcão Soares, Oficial da PMTO que sempre me apoiou, acreditou e incentivou a continuar os meus estudos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Oliveira de Melo e Olga Tereza Honorato de Melo (in memoriam) por acreditarem no poder transformador da educação, pois, desde a tenra infância aconselhavam os seus filhos a buscarem o conhecimento como o maior tesouro na vida.

À minha companheira Luzinete Nunes de Brito, a qual sempre me incentivou a realizar este trabalho, mesmo nos momentos em que furtei-me de estar ao seu lado, e foram inúmeras vezes.

Aos meus filhos, Rhuan de Melo Honorato Nunes, Esther de Melo Honorato Marinho e Jhulia de Melo Honorato Nunes, pois, foram a minha inspiração na realização deste trabalho como forma de dar o exemplo a cada um deles.

EPÍGRAFE

A educação deve conduzir à “antropo-ética”, levando em conta o caráter ternário da condição humana, que é ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie. Nesse sentido, a ética indivíduo/espécie necessita do controle mútuo da sociedade pelo indivíduo e do indivíduo pela sociedade, ou seja, a democracia; a ética indivíduo/espécie convoca, ao século XXI, a cidadania terrestre. (MORIN, 2000, p. 16).

RESUMO

MELO, DOSAUTOMISTA HONORATO DE. “Formar comandantes. Proteger a Sociedade”. Concepções de formação do curso de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes de Palmas em relação à formação humana. 2014. 154 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Tocantins, Palmas/ TO, 2014.

A Dissertação está vinculada à ‘linha de pesquisa’: Currículo, formação de professores e saberes docentes, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins. O objeto de estudo da presente pesquisa está focado nas concepções de educação profissional policial militar do curso de formação de oficiais – CFO da Academia Policial Militar Tiradentes (APMT) em Palmas e suas relações com a formação humana. Sendo a polícia militar parte integrante da sociedade, pesquisou-se o “quantum” das concepções de formação humana existe no currículo da APMT, no caso do presente estudo, no curso de oficiais na instituição referenciada, a qual oferta o ensino superior de graduação (Bacharelado em Segurança Pública). O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as concepções dos componentes curriculares, habilidades e competências presentes no projeto pedagógico do curso de formação de oficiais da APMT em relação à formação humana. Para tanto, buscou-se compreender as concepções de formação da matriz curricular do CFO no que diz respeito à formação integral (Paideia), identificando os componentes, habilidades e competências respectivas, mormente os seus desdobramentos no perfil Profissiográfico do oficial egresso da APMT (Bacharel em Segurança Pública). A relevância da pesquisa reside no fato de que a formação do policial militar é preponderante para que este ofereça à sociedade um serviço de qualidade, principalmente durante a sua atuação nas ruas, ou seja, no exercício da atividade operacional. Ressalta-se ainda que a polícia militar tem uma função social muito importante, pois, trata diretamente com o cidadão, no campo em que a Constituição Federal denomina de preservação da ordem pública. A dissertação é resultante de pesquisa bibliográfica e documental, de cunho analítico descritivo. Está embasada teoricamente nos principais autores: Jaeger, (2001) Formação humana, desenvolvimento, educação clássica; Monroe, (1905) Educação Clássica, Educação na Idade Média, Educação na Idade Moderna; Le Goff, (2011) Idade Média, Nascimento das Universidades, Currículos; Cambi, (1999) História da Pedagogia, ênfase na educação na Idade Moderna e Teorias Educacionais no século XIX e XX; Durant, (1994) Formação humana, educação no período da Reforma (Igreja); Foucault, (1984) Elementos de Poder, Hierarquia do Estado, Funções Sociais; Saviani, (2012) Desenvolvimento da Educação no Brasil; Morin, (2000, 2003) Bases Educacionais para o século XXI; Le Boterf, (2003) Educação Profissional. Também foi realizada pesquisa documental tendo por base a matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública (SENASP, 2008) e a matriz curricular do Curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes. Com vistas a se entender os princípios pedagógicos do CFO, foi realizada análise dos aspectos curriculares do curso e do perfil Profissiográfico exigido ao Oficial do QOPM (Quadro de Oficiais Policiais Militares) pela Polícia Militar do Estado do Tocantins. As considerações finais indicam que o currículo do CFO apesar de possuir elementos que integram as concepções de formação humana, estes não são suficientes ao ponto de permitir ao profissional policial militar compreender o outro a partir de si mesmo (conviver com outros).

Palavras-chave: Formação policial militar. Formação profissional. Política pública.

ABSTRACT

MELO, DOSAUTOMISTA HONORATO DE. "Graduate commanders. Protect society "Conceptions of formation of the official course of Military Police Academy Tiradentes in Palmas in relation to human formation. 2014. 154 p. Dissertation (Master Scholar in education) Post- Graduate program in Education. Federal University of Tocantins, Palmas-TO, 2014.

The Dissertation is linked to the ' research line ': Curriculum, teacher training and knowledge teachers, from Post- Graduate Program in Education of the Federal University of Tocantins.

The object of study of this research is focused on the conceptions of military officer vocational education training course for officers - TCO of the Military Police Academy Tiradentes (MPAT) in Palmas and its relations with the human formation. Alike the Military Police an integral part of society, researched the "quantum" of conceptions of human formation exists in the curriculum of MPAT, in the case of this study, the official course at the institution referred, which offer higher education of undergraduate (Bachelor of public security). The overall objective of this research was to analyze the conceptions of the components, skills and competencies of the array of curricular training course for officers of the MPAT regarding human formation. For this purpose, its researched understand the conceptions of formation of curricular matrix of the TCO with regard to integral formation (Paideia), identifying the components, skills and competences, in particular their implications on the Professional profile of the egress of MPAT Officer (Bachelor of public security). The relevance of the research support it in the fact that the formation of the military police is preponderant to offer society a quality service, especially during his performance on the street, that is, in the exercise of operational activity. It should be noted that the military police has a very important social function, therefore, deals directly with the citizen, in the field where the Federal Constitution calls for the preservation of public order. The Dissertation is a result of documentary and bibliographical research, analytical descriptive of nature. Is theoretically based on the main authors: Jaeger, (2001), human development training, classical education; Monroe, (1905) classical education, education in the middle ages, education in modern age; Le Goff, (2011) middle ages, birth of universities, resumes; Cambi, (1999) the history of pedagogy, emphasis on education in the modern age and educational theories in 19th and 20th century; Durant, (1994) human training, education in the period of the reformation (Church); Foucault, (1984) elements of power, hierarchy of the State, social functions; Saviani, (2012) development of education in Brazil; Morin, (2000, 2003) Educational Bases for the 21st century; LE BOTERF, (2003) Professional Education. Also conducted documentary research based on the national curriculum matrix for formative actions of the professionals in the area of public security (SENASP, 2008) and the curricular matrix OFC – MPAT. In order to understand the pedagogical principles of the TCO, analysis was performed between the curricular aspects of the course and the Professional Profile required the officer of GPMO (Group of Military Police Officers) by the military police of the Tocantins State-MPTS. The final considerations has indicated that the curriculum of the TCO despite having elements that integrate the conceptions of human formation, these are not sufficient to enable the professional military police understand each other from yourself (live with others).

Keywords: Military police training. Vocational training. Public policy.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Academia Policial Militar Tiradentes (APMT)

Comando de Operações Especiais (COE)

Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPAMA)

Curso de Formação de Oficiais (CFO)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Ministério da Justiça (MJ)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Polícia Militar (PM)

Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO)

Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM)

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Estratégia Educativa Profissional
Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO
- Figura 02 - Hierarquia na PMTO.
- Figura 03 - Organograma dos círculos hierárquicos – PMTO, 2014.
- Figura 04 - Representações da disciplina militar.
- Figura 05 - Cursos realizados na APMT 1998-2013.
- Figura 06 - Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Estrutura Curricular e Carga Horária -CFO I)
- Figura 07 - Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Estrutura Curricular e Carga Horária -CFO II)
- Figura 08 - Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Estrutura Curricular e Carga Horária - CFO III)
- Figura 09 - Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Resumo a respeito da oferta do CFO pela APMT).

SUMÁRIO

MOTIVAÇÕES.....	10
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO HUMANA.....	23
1 A antiguidade grega: a Paidéia.....	23
1.1 As diferentes concepções de educação na Grécia antiga.....	29
1.2 Concepções de educação na Idade Média.....	38
1.3 Da idade da razão a concepções diversas validadas pela sociedade.....	45
1.4 A concepção produtivista e novos enfoques educacionais.....	52
CAPÍTULO II	
ORIGEM E CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR.....	66
2 A Polícia Militar no Brasil.....	66
2.1 A Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO.....	68
2.2 Etimologia das polícias militares e formação nas academias de Polícia Militar.....	69
2.3 O aprender a conviver.....	72
2.4 O conhecimento pertinente.....	74
2.5 A formação inicial e continuada do policial.....	76
2.6 O conhecimento teórico e as representações práticas da formação.....	83
2.7 Os conhecimentos do ambiente de atuação e procedimentais.....	86
2.8 O conhecimento empírico.....	88
2.9 Reflexão na ação.....	90
2.10 Conhecimentos cognitivos.....	92
2.11 A combinação dos conhecimentos.....	94
2.12 A hierarquia e a disciplina militar.....	97
CAPÍTULO III	
CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR TIRADENTES DE PALMAS (APMT): CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.....	109
3 A matriz curricular nacional da SENASP.....	109
4 A formação na Academia Policial Militar Tiradentes (APMT).....	114
4.1 Princípios do ensino na APMT.....	116
4.2 O currículo do curso de Formação de Oficiais da APMT.....	119
4.2.1 Eixo Fundamental.....	123
4.2.2 Eixo Profissional.....	124
4.2.3 Eixo de atividades complementares.....	124
4.3 A análise dos eixos formativos.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
ANEXOS.....	146

MOTIVAÇÕES

Oriundo de família rural no interior do Estado do Tocantins (Goiás à época), fui agraciado com a luz deste mundo no dia vinte e um de janeiro de mil novecentos e setenta e três. Meu nome, pré-definido por minha genitora, seria Sebastião caso tivesse nascido 05 minutos mais cedo, ou seja, no dia 20/01, data em que se comemora o Santo de nome homônimo do qual minha mãe era devota. Ela da mesma forma, em homenagem ao seu Santo predileto havia se casado com o meu pai no dia 20/01 quatro anos antes em 1969. Como nasci no dia 21, resultou então o nome que eu seria batizado, definido e criado por meu pai o Sr. Zé de Melo. Fui educado em uma família tradicional, daquelas em que a “transmissão” de valores acontece de forma natural e que desde cedo os filhos são inseridos dentro dos valores cultuados de geração em geração, principalmente os valores das famílias rurais das décadas de 60, 70 e 80. A obediência aos pais, aos mais velhos, aos adultos, aos parentes e aos conhecidos da vizinhança representavam os primeiros aprendizados sobre a importância de se respeitar os que vieram antes de mim.

Neste contexto, criado juntamente com meus irmãos, percebi desde cedo o valor de dois preceitos básicos: a hierarquia e a disciplina. A hierarquia era levada muito a sério, a título de exemplo, as crianças jamais podiam tomar a refeição na mesma mesa dos adultos; uma criança jamais poderia “intrrometer-se” nas conversas dos adultos e tampouco opinar sobre elas, pois, *“em conversa de adulto, criança apenas observa”*, como dizia minha mãe em certa ocasião para mim, logo após repreender-me devido a eu ter cometido este “deslize”. Prossegue ainda no caso da hierarquia, o posicionamento de um adulto sobre determinado tema era tido como “pronto e acabado”, não havia questionamento, pois, independente de qualquer coisa, o adulto é preparado para se posicionar sobre o assunto, e então não havia abertura para “meninos” ficarem fazendo tais questionamentos, pois, com certeza os questionamentos dos pequenos não teriam fundamento. São muitas outras situações que poderia elencar sobre a relação de hierarquia na família, mas acredito que estes exemplos bastam para situar o contexto de uma educação que prezava pela “transmissão de valores”.

No caso da disciplina, na família em que fui criado, era dever de ofício dos mais novos a obediência aos mais velhos independente do grau de parentesco ou ainda se

tratasse de uma pessoa que acabara de conhecer. O gesto que representava bem esta disciplina era a “tomada da benção” dos mais velhos. Sempre que avistava um adulto pela primeira vez do dia, era obrigatório tomar-lhe a benção estendendo a mão em sinal de respeito. O adulto por sua vez respondia a esta saudação com um “Deus lhe abençoe”. Antes de ser uma liturgia religiosa, tal gesto encerrava o respeito da criança pelo adulto. Tal fato incutia nos pequenos enquanto criança, desde cedo, que na vida, nas relações sociais, o respeito aos que vieram antes era um dever incomensurável. Tais atitudes de respeito tinham um objetivo de contribuir na formação de homens e mulheres para serem cidadãos de bem e responsáveis dentro do contexto aceito e replicado na sociedade da época.

A disciplina era tão forte ao ponto de que os irmãos mais novos deviam obediência ao primogênito. Estas relações de poder, de hierarquia e disciplina, muito influenciaram na formação dos meus valores e do meu caráter como pessoa. Desde muito cedo entendi muito bem que deveria trabalhar para ser um adulto socialmente produtivo, constituir família e realizar o bem às pessoas. Mudei-me para a cidade no ano de 1980 e iniciei os estudos em escola privada, pois, apesar de terem apenas o ensino primário, meus pais tinham noção de que para os filhos vencerem na vida deveriam estudar em escola “boa”, e já àquela época sabiam que a escola pública era “fraca” como dizia minha mãe. Inclusive tive que mudar para uma cidade maior, pois, a que era bem próxima da fazenda do meu pai “não tinha condições de dar uma boa educação aos filhos” afirmava meu pai, convicto de que deveria mudar a família para a cidade, e ele ficar “na roça”. Desta feita, com muito sacrifício financeiro dos meus pais, o meu ensino colegial foi quase todo realizado em escolas privadas.

Os valores que aprendi desde a tenra infância, tenho certeza, influenciaram na escolha da minha profissão como militar. Isto coadunou com o desejo do meu pai que gostaria de ver pelo menos um dos seus filhos como militar. Quando criança eu pensava em entrar nas Forças Armadas, mais especificamente no Exército Brasileiro. Quando cresci compreendi que a melhor forma de trabalhar junto à sociedade era através da polícia militar. Há vinte e três anos fiz concurso para soldado da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO. O início do que escolhera como profissão estava sendo trilhado. Logo após não fiquei muito tempo como soldado, fiz novo concurso e consegui formar-me como sargento na Polícia Militar do Estado de Goiás.

Nesta graduação fiquei aproximadamente por quatro anos. Quando houve abertura do concurso para oficiais, resolvi encarar este novo desafio e logrei êxito sendo aprovado e designado para realizar o curso em Belo Horizonte na Polícia Militar de Minas Gerais. Quatro anos mais tarde iniciei a carreira como oficial da PM.

Desde a época em que iniciei minha carreira como Praça¹ até os dias atuais tenho prezado por meus valores como pessoa e internalizado os valores da Corporação, que podemos resumir no slogan “servir e proteger”. Servir e proteger são a base epistemológica da polícia militar. A atribuição constitucional da PM é realizar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública através das variáveis do seu emprego quais sejam: efetivo, processos, modalidades, tipos, circunstâncias, suplementações, forma, lugar, desempenho e duração. Para realizar de forma satisfatória este relevante serviço de segurança pública, necessário é que a polícia militar desenvolva estratégias de formação profissional dos policiais militares de modo a convergir para o bem comum, tanto do policial quanto da sociedade.

A formação policial militar possui regras peculiares, é detentora de regulamentos específicos que só aos militares cabem ser aplicados; possui legislação penal e processual penal diferente da que estão sujeitos os demais cidadãos, pois, os militares são regidos por códigos próprios. O corolário de atribuições e responsabilidades dos policiais militares possui uma “mística” própria. Tal situação fez com que na Constituição Federal de 1988, fosse atribuída a competência exclusiva de realizar o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública (BRASIL, 1988, CF, art. 144, inciso V § 5º).

Bem antes de ingressar na carreira militar já me instigava o modo de formação destes profissionais que geralmente são os primeiros a chegar a um evento onde há grande aglomeração de pessoas, são os últimos a saírem e são os primeiros a serem criticados quando algo de “errado” acontece durante a resolução de uma ocorrência policial. A partir do momento que me tornei um destes “incompreendidos” pela sociedade, passei a interessar-me com mais afínco pela formação dos policiais militares no Estado do Tocantins. Em vários momentos tive oportunidade de ser docente em

¹ Como são chamados os policiais militares que possuem graduação do Soldado ao Subtenente.

curso realizados pela PMTO, e concomitante a isto também pode ser responsável diretamente pela formação de policiais militares, sejam praças ou oficiais.

Sou tenente-coronel do quadro de oficiais combatentes, oficial superior da Polícia Militar do Tocantins. Além da formação humanística em outras áreas, sou Bacharel em segurança pública pela academia da polícia militar de Minas Gerais desde 2001. Docente em cursos de formação, habilitação e aperfeiçoamento de policiais militares da - PMTO desde 1996. Atualmente exerço a função de subcomandante da Academia Policial Militar Tiradentes - APMT e fui professor do recente curso de formação de soldados da PMTO.

Assim, durante minha trajetória como policial militar e educador, surgiu em mim a necessidade de pesquisar sobre as concepções de formação policial militar em relação à formação humana, pois, como a polícia militar é parte da sociedade, é oportuno sabermos quais concepções se assentam a episteme formativa destes profissionais, mais especificamente a formação presente nos currículos de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes – APMT em Palmas-TO.

INTRODUÇÃO

O ato de educar e a educação como um todo estão absorvidos nos fatores que exteriorizam a prática social em uma determinada comunidade. Ao se referenciar que ninguém está alijado do processo educacional, tem-se como fator decorrente que a educação se manifesta de forma obrigatória em cada um de nós, seja como pessoa ou como cidadão. Decorre disto que o contexto educacional é uma constante nas sociedades de forma indistinta: cada sociedade possui uma educação, e esta é fruto das concepções culturais pelas quais esta sociedade torna as relevantes como tal.

Fatores formais e informais compõem a educação. Assim, muito antes dela ser sistematizada e pensada como disciplina, ela, sem a permissão de nenhum teórico, já se apresenta como prática social incrustada no ser humano. Desde os tempos adâmicos quando no Jardim do Éden Deus proibiu ao homem que comesse a fruta do conhecimento do “bem e do mal”, ali já havia um processo educacional em curso, pois, o ato de proibir que tocasse na “fruta proibida” encerrava uma lição a respeito do que é certo ou inconveniente. Estes fatores demonstram as regras de convivência a que o homem estava sujeito a partir de então. Partindo da mesma similitude a educação pode ser referenciada como uma regra de convivência social, presente em todos os setores da vida do ser humano.

A preocupação com a formação integral do homem remonta os primórdios da Grécia Clássica. Para se chegar a uma análise conceptual do homem como ser social e espiritual, o ideal grego fundamentava-se na liberdade do homem e na sua interação com a natureza. Sobre a educação do homem a visão de Jaeger (2001, p. 01) é ao mesmo tempo ampla e definida:

Todo povo que atinge certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. Com a mudança das coisas, mudam os indivíduos; o tipo permanece o mesmo.

A educação como uma das vertentes objetivas do desenvolvimento cultural do homem (*homo educandus*) evidencia a necessidade de estarmos atento ao contexto das mudanças. Para que haja desenvolvimento humano deve haver a prática educacional e esta conduz ao desenvolvimento o qual segue seu caminho de forma espiralar.

Feitas as considerações acima sobre primórdios da educação, o presente estudo está pautado na formação profissional em segurança pública, pautado na vertente ostensiva preventiva dos Oficiais formados na Academia Policial Militar Tiradentes – APMT. Por intermédio desta pesquisa, procurou-se compreender as concepções de formação da APMT em relação à formação humana, pois, no senso comum, não raro ouve-se que a polícia é “despreparada” para atuar junto à sociedade, principalmente em situações de conflitos. Se a polícia militar é parte da sociedade, então se pesquisou o “quantum” das concepções da formação humana faz parte da formação na polícia militar, no caso do presente estudo, a formação de Oficiais na APMT em Palmas-TO.

A educação profissional policial militar consiste num emaranhado arcabouço técnico-profissional que está ligado diretamente à sua missão constitucional de “servir e proteger” o cidadão. De relance, quem observa “por fora” pode ter o erro de impressão de que a polícia militar seja um órgão de repressão no qual seus integrantes obedecem cegamente ordens de seus superiores na execução do seu trabalho no dia a dia junto à sociedade. Outro erro de impressão consiste em as pessoas “concluírem” que a polícia militar é composta por pessoas que não tem conhecimento do que fazem. É muito comum vermos nas mídias televisivas e impressas, opiniões de “especialistas em segurança pública” falando sobre temas de interesse policial e que fatalmente estes “especialistas” não são policiais, ou seja, na visão destas pessoas, a polícia não tem conhecimento do que faz, pois, necessário é que alguém alheio à profissão venha definir como a polícia deve trabalhar, como ela deve agir em determinadas situações. Para se falar de medicina, o médico é chamado a fazê-lo; para se falar de astronomia, um físico astrônomo é chamado a fazê-lo. Pergunta-se por que motivo ao se falar de polícia chama-se alguém alheio à atividade policial para fazê-lo? Estranho, mas, tal situação encontra-se permeada de preconceito e não condiz com a realidade das polícias militares que detêm a atribuição peculiar de preservar a ordem pública e a segurança ostensiva preventiva (BRASIL, 1988, CF, art. 144, inciso V § 5º).

A atividade policial militar está repleta de signos e representações que torna o homem que enverga a sua farda “diferente” dos demais profissionais que se vê no dia a dia no rol de profissões. O policial militar responsável que é pelo policiamento ostensivo preventivo fardado, é detentor de parte do Poder do Estado, para, dependendo da situação, restringir direitos, admoestar o cidadão, realizar detenções, aconselhar as

partes em uma determinada ocorrência com vistas a lhes solucionar as querelas, realizar a prevenção criminal simplesmente pelo fato de encontrar-se fardado, portando arma, apito e demais apetrechos, comumente visto nas ruas e em locais de aglomeração de pessoas. A especificidade da atividade em estar diretamente trabalhando com o cidadão, ou seja, em contato direto com a sociedade, nas ruas, faz com que estes tipos sociais desenvolvam uma relação de proximidade que em consequência gera um ou outro fator: ou o policial é temido ou é respeitado pela sociedade. Obviamente em uma Instituição centenária como a polícia militar, é comum que as pessoas que a compõem desejam antes ser respeitado do que ser temido. O respeito institucional é algo que se constrói ao longo dos anos, através de uma proximidade recíproca e se consolida através de cada ação meritória e cada serviço que se presta ao cidadão com eficiência.

A eficiência na prestação do serviço é o produto por excelência que o policial militar deve entregar à sociedade. Para que este produto seja o melhor possível, é imprescindível que o profissional tenha uma formação técnica, uma educação policial que o permita fazê-lo. Este é o ponto nevrálgico de onde emanam as ações que o policial militar exercerá nas ruas em contato com a sociedade. A formação policial militar deve ser voltada, principalmente, aos anseios institucionais e ao mesmo tempo ter um olhar para as necessidades de bem atuar junto ao cidadão. Os saberes-fazeres do policial militar devem englobar as variáveis necessárias à compreensão da dinâmica social, com vistas à resolução de conflitos quando este for acionado via 190 (telefone de emergência da PM) ou abordado diretamente pelo cidadão que necessita de seus serviços.

A Polícia Militar é uma das Instituições permanentes de relevante valor social, constituída e respaldada pela Constituição da República Federativa do Brasil. a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública cabem às Polícias Militares (BRASIL, 1988). Para melhor prestação deste serviço essencial de Estado, cada Unidade da Federação – UF possui sua Corporação Policial Militar regida em primeiro plano pelos ditames da Constituição Federal, pela legislação infraconstitucional e em consonância com as suas Leis Estaduais e outros regulamentos específicos.

No Brasil, a atividade policial militar se assemelha nos seus diversos tipos, processos e modalidades, o que nos permite dizer com bastante propriedade que o

trabalho policial militar é revestido de peculiaridades comuns, claro sem nos esquecermos da cultura regional de cada Corporação.

O serviço policial militar em sua vertente operacional é o que trata diretamente com o cidadão, principalmente no atendimento de ocorrências que irromperam a Ordem pública necessitando que esta seja restaurada no menor tempo possível. O momento de encontro entre o cidadão e o policial militar PM, no atendimento de ocorrências, devido à Polícia Militar se fazer presente na maioria das vezes no “calor dos fatos”, requer do Policial Militar (PM) uma postura equilibrada, serena e segura para resolver estas situações de maneira assertiva, da melhor maneira possível, dentro da Lei.

Para bem prestar o seu serviço à sociedade, necessário é que o policial militar esteja preparado em sua plenitude, possuindo capacidades técnico-profissionais que lhe permitam representar bem a sua Corporação frente aos desafios que se apresentam durante a sua atuação operacional.

Do que se discorreu anteriormente depreende-se a problemática do presente estudo, pois, percebe-se que estudos acadêmicos focados na formação profissional constituem-se numa necessidade contemporânea e possui vieses ligados diretamente aos componentes curriculares ofertados durante a formação profissional policial militar. GATTI (2002, p. 10) diz que “Quem pesquisa procura descrever, explicar ou compreender alguma coisa. É uma das maneiras que nos valem em última análise, em qualquer campo de conhecimento, para solucionar problemas”. Diante de tais evidências partiu-se para o nosso problema de estudo: Quais as concepções dos componentes, habilidades e competências da matriz curricular do curso de formação de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes em relação à formação humana?.

A investigação científica presente justifica-se tendo por escopo a questão problema levantada a qual nos conduz indubitavelmente a alguns questionamentos surgidos acerca da atuação do policial militar nas ruas, ou seja, no exercício da atividade operacional.

É comum a mídia de uma forma geral relatar com bastante ênfase e crítica à atuação policial militar quando acontecem abusos ou ineficácias deixando transparecer para a sociedade em geral que a Polícia Militar é uma Instituição do Estado que não funciona. Sabe-se que em contramão ao que a mídia apresenta, a Polícia Militar tem uma função social muito importante, pois, trata diretamente com o cidadão, no campo

em que a Constituição Federal denomina de preservação da ordem pública. (BRASIL, 1988, CF, art. 144, inciso V § 5º).

O estudo da formação profissional ofertada pela APMT poderá contribuir com a melhoria na prestação do serviço pela polícia militar, pois, por dever de ofício, o policial militar deve possuir preparo técnico-profissional e humano que o habilite a atuar de forma eficaz junto à sociedade. Em fim estes questionamentos nos preocupam e justificam a nossa pesquisa, sobretudo em razão de sermos policiais militares e estarmos de igual forma exposto às mais diferentes situações que se apresentam em nossa atuação profissional. Além disto, possuímos 22 anos de serviço policial militar e a maior parte deles trabalhando na área operacional e na formação/aperfeiçoamento de policiais militares no Estado do Tocantins.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as concepções dos componentes, habilidades e competências da matriz curricular do curso de formação de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes em relação à formação humana. Como objetivo específico tem-se o intuito de conhecer as concepções de formação da matriz curricular do curso de formação de oficiais no que diz respeito à formação integral; identificar componentes, habilidades e competências do Curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes e; por último avaliar componentes, habilidades e competências do curso de formação de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes e seus desdobramentos no perfil Profissiográfico do egresso.

Metodologicamente realizou-se pesquisa bibliográfica tendo por referências autores que tratam sobre a formação educacional do homem de forma ampla, sobre a educação superior e sobre educação profissional. Dentre os principais autores temos: JAEGER, (2001) Formação humana, desenvolvimento, educação clássica. MONROE, (1905) Educação Clássica, Educação Idade Média, Educação Idade Moderna. LE GOFF, (2011) Idade Média, Nascimento das Universidades, Currículos. CAMBI, (1999) História da Pedagogia, ênfase na educação na Idade Moderna e Teorias Educacionais no século XIX e XX; DURANT, (1994) Formação humana, educação no período da Reforma (Igreja) FOUCAULT, (1984) Elementos de Poder, Hierarquia do Estado, Funções Sociais. SAVIANI, (2012) Desenvolvimento da Educação no Brasil. MORIN, (2000, 2003) Bases Educacionais para o século XXI; LE BOTERF, (2003) Educação Profissional. Também se realizou pesquisa documental tendo por base a

matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública (SENASP, 2008) e a matriz curricular do curso de formação de oficiais – da APMT, na busca de compreensão das concepções de formação de ambas as matrizes. Posteriormente, para se entender os princípios pedagógicos do Curso de Formação de Oficiais da APMT realizou-se a análise entre os aspectos curriculares do CFO e o perfil Profissiográfico exigido ao oficial do QOPM (Quadro de Oficiais Policiais Militares) pela Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO.

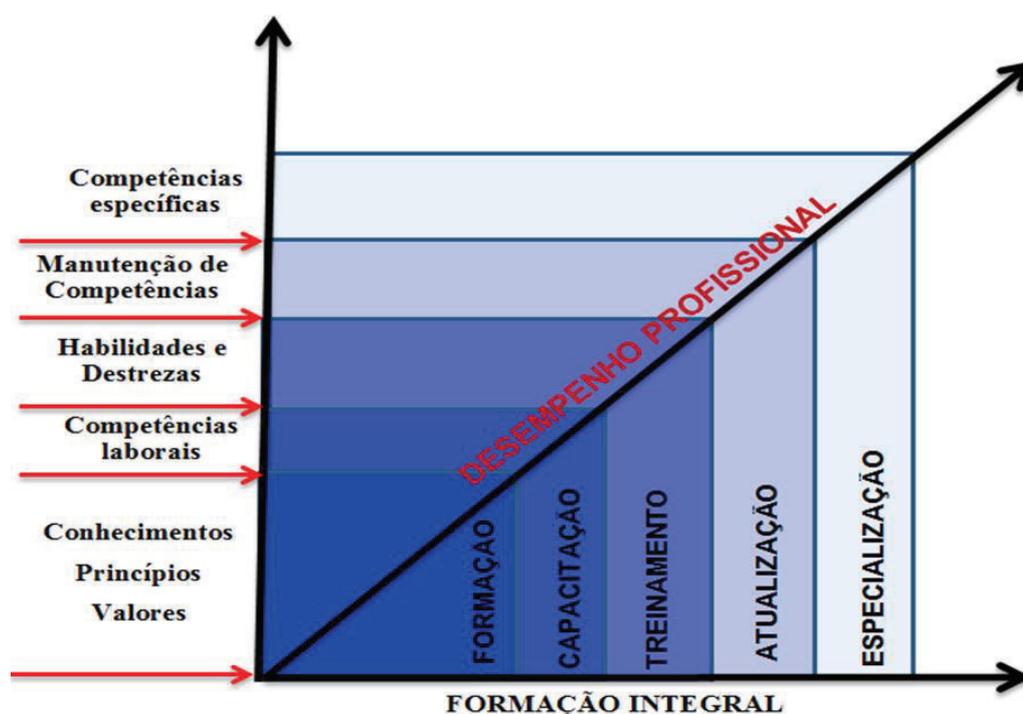
Foram realizados os estudos sobre a Academia Policial Militar Tiradentes – APMT, Instituição de Ensino Superior – IES, que gradua Bacharéis em Segurança Pública, órgão responsável pela oferta do ensino profissionalizante na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO. Foi analisada a Matriz do CFO no período de 2003 até a mais recente matriz aprovada em 2012. Os estudos tratam-se de pesquisa documental e bibliográfica (CERIBELLI, 2003, p. 55) com tratamento qualitativo dos dados. Os estudos foram analisados tendo por base a compreensão do objeto estudado com vistas à maior aproximação com a essência da formação educacional e profissional (TRIVINOS, 2006, p. 43).

Dentro da estrutura hierarquizada da polícia militar a estratificação de atribuições está relacionada diretamente ao grau de responsabilidade que é atribuído a cada um dos seus integrantes. De maneira sucinta, um oficial, por exemplo, um tenente possui maior atribuição do que um soldado, pois, a relação hierárquica lhe proporciona uma ordenação da autoridade que cresce de acordo com o grau hierárquico. Isto importa em dizer que há uma divisão social das atribuições devida a cada um, mas não necessariamente há uma divisão da função social, a qual permanece a mesma, qual seja: policiamento ostensivo preventivo e a preservação da ordem pública. Conhecer as diferenças de atuação destes atores sociais é imprescindível para entendermos a matriz por que permeia a formação do policial militar. Nos estudos aqui propostos deu-se ênfase à função do Oficial Combatente, aquele egresso da APMT e que tem por missão institucional ser o comandante de tropa, o diretor dos diversos órgãos que compõe a polícia militar, em suma, aquele responsável pela formação e pelo emprego dos policiais militares junto ao cidadão nas ruas, exercendo o seu papel constitucional.

Dentro da formação profissional do policial militar, para poder obter a qualificação necessária ao bom desempenho de sua função, é preciso que se tenham

estratégias educativas emanadas da Instituição. As estratégias devem servir de fomento à dinâmica profissional e ao desenvolvimento social. A formação integral deve englobar todos os aspectos relacionados à formação continuada. Sem formação continuada não há que se falar em formação integral. A formação integral que aqui se referencia diz respeito ao conjunto das necessidades prementes e indispensáveis que fazem com que o policial militar preste um serviço de qualidade ao cidadão. A figura 01 mostra a representação do que estamos falando.

**Figura 01 – Estratégia Educativa Profissional
Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO**



Fonte: o Autor.

De acordo com a figura anterior, podemos inferir que a formação integral constitui-se de valores epistemológicos necessários ao preparo técnico-profissional e humanístico do policial militar enquanto agente a serviço do cidadão. A qualificação continuada do policial é o principal elemento representativo que permite alcançar a formação integral. Os aspectos necessários aos saberes-fazeres do policial militar estão além de uma formação que se encerra em um curso realizado por um determinado período de tempo, baseado em uma matriz curricular e que ao final do período do curso o PM obtém êxito ao “formar-se”. Este formar-se é realizado ao longo da vida, pois, a

dinâmica social e as mudanças constantes dos paradigmas representativos da atuação policial militar impõem a necessidade de requalificação profissional.

Os estudos que ora se propõem focam na formação, ou seja, na primeira e mais importante variável da formação integral. Ao observarmos o gráfico 01 podemos notar que a formação representa o ideário de onde irradia as demais variáveis da formação integral. Assim, logo após o período de formação, o policial militar deve, de acordo com as estratégias institucionais, ser levado a capacitar-se, momento em que irá somar ao seu arcabouço as competências laborais, ou seja, aquelas que ampliarão seus conhecimentos tornando-o apto a realizar algo específico dentro de suas atribuições.

Da mesma forma, o momento de treinamento torna-o capaz de realizar uma tarefa “por si mesmo”, saltando da teoria para a prática sistematizada. Esta prática permite ao policial militar melhorar a sua performance, dando forma ao saber-fazer específico de sua atividade. Devido às constantes mudanças de paradigmas, o repertório do profissional precisa ser atualizado. Atualizar-se evita que o policial militar incorra em erros de procedimentos e erros de avaliação durante a execução de suas atividades. A título de exemplo, uma Lei que estava em vigor até um mês atrás, atualmente foi revogada. Daí a importância deste profissional manter-se atualizado para evitar os desgastes decorrentes, pois, conforme o exemplo citado ele atue pela Lei antiga, terá incorrido em um ato ilegal e pode comprometer a si mesmo, à sua instituição e ao cidadão por consequência.

Dentro do rol de atribuições do policial militar estão aquelas que são de natureza específica e que requerem, além do conhecimento obtido na formação, uma especialização para que seja realizada com maior presteza e perícia. Neste rol de atividades especializadas, podemos citar: o especialista em explosivos, o especialista em policiamento com cães; o Comando de Operações Especiais (COE), o especialista em policiamento ambiental (CIPAMA) dentre outros. Para estas especializações, devido à sua natureza peculiar, são selecionados policiais militares que tenham condições de executar o trabalho com a perícia necessária e com o grau de exigência requerido pela situação. Um explosivista pode não ter a segunda chance caso cometa um erro ao tentar desarmar um artefato explosivo.

A presente pesquisa buscou refletir sobre essa formação ministrada pela Academia Policial Militar Tiradentes (APMT) tendo como foco as concepções de educação profissional policial militar do curso de formação de oficiais (CFO) da Academia Policial Militar Tiradentes (APMT) em Palmas e suas relações com a formação humana. O capítulo I tratou das concepções de formação humana. A construção do objeto de estudo deste capítulo foi concebida com o intuito de construir um panorama pelo qual se pudesse discorrer sobre a formação humana desde os tempos clássicos da Grécia, passando pela Idade Média, Idade Moderna e até chegar aos nossos dias, ou seja, as concepções de formação para o século XXI. Este suporte de concepção serve como um “background” para discorrermos as concepções de formação profissional na APMT. O signo representativo deste capítulo é a Paideia, a qual dentre outras acepções pode ser definida como educação ou formação integral do homem corpo e mente, utilizada como representação da formação do homem grego desde o século IV a. C. É importante ressaltar que para os fins do presente estudo não se deteve sobre Teorias Educacionais e sim às concepções de educação, as quais são mais amplas.

O capítulo II foi desenvolvido com vistas a detalhar as concepções de formação nas polícias militares. Tratou-se dos valores militares voltados para o exercício da atividade policial com foco no “servir e proteger”. Evidenciaram-se os valores, os saberes-fazeres do exercício policial militar, estendendo-se pela ética deontológica e enfatiza-se a relevância da hierarquia e disciplina como pilares básicos por que permeiam as instituições militares. Ao se discorrer sobre os valores militares, faz-se também uma correlação entre estes e as concepções de formação humana abordadas no capítulo I.

No Capítulo III, tratou-se da formação na Polícia Militar do Estado do Tocantins e, por conseguinte, a epistemologia existente no projeto político pedagógico do curso de formação de oficiais. Pesquisou-se os valores necessários ao perfil Profissiográfico do oficial formado na Academia Policial Militar Tiradentes APMT, em Palmas-TO. Finalmente, foram analisados os eixos fundamental, profissional e complementar constantes na matriz do CFO, no que diz respeito às suas correlações com a formação profissional e humana.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO HUMANA

“Antes de tudo a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade” (JAEGER, 2001, p. 4).

1 A antiguidade grega: a Paidéia

O presente capítulo buscou refletir sobre os aspectos da educação grega e as contribuições que ela trouxe até os dias de hoje. Neste primeiro capítulo, foram evidenciadas as concepções de formação humana desde a educação clássica até à contemporaneidade com vistas a fundamentar a análise do currículo do Curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes – APMT. Não faz parte de nosso trabalho ater-se a teorias educacionais específicas, mas sim construir um referencial de concepção educacional de forma ampla.

No que diz respeito à educação no sentido teleológico do termo como o concebemos na atualidade, esta teve os seus primórdios na Grécia. Os Helênicos, mais tarde chamados Gregos, iniciam os estudos inserindo a educação como uma representação, um fato social que deveria ser discutido e ampliado a toda a comunidade. Essas evidências estão presentes na literatura grega na qual é possível ver sinais de questionamento e implantação do conceito de educação nas manifestações e representações sociais, seja na estética, no culto ao físico, nas habilidades e virtudes dos guerreiros, na música, na literatura: poesia, na tragédia ou na comédia. No século V a. C. com os Sofistas e depois com Sócrates, Platão, e Aristóteles, a concepção educacional passa a ser tratada como tema filosófico.

Partiremos do pressuposto que Paideia diz respeito à formação integral do homem, seja na antiguidade clássica ou em qualquer outro momento histórico posterior, pois, a formação do homem integral corpo e mente é relativa ao momento e às concepções predominantes em uma determinada sociedade.

Como fundamento para analisar as concepções de formação do Curso de Oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes em Palmas, Tocantins, em relação à formação integral, tomou-se por pressuposto o conceito Paideia por dois motivos: primeiro

devido à importância do conceito que trata de educação clássica, pois, foi a civilização grega que primeiro colocou o tema educação de forma sistematizada; segundo, justamente por englobar os aspectos necessários à formação do homem enquanto ser individual e socialmente produtivo do ponto de vista de sua responsabilidade social, no que diz respeito ao rol de suas atribuições, no ramo de sua competência profissional no cumprimento do dever e de seu papel social.

Dentre os autores que escreveram sobre a educação clássica grega, optamos, na primeira parte do capítulo, por abordar os estudos nas obras de Jaeger, (*Paidéia – a formação do homem Grego*, 2001) e Paul Monroe (*A text-book in the history of education*, 1905). Esta opção justifica-se uma vez que suas obras apresentam as bases educacionais e pedagógicas da formação do homem na cultura helênica, que serviram e servem de pressupostos teleológicos em nossa educação contemporânea, a qual engloba a educação profissional. Jaeger, em sua obra, teve como pressuposto pedagógico o momento histórico denominado ‘Bildung’.

O tema pedagógico dominante nestes autores é o da ‘Bildung’, (ou formação humana) que aponta na direção de um ideal de homem integral, capaz de conciliar dentro de si sensibilidade e razão, de desenvolver a si próprio em plena liberdade interior e de organizar-se mediante uma viva relação com a cultura, como personalidade harmônica. (CAMBI, 2005, p. 420).

A ‘Bildung’ é uma expressão alemã que significa formação humana entendida como formação de um homem integral possuidor de senso racional e sensibilidade, com habilidade e capacidade de ter uma liberdade interior e relacionar-se com a cultura de forma harmoniosa.

Para realizar este modelo de ‘formação humana’, é necessário aproximar-se dos clássicos gregos e revivê-la, já que foi justamente na Grécia que a harmonia entre instinto e razão, entre individualidade e cultura/sociedade foi mais plenamente atingida. (CAMBI, 2005, p. 420).

A ‘Bildung’, como tendência psicológica, ocorreu no século XVIII, na Alemanha sendo uma clara referência ao Humanismo ocorrido nos séculos XV e XVI. Monroe, em sua obra referenciada, dentre os momentos históricos relacionados à educação humana, tratou detidamente a respeito da educação clássica grega enfatizando o ideal representativo daquela cultura no que tange à formação integral corpo e mente dos cidadãos, sua relação com a natureza e com a sociedade. Além disto, conclama o estudioso

da educação do passado a ter o senso crítico de suas percepções com vistas a superar meros conceitos ou fisiologismos.

The needs of the student (...) are to acquire a sufficient body of fact concerning the educational practices of the past ; to develop an ability to interpret that experience in order to guide his own practice; to exercise his judgment in estimating the relation existing between various theories and corresponding practices ; and, above all, to obtain a conception of the meaning, nature, process, and purpose of education that will lift him above the narrow prejudices, the restricted outlook,² (MONROE, 1905, viii e ix).

Em outras palavras, a obra de Monroe, além de tratar de educação clássica, traz em si pressupostos teleológicos que permitem ser utilizados na educação contemporânea. Em virtude dos argumentos apresentados, estes são os motivos por que escolhemos Jaeger e Monroe para tratarmos de concepções de educação clássica.

O ideal Grego trata das questões relativas à formação do ser humano em sua totalidade enquanto ser social e ser espiritual. Tal fato tornaria a civilização grega “sui generis” ao tratar das questões epistemológicas a respeito da formação do homem. Partindo deste pressuposto surge a Paideia, como referencial de educação na formação do homem grego.

O conceito Paideia é amplo na Grécia, pois, constitui-se do conjunto de representações educativas relevantes naquela sociedade.

Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, tradição, literatura, ou educação; nenhuma delas coincidindo, porém, com o que os gregos entendiam por Paideia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global. Para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez. (JAEGER, 2001, p. 1).

Partindo então desta conceituação, podemos compreender que o termo Paideia deve ser entendido como uma síntese da concepção de educação grega. É importante ressaltar que o termo Paideia quando surgiu, significava “criação de meninos”, tendo

² As necessidades do estudioso (...) são adquirir um corpo suficiente de fatos sobre as práticas educacionais do passado; desenvolver a capacidade de interpretar essa experiência para orientar sua própria prática; para exercer seu julgamento em avaliar a relação existente entre várias teorias e correspondentes práticas; e, acima de tudo, para obter uma concepção do significado, natureza, processo e a finalidade da educação que irá colocá-lo acima de meros conceitos predefinidos que deturpam a sua visão macro dos acontecimentos (...). Tradução do autor.

mais tarde, se transformado em uma dimensão muito mais ampla do que representava inicialmente, pois, serve de referência ao tratarmos das concepções de educação integral do homem grego.

Os povos que mais tarde seriam conhecidos como gregos se originaram de várias tribos nômades e isoladas que habitavam a Península Balcânica e estenderam-se até o Mar Egeu. Da Ilha de Creta também vieram tribos que povoaram aquela região e posteriormente fundaram cidades. Povo guerreiro, os gregos tinham como diferencial de outras culturas a forte organização política e social chegando a fundar as Cidades-Estados³ Atenas, Esparta e Tebas, sendo que as duas primeiras tiveram importância maior no desenvolvimento da cultura helenística.

No período clássico no séc. V A.C., houve intensa atividade política, artística, cultural e grande hegemonia das Cidades-Estados, sendo que estas se caracterizavam por serem independentes e tinham os seus governantes escolhidos com base na democracia grega. A civilização grega já àquela época praticava, a seu modo, a república e democracia como forma e regime de governo.

Para entendermos as concepções de educação adotadas pelos gregos, é preciso fazer uso de termos que não eram conhecidos por eles, mas que em nossa sociedade são amplamente difundidos. Uma destas terminologias é o conceito epistemológico de cultura, a qual é uma exclusividade do ser humano. O capital cultural é o grande diferencial do ser humano enquanto animal que usa dos princípios da razão na transmissão do seu legado e na resolução de problemas ou fatos sociais do cotidiano. Dentro deste contexto, a educação é a forma pela qual o homem consegue unir o ser social e espiritual na busca de seu aperfeiçoamento. Nesta visão, um conjunto de regras sociais, escritas ou não escritas, fundamenta uma sociedade humana tendo no ápice de sua plenitude a educação. Aquilo que podemos chamar de cultura no sentido amplo da palavra, somente os gregos na antiguidade conseguiram tal intento. Os gregos alcançaram um nível de experiência sócio compreensiva do homem que transcendia a quaisquer outros povos. A história propriamente dita, no sentido de consciência existencial do homem, começa com os gregos.

³ Cidades que tinham a independência política (governo próprio), social e religiosa, sem contudo desvincular-se da nação, ou seja, eram autônomas e autossuficientes na Grécia antiga.

Mas é preciso distinguir a história neste sentido quase antropológico da história que se fundamenta numa união espiritual viva e ativa e na comunidade de um destino, quer seja o do próprio povo quer o de um grupo de povos estreitamente unidos. Só nesta espécie de história se tem uma íntima e contato criador entre uns e outros. (JAEGER, 2001, p. 6)

Para se chegar a uma análise conceptual do homem como ser social e espiritual, o ideal grego fundamentava-se na liberdade do homem e na sua interação com a natureza, sendo aquele constitutivo indissociável da natureza numa concepção macro existencial. Obviamente, a liberdade deveria ser entendida como algo regado, com limites. Os limites da liberdade eram definidos justamente pela concepção de educação a que um cidadão grego podia ofertar à sociedade. Sendo assim, a educação do cidadão era voltada ao desenvolvimento pessoal e social.

Salienta-se que ao referenciar a educação, os gregos a concebiam como um processo de construção consciente na qual o sujeito age sobre os fatos sociais. Esta ação torna-se então uma virtude das mais difíceis de adquirir. A isto se coaduna o fato de que a totalidade do indivíduo não morre nele mesmo e nem na sua experiência, mas alcança um nível de subjetividade situada no mundo das ideias onde o referencial humano está acima dos vícios ou degenerações, as quais são imunes e indeléveis às intempéries de quaisquer naturezas.

Uma educação consciente pode até mudar a natureza física do Homem e suas qualidades, elevando-lhe a capacidade a um nível superior. Mas o espírito humano conduz progressivamente à descoberta de si próprio e cria, pelo conhecimento do mundo exterior e interior, formas melhores de existência humana. (JAEGER, 2001, p. 03).

Para os gregos, a arte é uma forma de exteriorização do homem na sua busca de expressar o que é belo e que faz parte do seu eu completo, da sua existência enquanto ser. Contudo não foram os artistas denominados “mudos” escultores, pintores, arquitetos que desenvolveram o conceito de educação e sim a literatura grega, a qual “dá voz” ao aprimoramento da educação e a torna uma expressão sublime da beleza da alma, do espírito. A poesia e a arte contribuem de forma decisiva na formação e desenvolvimento do homem.

No contexto artístico literário, os gregos denominavam a palavra “Arete”⁴ para expressar o ideal de qualidades que permeavam o ser humano ou o herói. Para os gregos os heróis eram os filhos de deuses e humanos, os quais permeavam a mitologia como seres que sempre realizavam algo incomum e extraordinário do ponto de vista humano. Os heróis tinham na estética física a representação humana. Da mesma forma, os atributos morais e éticos dos heróis representavam o ideal de excelência a ser atingido. Ao se relacionar com os deuses, os gregos chamavam para si a proximidade com aqueles, sentindo-se elevados moral e espiritualmente. A “virtude” é a palavra portuguesa que pode definir o sentido da “Arete” grega. Ainda dentro da conceituação de “Arete”, esta é representada pelo termo “Khalokagathia”⁵ quando tomada numa amplitude educacional maior, numa síntese de tudo o que é virtuoso, ético moral. A “Arete” refere-se então a mais alta das virtudes, sendo representada nas clássicas obras *Iliada* e *Odisseia*⁶, de Homero. Em *Iliada*, também aparecem estes traços, mas já de uma forma mais naturalista e não com a mesma opulência e dinamismo que *Odisseia*. O enredo e as personagens nestas obras possuem a temática de representação dos ideais morais e das virtudes. Além das virtudes, estão representados os sentimentos relacionados aos deuses e humanos, tais como, vingança, promessa, paixão, traição. Desta forma, a virtude é enaltecida e, em contrapartida os sentimentos ruins devem ser anulados, evitados. Aliado a tudo isto, a honra alcança um valor que transcende a quaisquer outros, inclusive a honra define o vencedor ou não de uma batalha.

No quadro da poesia Homérica, podemos dizer que permeiam traços da educação da nobreza naquela época. Os enredos, as intrigas as necessidades de autoafirmação das personagens perpassam uma linha conceptual que deixa claro qual o ideal de educação que era requerido à nobreza, enquanto a classe que tipicamente conduz os destinos de um povo, e deve ter a virtude como fim. Da maneira como a “Arete” era concebida, ela revestia-se de carácter aristocrático sendo a então a maior das

⁴ Ou Aretê, expressão grega clássica que significa virtude, excelência, também usada para designar a nobreza, o cidadão exemplar, o herói.

⁵ Expressão grega clássica que representava o somatório de todas as virtudes, o que é belo e bom.

⁶ Fazem parte dos mais antigos documentos gregos. São poemas épicos, que tem por foco as ações da nobreza, os quais retratam detalhes da vida de personagens tais como Odisseu (*Odisseia*) e Aquiles (*Iliada*) durante a Guerra de Tróia, acontecida provavelmente no séc. XII a. C. Estes poemas misturavam fatos históricos com lendas e traziam como personagem principal a figura de um herói, o qual representava a nobreza.

virtudes. A “Arete” enquanto virtude tem a sua importância no estudo das concepções de formação por tratar-se da educação da nobreza como veremos adiante.

Os traços da educação da nobreza podem ser vistos em cada ação das personagens do poeta Homero. Aquiles era considerado o mais belo e também o mais virtuoso dos heróis. Tal situação refletia o culto ao físico e ao espírito, presentes na educação grega. Em determinadas situações, ele coloca de forma pontual a razão de ser da nobreza como responsável pelo legado cultural e educacional ao povo. A nobreza possui um caráter de refinamento, de evolução natural de quem um dia fora educada e, conhecedora de valores éticos e morais, tem por responsabilidade repassar o valor do exemplo para os demais cidadãos.

Dentre as figuras heroicas de Odisseia situa-se Telêmaco, filho de Odisseu, como verdadeiro representante da Paidéia, o qual sai de sua casa para enfrentar o mundo e tudo o que nele há, tendo como fim tornar-se homem por meio das experiências vividas, aprender com as adversidades da vida e ao final retorna para sua casa, para a sua família. A viagem de Telêmaco torna-se uma verdadeira saga no sentido amplo da palavra. Este jogo de sutilezas na poesia Homérica traz encrustado em si o ideal ético da educação aristocrática. Reforçando a figura do exemplo como fonte de inspiração a novas gerações, neste estágio, a educação reveste-se de caráter altamente concreto e factível tornando-se algo tangível e tem a sua representação aristocrática.

Na cultura, arte, retórica, diálogo, filosofia, poesia e outras tantas, o referencial grego de educação consiste no dever ético e moral e sua responsabilidade de perpetuá-la. Nesta compreensão, a educação passa então a ter um papel de libertação da pulsão que lateja no cerne do indivíduo e que a nobreza tem o papel ético de praticá-la.

1.1 As diferentes concepções de educação na Grécia antiga

As Cidades-Polis de Atenas e Esparta, apesar de diferentes nas concepções de educação, resumiam cada uma à sua dinâmica, as características culturais e políticas do povo grego. Nas polis, o que havia de características humanas e espirituais encontravam terreno fértil para sua manifestação no que diz respeito à formação do homem. Esparta, devido à sua posição geográfica servindo de “porta de entrada” à Península Grega pelo Mar Jônio, possuía a vocação para a guerra. Atenas estava situada

de forma mais recuada, no Mar Egeu. Esparta refinou o conceito de Estado, visto àquela época como sinônimo de polis, onde a prática educacional da aristocracia era vista como um meio de se alcançar a excelência política. Esparta era de formação militar e tinha na guerra a sua autoafirmação como povo destemido e como forma de exprimir temor ao inimigo. A educação espartana começava com a criança, mas era destinada aos adultos e tinha o culto à pátria, à vida pública, despojando-se do “eu”, pois, a vida que valia a pena era a destinada à cidade do ponto de vista da servidão pública. Desta forma, o conteúdo da educação espartana tinha influência militar e estava voltada a formar homens fortes, hábeis no manuseio de armas, fortes fisicamente e destemidos para a guerra.

Into this education there entered very little of the intellectual and aesthetic; it was dominantly physical and moral. Plutarch sums up the content of their education in these words: “As for learning, they had just what was absolutely necessary. All the rest of their education was calculated to make them subject to command, to endure labor, to fight and to conquer.”⁷ (MONROE, 1905, p. 75).

Assim, após a educação familiar que ia até aos sete anos aproximadamente, as crianças espartanas eram direcionadas às escolas onde seria trabalhado o físico e preparar-se-iam para tornarem-se os “futuros soldados” para as batalhas que a polis requeria. Passavam então a ficar sob os cuidados de jovens tutores que eram assistentes do superintendente geral de educação, “*paedonomus*”⁸. Ao terem aproximadamente 11 anos, os que se destacavam em coragem, boa conduta e obediência, tornava-se comandante de companhia. Os acima de doze anos, que se destacavam nas companhias, eram considerados favoritos da irmandade, ou seja, tinham a honra de estar ao lado dos homens mais velhos naquele grupo, naquela irmandade, e estes supervisionavam e definiam os locais de treinamentos de guerra e manuseios de armas. Mais tarde, o

⁷ Dentro dessa educação havia o culto à estética e muito pouco de intelectual; era predominantemente física e moral. Plutarco resume bem o conteúdo dessa educação nestas palavras: “Assim, no tocante ao aprendizado, eles tinham justamente o que era absolutamente necessário. Todo o restante de sua educação tinha por objetivo fazê-los sujeitar-se ao comando, o trabalho duro, lutar e conquistar.” Tradução do autor.

⁸ Pessoa na antiga Esparta que era designada para supervisionar a conduta e o treinamento de crianças e adolescentes, preparando-os para a guerra.

melhor e mais hábil da cidade era indicado como inspetor de jovens, e este dava o comando de cada companhia aos mais discretos e sensatos, os chamados “Irens”⁹.

Durante o período em que eram preparadas para a guerra, as instruções eram de cunho militar, de obediência hierárquica. Havia a divisão em grupos menores, simulavam lutas e treinavam os jovens nos mais diferentes lugares e nas mais variadas condições climáticas. Cultuavam os antecessores e seus valores morais e tinham como meta a virtude, a honra. Podemos dizer que não existia guerreiro sem honra.

Aos dezoito anos, os jovens passavam por um treinamento militar bem específico que os preparava para a arte da guerra, o combate e a ciência militar. Estudavam muitos anos até estarem preparados para a defesa do Estado.

At eighteen the boy entered the class of *ephebi*, or cadets where he received a strict military training for several years. For two years he was classed with the Mellirens who devoted themselves to the serious study of arms and to military maneuvers. During this time he underwent rigid examinations every ten days and devoted much of his time to the instruction of younger boys.¹⁰ (MONROE, 1905, p. 75).

Dos vinte aos trinta anos, eram incluídos no meio dos Irens, sendo que o treinamento era realizado no intervalo das guerras, utilizando-se inclusive escravos para auxílio nos treinamentos. Somente por volta de trinta anos de idade o cidadão espartano estava preparado para a guerra e para a vida. Em suma, cada cidadão espartano era um professor e cada garoto espartano tinha um tutor.

A educação espartana era voltada aos deveres do cidadão para com o Estado e possuía um alinhamento militar das condutas necessárias ao guerreiro, cidadão. Ressaltamos ainda que ao saírem da educação familiar após os sete anos, a nova educação que recebiam ficava por conta e custeio do Estado, sendo então pública. Nada mais óbvio tendo em vista que os guerreiros trabalhariam para o Estado.

⁹ Na Esparta antiga, o jovem mais espirituoso, mais virtuoso, sensato, cumpridor dos deveres e digno de ser exemplo aos demais.

¹⁰ Aos dezoito anos o garoto era introduzido nas aulas de “ephebos”, ou Cadetes, onde recebia um estrito treinamento militar por muitos anos. Por dois anos ele estudava com os Mellirens, a quem prometia a si mesmo um rigoroso estudo sobre armas e maneabilidades militares. Durante este tempo ele passava sob testes rígidos a cada dez dia e dedicava muito do seu tempo a ensinar os garotos mais jovens. Tradução do autor.

No tocante ao Direito em Esparta, este era visto de forma peculiar. Não havia as discussões nas assembleias, apenas a oportunidade de votar “sim” ou “não” nas proposições apresentadas pelos anciãos, os quais, dependendo do resultado podiam dissolver a proposição e apresentar outra. Importante salientar que os reis em Esparta tinham no Oráculo de Delfos, através de suas premonições e recomendações, uma forma de controle estatal das vontades do povo, alegando que Zeus entregou a cidade aos Reis, na guerra do Peloponeso, para que cuidassem dos destinos dos seus cidadãos. Esparta, devido às características citadas, tem a sua importância na definição da Paidéia grega principalmente devido à maneira que praticava a vida pública no Estado e consequentemente a educação. Notamos que em Esparta, agindo da forma que descrevemos, o Estado controlava cada passo, em diferentes fases de vida do cidadão, inclusive nos aspectos relacionados à honra, à moral e à prática das virtudes.

Em Atenas, conhecida como região Ática, os aspectos educacionais, culturais, as artes e a forma de fazer política possuíam algumas diferenças em relação à Esparta. Atenas tinha uma preocupação na formação do intelecto e do corpo físico do homem, mas de forma a haver o equilíbrio corpo e mente, e a vocação não era pra guerra como a educação espartana. Devido à sua peculiar característica, a sociedade ateniense cultuava e praticava a educação desde a infância destinada aos meninos que um dia se tornariam homens. Atenas é conhecida como o berço da democracia, em que os cidadãos podiam participar das decisões políticas da “polis” usando da argumentação, eloquência e persuasão. O legislador, poeta e jurista Sólon foi um dos grandes responsáveis pela reformulação de toda a política Ateniense, pois, o sentido de liberdade que permeava os desígnios políticos daquele povo formou a base da sua concepção de educação a Paideia.

Em Atenas a educação era privada, não havia delegação ao Estado das tarefas relativas à formação do cidadão ateniense. Apesar de a liberdade do cidadão ser ampla, esta era regulada pelas Leis, pela conduta moral, e pelas regras de convivências definidas naquela sociedade. Até aos sete anos de vida, assim como em Esparta, a educação da criança era afeta à família. Praticava as atividades físicas, mas com a preocupação de não interferir no desenvolvimento psíquico da criança. Esta educação, devido a ter uma maior liberdade dos pais na instrução do indivíduo, acabava por ser negligenciada em algumas circunstâncias. Diferentemente de Esparta, as famílias

atenienses que podiam pagar, colocavam a serviço dos seus filhos enfermeiros e até escravos, com vistas aos cuidados básicos e à educação.

During all of this period, from the time he grew out of the care of the nurse, the Greek boy was in charge of a pedagogue, a slave or servant, who was intrusted with the moral oversight and general care of his charge. Too often one was chosen for this who from age, injury, or other disqualification was unfit for any other remunerative service in the household.¹¹ (MONROE, 1905 p. 83).

Entre os dezesseis e vinte anos o Estado supria as necessidades básicas de educação no que diz respeito ao preparo ao serviço militar. Estes estudos eram voltados ao preparo físico, através das atividades de corrida, competições, dardo, disco, lutas. Ao final destes estudos os jovens faziam o juramento de defender a cidade e as Leis de Atenas. O ensino de arte, a música, a poesia eram constantemente ensinadas nas salas de aula, locais específicos para isto. Aos vinte anos findava a sua educação do ateniense, o qual a partir de então pode ser considerado um cidadão.

Para visualizarmos como a educação do cidadão ateniense era conduzida, o diálogo “Protágoras”, de autoria de Platão encerra um recorte da vida cotidiana da educação do cidadão grego.

Protágoras sabe que a vida do indivíduo está sujeita a influências educativas desde o nascimento. A ama, o pai, a mãe, o *pedagogo*¹² rivalizam na formação da criança, quando lhe ensinam e lhe mostram o que é justo e injusto, belo e feio. Como um tronco retorcido, buscam endireitá-la com ameaças e castigos. Depois vai à escola e aprende a ordem, bem como o conhecimento da leitura e da escrita, e o manejo da lira. Passado este grau o mestre dá-lhe para ler os poemas dos melhores poetas e a faz aprendê-los de cor. Estes encerram muitas exortações e narrações em honra de homens eminentes, cujo exemplo deve mover a criança à imitação. Pelo ensino da música é educada na *sophrosyne*¹³ e afastada das más ações. Segue-se o estudo dos poetas líricos, cujas obras são apresentadas em forma de composições musicais. Introduzem o ritmo e a harmonia na vida do jovem, para que

¹¹ Durante todo este período de tempo, ele crescia sob os cuidados de um enfermeiro, o jovem Grego estava sob o encargo de um pedagogo, um escravo ou servente, a quem era confiado os cuidados sobre a moral e os cuidados em geral do jovem sob sua responsabilidade. Também, de maneira frequente era escolhido para este encargo alguém que já possuía uma idade mais avançada, um doente, ou ainda qualquer pessoa que não estava qualificada para um serviço remunerado na família. Tradução do autor.

¹² Usada aqui na etimologia da palavra, um termo grego παιδής (*paidés*, "criança") e ἄγο, (*ago*, "conduzir", pelo "aio").

¹³ Conceito grego que quer dizer: temperança, prudência, bom senso.

este possa dominar-se uma vez que a vida do Homem precisa de Eúritmia e da justa harmonia. Esta deve manifestar-se em todas as palavras e ações de um homem realmente educado. O jovem é mais tarde levado à escola de ginástica, onde os *paidotribes*¹⁴ lhe fortalecem o corpo, para que seja servo fiel de um espírito vigoroso e para que o homem nunca fracasse na vida por culpa da debilidade do corpo. (JAEGER, 2001, p. 360-361.) Notas do autor.

Naquela época as questões relativas à condução da política na polis estavam aprimorando-se, exigindo cada vez mais habilidades dos cidadãos na condução dos destinos da cidade. Assim, surge a figura dos sofistas, estereótipo dos intelectuais que tinham o domínio da arte da retórica e vendiam os seus discursos àqueles interessados em participar efetivamente da vida pública através da política exercendo influência por meio da argumentação. Nesta época, dentro do contexto de desenvolvimento da educação grega, o conceito de Paidéia teve uma importância peculiar.

Os sofistas, ao venderem os seus discursos, de uma forma ou de outra, privilegiavam a aristocracia, o que contribuía de forma incisiva para a manutenção da nobreza na condução dos destinos políticos, pois, esta nova roupagem da forma de fazer política era em suma uma educação dos “chefes”. Mas, em detrimento disto, os Sofistas tiveram importância na educação grega devido ao fato de sua contribuição ter elevado a definição conceptual da “Arete” ao nível de educação integral do homem.

Dado o exposto, a democracia grega seria mantida por qualquer um que possuísse as “ferramentas” da eloquência na condução da política, ainda que tal concepção na prática não levasse as massas a participarem de forma efetiva do poder, mas criava a possibilidade de ampliação do ciclo dos que conduziam a polis.

Em 404 a.C. houve a queda de Atenas, após uma guerra que durou mais de três décadas. Atenas era a principal Cidade-Estado que refletia o espírito e a cultura grega em sua forma mais expressiva. Apesar do contexto político da derrota, Atenas manteve as suas concepções filosóficas e o ideal grego da formação do homem através da educação. Esta foi a época de Platão, grande filósofo e intelectual engajado com os destinos da polis. Platão tinha em seus diálogos escritos uma forma de perpassar o ideal grego de formação integral do homem, e ao mesmo tempo conclamava aos seus

¹⁴ Designava o professor de educação física.

contemporâneos o posicionamento crítico a respeito das questões políticas, espirituais e sociais na condução do polis.

Platão acreditava que somente os filósofos, os quais dotados de conhecimento amplo poderiam gerir os desafios sociais inerentes à polis. Enfatiza que estes poderiam realizar o governo de um Estado ideal.

Platão tinha uma preocupação com a educação do homem, pelo que chegou a fundar a Academia em Atenas, que pode ser considerada a primeira instituição de ensino superior do mundo ocidental. Com a sua “Teoria das ideias” evidenciava que a existência de cada objeto parte do princípio ideal deste objeto, o qual está em um mundo metafísico que representa a essência primeira deste objeto.

Platão menciona a mulher e a criação dos filhos no contexto educacional grego, evidenciando um aspecto de grande relevância, qual seja: as mulheres que deviam ser educadas eram somente as esposas dos “guardiões”, os homens que viviam a serviço do Estado, pois, as suas esposas deveriam ser capazes de contribuir também nas funções que são afetas àqueles. Com alguma controvérsia, dentro da política grega, as concepções de Platão quanto à educação da mulher, além de quebrarem o paradigma da mulher devotada apenas às tarefas domésticas, tinham a pretensão de fortalecer a unidade do Estado de forma ampla.

Platão descreve em sua obra *A República*¹⁵, deslocando-se agora para o campo da condução da polis, o conceito *Paidéia* levando em conta a justiça como regra basilar de uma sociedade. Nesta obra Platão simboliza que a justiça é dar tratamento desigual aos desiguais, ou seja, dar a cada um o tratamento de acordo com o seu dever, com a sua função social. Da mesma forma o grau de responsabilidade aumenta de acordo com a função exercida pelo cidadão. Dentro desta representação de Platão a *Paidéia* é então colocada em um patamar de discurso do dever ser, da obrigação em busca da harmonia social através dos conceitos políticos e filosóficos em busca da virtude maior a “*Arete*”.

Platão faz inserções em seus diálogos, de forma ampla a respeito da ciência da Medicina e a sua contribuição à educação do homem. Ressalta-se que Aristóteles se deteve com mais afinco à *Paidéia* da Medicina, talvez devido à influência familiar de origem médica. A medicina tem o representativo de ser a maior das *aretas* do homem,

¹⁵ Principal obra de Platão, a qual trata de um diálogo socrático, narrado em primeira pessoa. O tema trata-se de uma república numa cidade e que teria por fundamento existencial a justiça aplicada a todos.

pois cuida do corpo e da alma, rege-se por regras morais que balizam a conduta dos seus praticantes. Obviamente, o ideal do homem sadio era o que interessava à cultura helênica, pois, o doente em nada contribui para o fortalecimento do Estado.

Platão, em sua obra “As Leis”¹⁶, foca as observações a respeito dos embates filosóficos e culturais presentes no séc. IV a.C. Platão exterioriza as concepções conflitantes e antagônicas vividas naquela época, mas ressalta que as Leis são a “mola mestra” da Paideia. Desta forma os governantes do Estado devem ter o real conhecimento dos valores, ou seja, aquelas coisas que realmente, pela sua essência, devem ser conhecidas por encerrarem o bem. Deus tem um papel preponderante nas leis de Platão, devido a ser o epicentro, o referencial de todas as coisas.

Outra figura importante dentro do contexto político, da formação moral e ética do homem grego está Sócrates, o qual antecedeu a Platão. Conhecido por sua maiêutica tinha por costume dialogar com o interlocutor na busca de respostas aos questionamentos que lhe eram trazidos, o que permitia a Sócrates conduzir o interlocutor à obtenção da resposta dentro de sua percepção de mundo e da lógica.

Sócrates criticava os homens do seu tempo que de forma exacerbada buscavam a Paidéia com superficialidade e formalidade. Afirma que a verdadeira Paidéia seria aquela em que os homens devem possuir uma educação que lhes faria felizes e consequentemente os outros homens também o seriam. Assim, Sócrates tinha por princípio afirmar que o homem nasceu para a Paidéia, e em seus diálogos insta os homens a atingirem a mais alta “Arete” grega através da Paidéia. Com Sócrates, o conceito Paidéia é reformulado ao enfatizar que o homem nasceu para a Paidéia. As condições para alcançar este estado, devem ser pela educação de forma ampla, inclusive fora do ambiente educacional formal. Para Sócrates, a concepção de Paideia consiste em o indivíduo, por meio de suas experiências e percepções, compreender e agir sobre os fatos sociais.

Podemos observar que as discussões entre a filosofia, a ciência e a retórica, presentes no século IV a.C., tinham como ponto principal a manutenção do espírito grego da Paidéia, a qual serviu de importante legado para a humanidade.

¹⁶ Obra em forma de diálogo em que Platão enfatiza que a educação do cidadão deve ser feita pelo legislador, e que este deve focar a prevenção à transgressão e não o castigo aos que infringem às regras de conduta.

Por todas essas ideias apresentadas na primeira parte deste capítulo, podemos perceber que a Antiguidade clássica grega possui uma fonte de saberes diversos, os quais servem de referencial na busca do conhecimento humano. Os gregos antigos são detentores deste arcabouço histórico que de uma forma ou de outra norteiam os estudos a respeito das concepções de formação e educação do homem.

Para os gregos da Antiguidade, o conceito Paideia é composto por diversas representações sociais, tais como: cultura, arte, corpo físico, espiritualidade (relação com o metafísico), virtudes, deveres, obrigações inerentes a cada classe social, medicina, Leis, forma e regime de governo, filosofia e justiça. Todos estes aspectos citados somente têm relevância se forem praticados para o bem da sociedade. Dentro deste contexto a educação clássica, concebida pelos gregos, busca o cidadão comprometido com a sociedade em que vive.

Ela foi sempre entendida como um longo processo pelo qual a cultura da cidade é incorporada à pessoa do cidadão. Uma trajetória de amadurecimento e formação (como a obra de arte que aos poucos se modela), cujo produto final é o adulto educado, um sujeito perfeito segundo um modelo idealizado de homem livre e sábio, mas ainda sempre aperfeiçoável. Assim, a educação grega não é dirigida à criança no sentido cada vez mais dado a ela hoje em dia. De algum modo, é uma educação contra a criança, que não leva em conta o que ela é, mas olha para o modelo do que pode ser, e que anseia torná-la depressa o jovem perfeito (o guerreiro, o atleta, o artista de seu próprio corpo-e-mente) e o adulto educado (o cidadão político a serviço da polis). (BRANDÃO, 1993, p. 16)

Com isto, percebemos que a educação é iminente fruto da prática social ancorada em questões éticas e pragmáticas do dia a dia. Na Grécia, a prática educacional alcançava sua relevância ao tentar levar o homem a conhecer e alcançar o seu ideal pessoal e social. É fato também que a educação de uma cultura surge na diferenciação das classes sociais e que uma nação tem o seu desenvolvimento calcado numa forma aristocrática de exteriorização da educação, a qual representa os anseios da nobreza enquanto classe dominante.

Ao apresentarmos as características peculiares dos primórdios da sociedade grega, é importante refletirmos sobre os desafios impostos pela educação contemporânea tendo por referência um legado que perpassou séculos, mas que nem por isso perdera os seus desígnios em busca da formação integral do homem.

Finalizando as características que apresentamos a respeito da Paideia, podemos perceber que o conceito da formação educacional grega, para ser relevante, deveria buscar sempre o fim social de tal forma a contribuir efetivamente na elevação dos conceitos éticos e políticos culturais de uma sociedade e ao mesmo tempo conduzir a polis. Como dissemos no início, estes conceitos se aplicam aos nossos estudos tendo em vista que as concepções de formação do Curso de Oficiais, ofertado pela APMT, têm por base a formação militar compromissada com o dever de servir e proteger à sociedade no campo da segurança pública ostensiva.¹⁷

1.2 Concepções de educação na Idade Média.

Após termos apresentado detidamente as concepções de formação humana clássica, passaremos a falar sobre as concepções de educação na Idade Média. Muitos historiadores têm escrito a respeito da Idade Média de uma forma que não traduz a realidade quando nos referimos à educação, mais especificamente à formação do homem enquanto ser social. É comum, historiadores citarem a Idade Média como “Idade das Trevas”. Contrariamente a isto, sabemos que nesta época a atividade intelectual foi intensa, e que a concepção e a formação educacional do homem se consolidaram com forte tendência a uma pedagogia cristã, difundida pela Igreja. Como afirma MONROE (1905, p. 327), em sua obra “A text-book in the history of education”, *“It will be seen from the discussion of the last two sections that the later Middle Ages were far from being “dark ages” and that the intellectual interests and educational activities of these centuries were very great.”*¹⁸

O período conhecido como Idade Média foi demarcado, no que tange aos fatos históricos, iniciando-se com a queda do Império Romano em 476 d. C e findando-se com a tomada de Constantinopla pelos turcos Otomanos no ano de 1453. Por ser um longo período, seria normal entendermos que a dinâmica social traria, em si mesmo, muitas diferenças no que diz respeito aos fatos sociais e à conformação do homem em

¹⁷ TOCANTINS. Poder Legislativo; Lei Complementar nº 79 de 27 de abril de 2012. Art. 16.

¹⁸ “A despeito das discussões feitas sobre a escolástica e as universidades, a Baixa Idade Média, estava longe de ser a “Idade das trevas”, e as atividades intelectuais e educacionais nestes séculos foram intensas”. Tradução do autor.

sociedade. Durante este período, o homem se reorganizou social e politicamente consolidando as bases da sociedade moderna.

Na Idade Média, após a queda do Império Romano, a única organização social que se mostrava relevante foi justamente a Igreja, através dos seus dogmas, dos ensinamentos e de sua cultura alicerçada no respeito às Leis Divinas. Por outro lado, com o decorrer do tempo tivemos também a ampliação da consciência do ser humano enquanto responsável pelo aperfeiçoamento como pessoa e sua importância social. Em outras palavras, nesta época o homem tomou consciência de si mesmo ao buscar o conhecimento. O conhecimento e sua sistematização foram fundamentais para que houvesse luz na chamada “idade das trevas”. Como resultado deste longo período, podemos perceber a difusão de valores culturais com reflexo na economia, na política, na formação de Estados Nacionais, e principalmente na educação com a fundação das primeiras universidades.

Na Alta Idade Média, no período considerado entre o séc. V ao VIII, houve o surgimento da Paidéia Cristã. Nesta época, a Igreja teve papel fundamental no processo de educação do homem medievo.

O Cristianismo é portador de uma nova paideia, embora devedora da antiga. Segundo Orígenes, “Cristo era o grande Mestre” que indicava uma “paideia do gênero humano”, mas isso implicava uma estreita colaboração entre cultura grega e cristianismo, de modo que o cristianismo se nutrisse daquela cultura e a superasse. (CAMBI, 1999, p. 128).

A Patrística¹⁹ surgida nos mosteiros pode ser entendida como a Filosofia Cristã que era responsável por difundir os dogmas da Igreja, ou seja, a doutrina defendida pela Igreja. Podemos sintetizar que a Patrística foi a base conceptual do pensamento cristão, uma doutrina cristã.

Após a complexa simbiose operada entre cristianismo e pensamento Greco-helenístico; após o amplo desenvolvimento realizado na religião cristã por obra dos padres, orientais e ocidentais, estava maduro o tempo de dar vida a uma síntese completa do pensamento cristão que exprimisse seus fundamentos teóricos na trilha do pensamento grego e pusesse em evidência elementos éticos,

¹⁹ Significa os pilares que constituíram a doutrina Católica ou Filosofia Cristã. É a responsável pela tradição católica, formulada pelos “Pais” da Igreja. A base da fé Católica, os seus princípios.

antropológicos, políticos e históricos dotados de nítida autonomia e diferença presentes na visão cristã do mundo. A obra de Santo Agostinho coloca-se neste plano [...] (CAMBI, 1999, p.135).

Do concílio entre fé e razão resultou a Patrística, que consolidada, serviu de base ao surgimento da Escolástica²⁰. Nas concepções educacionais, o currículo da Escolástica era composto pelo *trivium*, um grupo de três disciplinas: gramática, retórica e dialética; e o *quadrivium*, composto por: aritmética, astronomia, música e geometria. Estes números representam uma simbologia, o três, número divino, da Trindade, o quatro número terrestre, que representa os elementos fogo, terra, água e ar.

O setenário das artes liberais, por exemplo, tal como as sete virtudes, expõe-se como uma lição visual sobre o significado e a mística dos números. Compõe-se, por exemplo, de uma tríade relativa às esferas espirituais e mentais superiores do intelecto – a gramática, a dialética, e a retórica, que compõem o Trivium – e por meio da perfeição do número três, número celeste, da Trindade, relaciona-se às três virtudes teológicas. Assim o Trivium, conjunto de disciplinas que se ocupam do discurso e da palavra, sintoniza-se com as virtudes mais próximas da inteligência divina. (ALMEIDA, 2005, p. 24).

Sobre o quadrivium, completando o setenário, a acepção abaixo é bem esclarecedora,

Em contraposição e complemento ao trio das virtudes espirituais, soma-se o quatro, número terrestre, corpóreo – terra, ar, fogo, água – relacionado ao quadrado, à cruz: o Quadrivium, e suas disciplinas dedicadas aos estudos da natureza – aritmética, geometria, música, astronomia – e ao conhecimento simbólico dos números e seus suportes corpóreos – a física, os sons, os planetas. (ALMEIDA, 2005, p. 24)

Dentro deste contexto, a Escolástica se desenvolveu e serviu de base ao fazer pedagógico nas universidades, portanto sendo esta a concepção de ensino, de forma ampla, sob a qual permearia o pensamento educacional por toda a Idade Média, início da Moderna, e ainda traços visíveis na contemporaneidade.

²⁰ Método de aprendizagem Cristã, nascida nos monastérios. Consiste em uma conciliação entre fé e o pensamento racional tendo por base a filosofia clássica grega por meio do uso da dialética.

No seio da sociedade, no campo educacional, mesmo depois com o surgimento das universidades, a Escolástica foi a base da concepção de formação do homem, como podemos ver,

Destacamos também que os preceitos educativos presentes na Doutrina Cristã, referentes aos momentos e aspectos da aprendizagem, comporiam as bases do currículo a ser ensinado nas escolas medievais e todo ele se pautou nas sete artes liberais, no trivium e quadrivium. (OLIVEIRA, 2008, p. 07).

Historicamente, podemos perceber que na Idade Média, tanto a sociedade quanto a economia tinham suas bases no campo, pois, esta foi a época de consolidação do feudalismo, sistema econômico que teve particular importância na formação do pensamento educacional. Este terreno foi fértil e apropriado para que a Igreja pudesse difundir as suas concepções de educação fundamentadas na escolástica. Dentre os teóricos religiosos da Igreja, Santo Agostinho²¹ foi o proeminente intelectual que definiu e consolidou as bases da “Paidéia cristã”. Santo Agostinho foi o responsável por sintetizar o pensamento teológico, político e filosófico, que constituía a concepção educacional da Igreja.

O seu pensamento foi realmente, uma síntese da Patrística e um ponto de continuidade – talvez o máximo – entre cultura antiga, pensamento grego e cristianismo, de modo a ocupar, neste último, o papel de guia constante e agudo do pensamento cristão (seja na Idade Média seja na Modernidade), em razão dos temas de que trata, da audácia com que trata e do método – inspirado em Platão e no seu idealismo – com que os enfrenta. (CAMBI, 1999, p. 135).

Outro fator que contribuiu para que a Igreja pudesse conduzir o processo educacional, nesta época, era o fato de a Igreja associar-se com o Estado, o qual era o detentor do poder Real. Com esta aliança, o caminho para a Igreja difundir as concepções de formação do homem, a seu modo, ficaram sobremaneira facilitados. A

²¹ Considerado um dos “pais” da Igreja (354-430 d.C.) Dentre suas várias obras que retratam a fé e a imperfeição do homem através do pecado original, destaca-se “Cidade de Deus”. Nesta obra apresenta os pilares da salvação Divina ao evidenciar o mundo dos homens e o mundo espiritual. Trata de vários temas e representações sociais do cotidiano, tais como pecado, morte, bem o mal, a salvação entre outros.

igreja criou a Escolástica como uma forma de adequar fé e razão tendo por base o pensamento filosófico atribuído a ambas.

Em época diferente de Santo Agostinho, já no século XIII, outro teórico religioso se destacou na sintetização do pensamento cristão. No apogeu da Escolástica, outro expoente foi o dominicano Santo Tomás de Aquino (1225-1274), que escreveu diversas obras, destacando-se a “Suma Teológica²²”, trabalho de síntese do pensamento filosófico cristão a qual define a dogmática Católica por meio de questões que tratam a respeito da relação entre o homem e Deus por meio das representações sociais presentes no dia a dia da sociedade.

Como podemos ver, a Igreja teve papel importante no desenvolvimento do pensamento educacional desta época através da disseminação da Escolástica, seja nos mosteiros, na educação religiosa das missas para as massas, e na sociedade como um todo. Ao procurar difundir o Cristianismo, a Igreja definia qual o formato educacional, quais os objetivos educacionais ela acreditava serem importantes para a comunidade.

Podemos, por conseguinte, indagar os motivos do fato de a Igreja poder governar soberanamente a sociedade medieva por pelo menos cinco séculos. A nosso ver, a Igreja católica foi do início do século VI até meados do século XI, a única instituição capaz de estabelecer princípios de governo seja porque era a instituição mais organizada da sociedade em função, inclusive, do seu contato com o mundo romano, seja porque trazia em seu seio o elemento fundamental para a preservação de qualquer sociedade: o conhecimento. Esse conhecimento era composto, por um lado, da herança do mundo antigo, por meio da preservação de documentos e da cultura, e, por outro, a essência da nova doutrina religiosa da sociedade, o cristianismo. (OLIVEIRA, 2005, p. 7).

Com o decorrer do tempo na Baixa Idade Média, as novas concepções políticas, sociais, econômicas, as inovações na produção no campo, a crise entre a sociedade e a Igreja e mesmo dentro da própria igreja, o início da expansão além-mar dos países europeus, mais notadamente a transição do feudalismo para o pré-capitalismo, deram origem a uma intensa reorganização espacial da sociedade. Esta que apresentava uma característica rural passa a ocupar com destaque o espaço da cidade, pois, ali o

²² Obra básica de Santo Agostinho, a qual resume o pensamento da Igreja, conciliando Escolástica, a natureza de Deus e os ensinamentos de Jesus, tendo por referência representações e convenções sociais do homem.

comércio, a troca, favoreciam os diversos matizes que compunham a vida da comunidade.

Dentro desta erupção social que se apresentava, surge uma nova instituição educacional, a universidade. O nosso intuito aqui é apenas de fazer uma acepção ao surgimento desta instituição social, sem, contudo, deter-se ao contexto pormenorizado a respeito de sua dinâmica.

Com efeito, o governo da Igreja passa a ser questionado no momento em que as novas forças sociais foram capazes de responder pela sociedade [...]; as cidades e o comércio, nos séculos XII e XIII; as Universidades, no século XIII, e, ao mesmo tempo, internamente, os representantes da Igreja deixaram de se vincular e se interessar pelos problemas sociais. Ao contrário, estavam mais voltados para os seus problemas particulares. (OLIVEIRA, 2005, p. 08).

O surgimento das universidades não foi ao acaso, havia uma demanda por conhecimento fruto das novas conformações sociais, devido ao êxodo para as cidades, o aumento do comércio, a crise da Igreja, além do surgimento da classe média denominada burgueses. É neste espaço de latência urbana que surgem as universidades.

A universidade medieval só pôde existir no lócus da cidade, ou seja, essa instituição surge exatamente por que também fora criado o espaço citadino. Em última instância, fora criado o espaço do público, do circulante, do diverso, do confuso, do mercado, que é a urbis medieva. É, pois, nesta instituição e neste espaço especificamente urbano e universal que verificamos a presença dos mestres (...). (OLIVEIRA, 2013, p. 264).

Esses mestres citados eram os intelectuais da Idade Média, sendo também os responsáveis pelo ofício de ensinar nas universidades. Eram pessoas que utilizavam o conhecimento como um produto, um serviço que poderia ser ofertado à cidade. Estas eram as configurações sociais e o espírito intelectual que se apresentava naquele momento.

A divisão do trabalho, a cidade, instituições novas, um espaço cultural comum a toda a cristandade, não mais representado pela repartição geográfica e política da Alta Idade Média, surgem como os traços essenciais da nova paisagem intelectual da cristandade ocidental na virada do século XII para o século XIII. (LE GOFF, 2011, p. 08).

No século XIII, nas universidades, os escritos sobre as concepções de formação e educação do homem tiveram importância devido ao deslocamento do foco intelectual da Igreja para as universidades. Mas, como veremos adiante, apesar de nova, a sistematização do processo pedagógico, nas universidades se pautava pela Escolástica. Em relação ao surgimento das universidades, podemos sintetizar a sua importância por dois fatores principais: a rápida expansão e a premissa religiosa da Escolástica. Na sequência, ao longo da Idade Média, foram fundadas mais de 80 universidades na Europa. A escolástica atinge, neste século, o apogeu, sobretudo com a produção da Suma Teológica de Tomás de Aquino, já referenciada anteriormente. (ARANHA, 1996, p. 79).

Com a expansão da doutrina da Igreja no meio educacional, por toda a Alta e Baixa Idade Média, com o passar do tempo, a dinâmica social exigia uma nova adequação educacional, que não aceitava num sentido vertical a Igreja como única e detentora do “poder de ensinar”. Seus ensinamentos agora são questionados, entrando em atrito com a sociedade, a qual reclamava novas possibilidades além das imposições do clérigo. Nesta época, a própria Igreja estava dividida devido ao “Grande Cisma do Ocidente”. Anteriormente, no século XI, já havia acontecido uma crise na Igreja, que fora denominada “o Grande Cisma do Oriente”. Ambas as crises internas foram alimentadas por disputas de poder e estavam ligadas diretamente às relações da Igreja com o Estado.

Throughout the fourteenth century the Church suffered political humiliation and moral decay. She had begun with the profound sincerity and devotion of Peter and Paul; she had grown into a majestic system of familial, scholastic, social, international discipline, order, and morality; she was now degenerating into a vested interest absorbed in self-perpetuation and finance.²³ (DURANT, 1994, pp. 10-11).

Desta forma, a crise de autoridade da Igreja, devido a cisões internas e suas relações com o Estado, contribuíram também para o surgimento do Renascimento. Visto como uma libertação cultural, moral e social do pensamento difundido pela Igreja,

²³ Por todo o século XIV, a Igreja sofreu humilhações políticas e decadência moral. Ela tinha começado com profunda sinceridade a Pedro e Paulo. Ela cresceu dentro de um grandioso sistema familiar, escolástico, disciplina internacional, ordem, moralidade. Ela estava agora se degenerando, absorvida com escusos interesses financeiros e de autopropetuação. Tradução do autor.

o Renascimento inicia-se basicamente no final do século XIV e significou uma ruptura do pensamento que perdurou na Idade Média. O Renascimento marca também o início da Idade Moderna, tendo por base uma redescoberta e a valorização dos clássicos da antiguidade. A ruptura da modernidade apresenta-se como uma revolução; e uma revolução em muitos âmbitos: geográfico, econômico, político, social, ideológico, cultural e pedagógico; de fato, também no âmbito pedagógico. (CAMBI, 1999, p. 195).

Uma concepção educacional importante nesta época foi o Humanismo, que colocou o homem como um ser físico e espiritual e que deveria ser visto como um ser completo. No Renascimento, a concepção de educação do homem está voltada para a valorização do indivíduo, de suas qualidades e virtudes. Em outras palavras, podemos afirmar que nesta época houve uma “Paidéia Renascentista”, que a sua forma era similar à clássica Paidéia grega.

No Renascimento, as concepções de formação educacional do homem com base no humanismo ocasionaram a reformulação de currículos nas universidades e ao mesmo tempo o surgimento de novas escolas. Nos currículos, o trivium e o quadrivium, bastante utilizados na Idade Média, já não eram capazes de contemplar o conjunto de saberes necessários à formação do homem, pois, devido à nova concepção de liberdade humana, as características personalistas e particularidades do homem estavam em evidência. Isto acarretou uma liberdade do ponto de vista da expressão, na arte, na ciência, na exteriorização da cultura e na própria consciência do homem enquanto ser social, pois, sua capacidade intelectual podia ser exteriorizada sem um parâmetro pré-determinado.

1.3 Da idade da razão a concepções diversas validadas pela sociedade

No Século XVIII, as transformações socioeconômicas, com ênfase na classe burguesa e na expansão do capitalismo, trouxeram consigo grandes mudanças no que diz respeito ao pensamento filosófico em oposição ao pensamento religioso. O mundo passou a ter uma nova concepção a respeito da ordem social, baseada na razão e não mais na fé. Este é o século da razão, da ciência e dos pensadores, o século das luzes. A forma de explicar o mundo agora é feita pela razão. O homem passa a ser a consequência da educação e da sociedade em que vive. Há uma tendência intelectual de

ser contra a dominação religiosa nos setores da vida pública do indivíduo e na sociedade como um todo.

Para os principais filósofos e teóricos da educação, o Iluminismo traz uma nova característica de formação humana com ênfase no indivíduo e na sua função social.

De Locke a Diderot, de Condilac a Rousseau, de Genovesi a Kant, de Basedow a Pestalozzi [...] toma corpo na Europa uma nova pedagogia teoricamente mais livre, socialmente mais ativa, praticamente mais articulada e eficaz, construída segundo modelos ideais novos (burgueses: dar vida a um sujeito-indivíduo e recolocá-lo, construtiva e ao mesmo tempo criticamente na sociedade) e orientada para fins sociais e civis. Esta é sobretudo a pedagogia do Iluminismo. (CAMBI, 1999, p. 330).

Desta forma, o indivíduo passa a ter uma responsabilidade social que o coloca como pessoa capaz de agir sobre os fatos sociais na sua educação de forma ampla. Esta época culminou com grandes revoluções que mudaram o curso da história humana: Revolução Francesa, Revolução Industrial, além de movimentos sociais em vários países da Europa Ocidental. No campo pedagógico, a ideia de homem natural era baseada na razão, pois o homem tem na natureza o princípio que norteia a sua razão. No final desse século, a ideia do imaginário civil de uma sociedade, ou seja, o pertencimento a uma nação, serve também para nutrir as aspirações por mudanças que permeavam os processos sociais, naquele momento.

No campo educacional Rousseau²⁴, foi um dos principais filósofos da época, o qual pode ser considerado o pai da pedagogia contemporânea. Entendia que havia um duplo processo de formação que se complementava: um formava o homem e o outro formava o cidadão. Não havia uma dualidade formativa, mas uma formação em complemento a outra.

[...]uma série de modelos formativos, (dois sobretudo: um destinado ao homem e outro ao cidadão), colocados, ao mesmo tempo, como alternativos e complementares e como vias possíveis para a renaturalização do homem, isto é, a restauração de um homem subtraído à alienação e à desorientação interior que assumiu nas

²⁴ Um dos mais influentes teóricos da educação no Iluminismo (1712-1778). Defendia que o homem era bom por natureza, e que o meio é que o corrompia. Defendia uma educação focada na criança que um dia tornar-se-ia um adulto socialmente produtivo. Para ele a liberdade era estar o mais próximo das Leis Naturais.

sociedades “opulentas”, ricas e dominadas por falsas necessidades. (CAMBI, 1999, p. 343).

Desta forma, a “Paideia Iluminista” assenta-se no fato de que o indivíduo tem sua formação como homem e cidadão baseada na razão, livre das imposições metafísicas feitas pela Igreja.

Rousseau acrescenta que o mau da sociedade reside justamente no afastar-se o homem da natureza, pois, a sociedade com suas regras, definições e estereótipos acaba por corromper o homem. Na sua obra “Emílio, ou Da educação”, faz uma síntese do que seria o seu ideal de homem natural. Aqui ele ressalta a criança e suas fases de formação até tornar-se adulto e socialmente produtivo.

Passando ao século XIX, no que diz respeito à concepção de formação humana, podemos dizer que este período representa uma síntese dos acontecimentos que modificaram as estruturas sociais existentes, dando-lhes nova significação e novos rumos. Lembramos mais uma vez que não é intenção do nosso trabalho, aprofundar em pormenores de teorias educacionais e sim discorrer sobre as concepções de formação de forma ampla. Neste século, houve o surgimento de várias teorias educacionais, que tentavam demonstrar que a prática social alicerçada nos interesses de determinada sociedade, moldam o ideal educacional que interessa a esta mesma sociedade. Partindo desta premissa, a educação seria então uma exteriorização das concepções validadas por uma sociedade. A afirmação abaixo é esclarecedora quanto ao que estamos tratando.

Um século bastante rico em modelos formativos, em teorizações pedagógicas, em compromisso educativo e reformismo escolar, em vista justamente de um crescimento social [...]. É certo, porém, que este compromisso político-social da pedagogia não será inteiramente realizado pelos conflitos entre forças sociais diferentes e modelos educativos que se ativarão no curso do século. (CAMBI, 1999, p. 414).

Alia-se a isto que também as tensões políticas e filosóficas presentes neste século contribuíram para que a teorização educacional encontrasse terreno fértil. O Cientificismo, característica visível deste século, aliado ao Positivismo, Estruturalismo e Socialismo, deu um carácter demonstrativo à educação, de modo que seu valor epistemológico seria válido apenas se pudesse ser deduzido, demonstrado e evidenciado pelas leis ou teorias aceitas pelas ciências. Na Europa, países como Inglaterra, França,

Alemanha e Itália, tiveram essencial participação na difusão das concepções de formação educacional do homem por representarem o berço dos principais teóricos educacionais desta época. Destes podemos citar o alemão Froebel, com seus jardins de infância; o suíço de origem italiana Pestalozzi, inserindo os dois maiores agentes educativos: a família e a escola; Herbat, também alemão, insere o realismo, e entende a formação humana como o contato com a cultura vivenciada; Montessori, que trata da liberdade criativa da criança em busca do auto aprendizado.

A escola pública, gratuita e direcionada a todos toma os contornos de um direito a ser ofertado ao cidadão. A burguesia e o povo possuíam necessidades distintas quanto ao que esperar da educação. A burguesia desejava o “status quo” de domínio e controle sobre o povo, a massa, que era possuidora da força de trabalho. As relações sociais entre os detentores dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho seriam os responsáveis pelos antagonismos que se deslocavam do campo econômico e político para o campo da ideologia pedagógica. Esta escola toma contornos ideológicos e de controle social, pois, a educação leva ao controle das massas. Apesar de tudo isto, nesta época a escola como a conhecemos tornou-se uma instituição com fins próprios e foi devidamente estruturada.

Podemos perceber que a produção pedagógica do século XIX foi um ofertório de teorias e pensamentos que à maneira de cada um, delineavam qual o modelo formativo, considerado mais apropriado ao homem enquanto “ser” e enquanto “cidadão”. Podemos assim dizer que a “Paidéia oitocentista” trouxe a base teórica que permeou a discussão sobre a educação no século XX, a qual veremos adiante.

O século XX foi impetuoso em todos os sentidos da vida em sociedade. Os modelos formativos e de concepções de educação que foram gestados no século anterior tiveram momentos de aflorar no século em que houve uma tentativa de levar a educação a ser vista como uma ciência, ou seja, tudo o que tivesse relação com a educação deveria encerrar-se numa ciência da educação. As grandes transformações sociais ocorreram com uma rapidez ainda não vista até então. Dentro das conformações sociais, o mundo vivenciou a consolidação do capitalismo e as grandes nuances trazidas por este engendro social, que serviu de partida a todos os outros ramos da vida em sociedade.

No campo da formação humana, a ideologia, a abertura da educação às massas, aliadas a um processo de crescimento, que inverteu as concepções éticas, nutriram a educação, colocando-a como o principal vetor da sociedade.

A prática educativa voltou-se para um sujeito humano novo (homem-indivíduo e homem-massa ao mesmo tempo); impôs novos protagonistas (a criança, a mulher, o deficiente); renovou as instituições formativas [...]. Renovação educativa e renovação pedagógica agiram de modo constante e entrelaçadas no curso do século XX (CAMBI, 1999, p. 512).

As relações de consumo, mais uma vez tornaram-se preponderantes nas concepções pedagógicas relacionadas à formação do homem ser e homem cidadão. As grandes transformações políticas que culminaram com as duas grandes guerras mundiais; o antagonismo entre capitalismo/socialismo, a democracia/ditadura, o marxismo, o totalitarismo, o “welfare-state”, e o crescimento da burguesia e da classe operária, serviram de “background” ao desenvolvimento de teorias educacionais no século XX. Nesta época, foi consolidada a proposição de se colocar a educação como uma ciência que possuía um objeto, um método e uma epistemologia que a caracterizasse como tal. Para compreendermos esta definição de educação como ciência, é importante lembrar que no começo do século, o papel da escola, do educador, e o que se esperava da educação enquanto arranjo social, clamava por mudanças e urgia a necessidade de uma sistematização da educação como um todo.

Ao lado do pensamento científico, elabora-se igualmente uma problemática social da gestão da educação e do seu planejamento. Nos Estados Unidos, no fim do século XIX e no começo do século XX, nascem as primeiras escolas públicas de massa, que levantam, para os políticos e os responsáveis pela educação, problemas de organização e de controle; esses problemas se tornarão comuns, posteriormente, nos países industriais, chamados a modernizar o seu sistema escolar. É no quadro dessa modernização que as primeiras “ciências da educação” são integradas à prática educativa institucionalizada. (TARDIF, 2010, p. 351).

Neste contexto, para atender às exigências da organização social que estava em curso, a escola deveria, por meio de sua função precípua, preparar o indivíduo para esta nova roupagem que se desenhava, ou seja, o espaço social necessitava de um sistema escolar que pudesse corresponder às expectativas da sociedade no campo educacional.

Em outras palavras, nesta época a educação enquanto prática social foi posta à prova por meio de forças exógenas que exigiam uma resposta à pergunta: A que (educação) veio?.

Na premissa de responder a esta questão, nas primeiras décadas do século XX, surge um movimento de renovação do ensino com foco no direito à educação, visto como um direito social de grande relevância. Este movimento foi denominado “Escola Nova” ou Ativista. De tendência voltada para a educação da criança, ou seja, tratava as questões relacionadas à educação iniciando com a criança e suas fases posteriores até à vida adulta. Tinha como concepção de formação humana a autonomia crescente do educando, de forma que esta autonomia fosse capaz de fazer com que o aluno tomasse consciência de sua responsabilidade social na sociedade a qual está inserido. Surgiu na Europa com Ferrière, nos Estados Unidos com John Dewey, sendo este um dos teóricos que muito influenciou a educação no Brasil e nas Américas como um todo. Esta proposta consolidou-se aproximadamente por meio século, tendo por foco a formação humana completa com resultado prático social, tornando-se a “Paideia Escolanovista”.

O movimento ativista ligava estreitamente a pedagogia às ciências humanas (a psicologia - em especial a psicologia “genética” – e a sociologia, sobretudo) e simultaneamente, indicava também suas implicações políticas (caracterizadas por uma forte orientação democrática) e antropológicas (destinadas a formar um homem mais livre e mais feliz, mais inteligente e criativo). (CAMBI, 1999, p. 526).

No que tange ao Brasil, as concepções de formação humana da “Escola Nova” foram introduzidas por Rui Barbosa ainda no fim do século XIX. Mais tarde, já no Brasil República, na década de 30, alguns intelectuais brasileiros acreditavam que o momento de desenvolvimento político-econômico e as transformações sociais que o país atravessava constituíam-se em campo fértil a esta nova concepção educacional. Foi por intermédio do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”²⁵, ocorrido em 1932, que estas concepções foram difundidas, tendo por escopo a universalização da educação, a cargo do Estado e ofertada de forma gratuita e laica ao cidadão. Ao

²⁵ Devido ao clima de confronto aberto, em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, encabeçado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. O documento defende a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como um dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional. critica o sistema dual, que destina uma escola para os ricos e outra para os pobres, reivindicando a escola básica única. (ARANHA, 1996, p. 198).

defender o laicismo na educação, estas propostas iam de encontro ao ensino que era ofertado pela Igreja. A Igreja nesta época era uma das maiores instituições que ofertavam o ensino no Brasil, em grande escala, e obviamente era direcionado para os seus dogmas tendo uma concepção de educação religiosa. De fato, a concepção de formação religiosa alegava que a escola leiga apenas instrui, não educa, não forma. Desta forma, a igreja reivindica que a escola deveria ter bases cristãs.

A controvérsia entre católicos e representantes da escola nova surge a partir da década de 20 e será retomada na década de 50. Resulta da reação dos conservadores, que se opõem à política de laicização da escola pública. Os pensadores católicos preconizam a reintrodução do estudo religioso nas escolas por considerar que a verdadeira educação apenas pode ser aquela vinculada à visão moral cristã. Para eles, as escolas leigas “só instruem, não educa”. (ARANHA, 1996, p. 199).

Diante da polarização escolanovistas versus conservadores religiosos, os conceitos políticos de cada grupo se afluavam. Dentre os escolanovistas haviam comunistas e outros que defendiam o liberalismo democrático; por parte da igreja, havia os que eram contrários às ideias comunistas as quais refutam bases religiosas.

Voltando às concepções de formação do escolanovismo, este sofre críticas severas por volta dos anos 50, sendo acusado de formar gerações que não satisfaziam as reais necessidades sociais, justamente tendo em vista que o permissivismo desta proposta fazia com que a escola perdesse as suas características científicas, cognitivas e culturais. Para os fins metodológicos do nosso trabalho, designaremos esta concepção de formação humana de 1900 a 1950, de “Paideia Escolanovista”.

A segunda metade do século XX exigia que novas propostas relacionadas ao campo educativo ressoassem como ciência educativa. Este momento social requer concepções de formação de um homem que seja mais extrovertido e que seja capaz de agir sobre os fatos sociais, de forma a dar novo curso ao ato de educar. A educação deveria ser vista como um “*start*”, que respondesse à demanda de uma sociedade em desenvolvimento, cada vez mais tecnológica, mais integrada socialmente, e com uma miscigenação cultural cada vez mais latente.

No Brasil, a partir dos anos 50, do século XX, na esteira do que já havia acontecido, houve um turbilhão de transformações sociais, políticas e econômicas. Para lembrar, de 1951, quando retorna ao poder Getúlio Vargas até 1964, quando os militares

assumem o poder, o Brasil vivia uma época em que podemos chamar de consolidação de nação política e economicamente definida, pois, nesta esfera havia uma dualidade entre o nacional desenvolvimento e a substituição de importações. Ambas as conformações eram contrárias entre si e tiveram o seu ponto alto no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), com o lema: “cinquenta anos em cinco”, que na verdade mostrou-se controverso ao apresentar no seu “Plano de Metas” um carácter nacional desenvolvimentista, mas com o apoio de empresas estrangeiras que deveriam montar filiais aqui no Brasil. Estas foram as conformações políticas que resultaram na Revolução de 64, iniciando o período dos militares no poder.

No regime militar apesar de haver uma ruptura no processo político, isso não ocorreu necessariamente no regime econômico. Pelo contrário, houve continuidade ao que já estava definido nas bases da economia brasileira, o que também refletia na educação.

Não tendo havido ruptura, mas continuidade no plano socioeconômico, compreende-se que tenha havido também na educação. E isto se refletiu na legislação que instituiu as reformas do ensino baixadas pela ditadura. Eis porque não foi necessário revogar os primeiros títulos da LDB (Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961), exatamente os títulos que enunciavam as diretrizes a serem seguidas (SAVIANI, 2012, p. 364).

1.4 A concepção produtivista e novos enfoques educacionais

Tal fato foi importante no contexto da nova concepção de educação que estava surgindo: a concepção produtivista da educação. O desenvolvimento econômico brasileiro, sustentado pelo modelo geopolítico de interdependência continental, o qual ao mesmo tempo em que depende dos demais países das Américas, especialmente dos Estados Unidos, os outros países também dependem do Brasil, eleva a importância da educação na consecução das relações geopolíticas assumidas pelo nosso país. Nesta época, a teoria do capital humano toma destaque, pois, começava a surgir o valor personalizado, a competência como diferencial das pessoas em todos os ramos da vida em sociedade, principalmente no campo econômico por meio da produtividade que poderia ser traduzida em maior produção, melhor qualidade e menor custo. Tudo isto seria conseguido pela educação.

No Brasil, apesar de haver outros marcos desta nova concepção de educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (Lei 5.692/1971) refletia a escola produtivista que era requerida a esta época.

Com a aprovação da Lei. 5.692, de 11 de agosto de 1971, buscou-se estender essa tendência produtivista a todas as escolas do país, por meio da pedagogia tecnicista, convertida em pedagogia oficial. Já a partir da segunda metade dos anos de 1970, adentrando pelos anos 1980, essa orientação esteve na mira das tendências críticas, mas manteve-se como referência da política educacional. (SAVIANI, 2012, p. 365).

Dentro do contexto educacional, a escola produtivista deveria ser operacionalizada pela pedagogia tecnicista, ou seja, havia no seu teor constitutivo a necessidade de educar para o desenvolvimento tendo por pressuposto a produtividade, a qual só poderia ser alcançada pela educação.

Os governos militares estreitaram os laços com os Estados Unidos, permitindo a entrada e instalação de várias empresas americanas no país. Com isto, as suas formas e conceitos de administração eram introduzidos no país. Modelos de administração com focos no taylorismo e fordismo que consistiam no controle de processos, aliados ao behaviorismo que possuía foco no comportamento humano para realizar determinada atividade, serviram de base ao que no campo educacional à época foi denominado de “pedagogia tecnicista”.

A tendência tecnicista em educação resulta da tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial que se baseia na “racionalização”, própria do sistema capitalista. Um dos objetivos dos teóricos desta linha é, portanto, adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, evidentemente com economia de tempo, esforços e custos. Em outras palavras, para inserir o Brasil no sistema do capitalismo internacional, seria preciso tratar a educação como capital humano. Investir em educação significaria possibilitar o crescimento econômico. (ARANHA, 1996, p. 213).

A despeito das intenções de alavancar o desenvolvimento por meio da educação, havia no Brasil uma distância entre a concepção política e o resultado prático obtido pela educação. Altos índices de repetência e evasão refletiam na prática as ineficiências da implementação desta política pública. A Lei 5.692/1971, não fora debatida junto à sociedade, sendo então uma imposição que deveria ser implementada pelo país no âmbito das diversas esferas de poder. Esta Lei fora relatada pelo eminente educador

Valnir Chagas²⁶, o qual teve que adequar a legislação aos interesses nacionais defendidos pelos militares e ao mesmo tempo tratar de pontos relativos à real necessidade de reforma da educação brasileira. (SAVIANI, 2012, p. 374). Esta Lei vigorou até meados da década de 1990, quando a nova LDB (Lei 9.394/1996) fora aprovada.

No campo político-econômico, percebemos que nos 25 anos de vigência da Lei 5.692/1971, o Brasil passou pelo período dos militares no poder (1964-1984), pelo período de redemocratização iniciando em 1985, nova Constituição Federal em 1988, o período da abertura dos portos brasileiros às importações em 1990, no governo Collor (1990-1992) e neoliberalismo econômico iniciando-se com o governo FHC (1995-2002). Esta Lei foi a base da educação nacional durante este período, ou seja, apesar de mudanças político-econômicas, o Brasil teve um continuísmo das concepções de educação baseadas na educação tecnicista.

Em suma, no século XX, a partir da década de 1950 até a década de 1990, a concepção de formação humana é baseada no caráter produtivista, utilitarista da educação, a qual atendia principalmente aos desígnios da sociedade capitalista. Ainda que em momentos distintos houvesse teorias contrárias que criticavam a escola devido à sua sistematização e fragmentação dos conteúdos, e das componentes curriculares, ela mostrava-se assim voltada diretamente ao tecnicismo composto por seus pressupostos racionais e comportamentais.

É certo que essas teorias se concentravam na crítica à educação vigente, não apresentando alternativas, isto é, não propondo uma nova maneira de lidar com as escolas. Por isso, pode-se concluir que, a par do aguçamento do espírito crítico, elas teriam também provocado um sentimento de “sem saída”, de falta de alternativas. (SAVIANI, 2012, p. 398)

Assim, neste período, as tendências contra hegemônicas, principalmente entre meados da década de 1970 e final da década de 1980 ficaram mais no discurso, no fisiologismo, comportando-se como uma “voz que clama no deserto”, pois, mesmo que intelectuais educadores lutassem por uma escola que fosse livre da conotação dos

²⁶ Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (1921-2006). Foi um dos teóricos que traçou as normativas e diretrizes educacionais no período do regime militar. “Cumpriu sob medida o papel de ideólogo educacional do regime militar” (SAVIANI, 2012, 379).

arranjos capitalistas, a concepção dominante continuou a ser o “background” das políticas educacionais praticadas à época. Para os fins metodológicos do nosso trabalho, designaremos de “Paideia Tecnicista”, a concepção de formação humana no período de 1950 a 1990.

A partir da década de 1990, a escola, ou seja, as concepções de formação educacional do homem passam a ter uma dualidade epistemológica: 1) são em grande parte uma síntese do que aconteceu nas oito décadas anteriores do século XX; 2) passam a ser reconfiguradas no sentido de valorização do indivíduo e na “incerteza” do futuro, da imprevisibilidade das relações sociais, principalmente com a disseminação em larga escala de novas tecnologias a serem utilizadas nos mais diferentes campos da vida humana.

No viés da síntese das décadas anteriores, a década de 1990 foi na esteira do “neoliberalismo” econômico que as concepções de educação se firmaram. O neoliberalismo defende as relações de abertura de mercado, a livre concorrência, a “oportunidade a todos”, bem como parte do princípio de que a qualidade exigida na fabricação de produtos e na prestação de serviços seja a “qualidade total”, maximização de lucros, redução de estoques, e redução de custos. Obviamente para que isto aconteça de forma satisfatória, necessário se faz que as pessoas sejam educadas, ou seja, urge aí a necessidade de preparação do capital humano para gerir os matizes que compõem o neoliberalismo. É justamente neste quesito que a escola toma ares do neotecnicismo e neoconstrutivismo.

Nestas novas condições reforçou-se a importância da educação escolar na formação dos trabalhadores que, pela exigência da flexibilidade, deveriam ter um preparo polivalente apoiado nos conceitos gerais, abstratos (...). Manteve-se, pois, a crença na contribuição da educação para o processo econômico-produtivo, marca distintiva da teoria do capital (SAVIANI, 2012, p. 429).

Em outras palavras, a escola neste momento passa a ser defendida por alguns, que da mesma forma em que as leis de mercado regulam as relações econômicas, a escola deveria também tender à iniciativa privada, pois, somente assim a escola teria condições de exercer o seu papel de preparar o cidadão para os desafios do mercado. Esta aceção apoiava-se no fracasso da educação pública, a qual não cumpria o seu papel de democratizar o ensino.

Sob o aspecto da incerteza do futuro, da valorização do capital individual, da imprevisibilidade das relações sociais e uso das novas tecnologias, a década de 1990, fez surgir uma ressignificação de formação educacional que era bem a “cara do mercado”. Nesta situação o indivíduo deverá procurar a ser competitivo no mercado de trabalho. Ele deveria estar o mais qualificado possível para aumentar as chances de sua empregabilidade, pois, as exigências do mercado de trabalho requerem cada vez mais uma pessoa preparada.

Agora o indivíduo é que terá de exercer a sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* de empregabilidade. (SAVIANI, 2012, p. 430).

Nesta situação sabemos que num mercado neoliberal, competitivo, não há emprego para todos. O simples fato de haver competição, concorrência, resulta em exclusão de boa parte dos trabalhadores. E nem todos que estão qualificados terão emprego garantido. A conformação de educação tendo por pressuposto o processo econômico operado nesta época, resulta no que se define como pedagogia da exclusão. Exclusão esta que acontece ao se definir que na sociedade neoliberal, não há lugar para todos e nem tampouco há uma qualificação que lhe garanta participação neste mesmo mercado. Para os fins metodológicos do nosso trabalho, designaremos de “Paideia Neoliberal”, a concepção de formação humana no período de 1990 a 2000.

A partir do ano 2000, inicia-se uma nova concepção de educação, a qual toma novos rumos ante aos desafios emergentes. Na última década do milênio, as concepções educacionais estavam voltadas para o devir, alertando à sociedade e aos governos como um todo no que se refere ao caráter essencial da educação no processo de desenvolvimento de uma sociedade. Desta forma, as concepções de formação educacional contemporâneas, foram “gestadas” a partir de meados da década de 1990. Desde aquela época, e bem presente em nossa contemporaneidade, as concepções de formação partem do princípio que devemos ‘aprender a aprender’. Esta nova concepção busca evidenciar a necessidade de ressignificação da escola, pois, deve agora ser vista como um meio que apoie o indivíduo a adaptar-se à realidade do imprevisível, da incerteza. Dentro desta perspectiva, a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO, organismo da Organização das Nações Unidas – ONU, que trata

das questões relacionadas à educação, definiu linhas mestras a serem seguidas pelos países-membros. O Relatório Jacques Delors²⁷ é um dos documentos que retratam os novos desafios educacionais globais do início do século XXI.

‘Learning throughout life: the heartbeat of society’. The concept of learning throughout life thus emerges as one of the keys to the twenty-first century. It goes beyond the traditional distinction between initial and continuing education. It meets the challenges posed by a rapidly changing world. This is not a new insight, since previous reports on education have emphasized the need for people to return to education in order to deal with new situations arising in their personal and working lives. That need is still felt and is even becoming stronger. The only way of satisfying it is for each individual to learn how to learn.²⁸ (UNESCO, 1996, p. 22).

Sob esta orientação, a própria escola deve aprender a aprender. Numa economia que é a base de tudo, os postos de trabalho cada vez mais são disputados, não havendo assim a inserção de todos seja na educação, seja no mercado de trabalho. Ambas as instituições estão cada vez mais seletivas, mais exigentes e acima de tudo, as pessoas devem aprender a conviver com a incerteza, o risco.

As concepções de educação para o século XXI propostas pela UNESCO no relatório acima, são definidas tendo por base quatro pilares:

‘Aprender a conhecer’ (*learning to know*) relaciona-se à capacidade de percepção do mundo a sua volta, fazer uma ressignificação de conceitos e perceber que as inovações tecnológicas e o progresso científico realizam mudanças mundiais muito rápidas e efêmeras.

‘Aprender a fazer’ (*learn to do*) implica que o indivíduo, além de saber as competências que abrangem determinado ofício, deve permanentemente buscar aperfeiçoar-se,

²⁷ Relatório apresentado em 1996, a pedido da UNESCO, tendo como presidente Jacques Delors, o qual era o presidente da Comissão responsável por elaborar entre 1993-1996 as concepções de formação humana mundial exigidas no início do século XXI.

²⁸ ‘Aprendizagem ao longo da vida: A essência da sociedade’. O conceito de aprendizagem ao longo da vida, portanto, emerge como uma das chaves para o século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e continuada. Engloba os desafios colocados por um mundo em rápida mudança. Isso não é uma nova visão, uma vez que relatórios anteriores sobre educação têm enfatizado a necessidade de pessoas retornarem à escola para lidar com novas situações que se verificam em suas vidas pessoais e no trabalho. Essa necessidade ainda é sentida e ainda está se tornando mais forte. A única maneira de satisfazê-la é cada indivíduo aprender a aprender. Tradução do autor.

inteirar-se de novos conceitos que fazem parte da sua profissão e acima de tudo estar apto a encarar novos desafios que a constante mudança lhe impõe.

‘Aprender a ser’ (*learn to be*) refere-se intimamente às relações entre o indivíduo consigo mesmo, a sua postura e comportamentos. O indivíduo deve primar pelo aprimoramento enquanto ser humano e ter a percepção dos seus talentos e explorá-los, com vistas à superação de limites e o aprimoramento pessoal em todos os sentidos.

‘Aprender a conviver’ (*learn to live together*) relaciona-se à capacidade do indivíduo em respeitar o espaço do outro de forma ampla. Implica necessariamente aceitar as diferenças, pensar e agir buscando a interação com o outro e ao mesmo tempo perceber que somos interdependentes. Cada pessoa tem uma história e obviamente as suas percepções devem ser respeitadas. Administrar conflitos é uma obrigação por parte de todos. Este pilar, por referir-se à interação humana, foi considerado pela UNESCO como sendo um dos mais importantes, pois, no mundo pós-moderno a interação humana, facilitada sobremaneira pelas tecnologias de comunicação constitui-se numa primazia ainda não experimentada em épocas passadas.

Com base nessa visão desses quatro pilares, estes pressupostos devem ser analisados de forma conjunta, pois, percebemos que estas novas dimensões do conhecimento são fruto das relações existentes na sociedade pós-moderna, as quais se assentam no ritmo enredado pela sociedade do conhecimento e pela tecnologia da informação. A publicação do Relatório Jacques Delors pela UNESCO é sustentada no seu teor partindo dos quatro pilares necessários à educação no século XXI. Esses fundamentos serviram e servem de suporte a vários autores e teóricos que escrevem sobre a educação na atualidade.

Há sete saberes “fundamentais” que a educação do futuro deveria tratar em toda sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem rejeição, segundo modelos e regras próprias a cada sociedade e a cada cultura. Acrescentemos que o saber científico sobre o qual este texto se apoia para situar a condição humana não só é provisório, mas também desemboca em profundos mistérios referentes ao Universo, à Vida, ao nascimento do ser humano. Aqui se abre um *indecidível*, no qual intervêm opções filosóficas e crenças religiosas através de culturas e civilizações. (MORIN, 2000, p. 12).

Desta forma, os “sete saberes” constitui-se na ampliação epistemológica dos quatro pilares que representam os saberes necessários à educação no século XXI. As

concepções de formação educacional do homem neste século, obviamente trazem os desafios inerentes à duas vertentes: incerteza e transição. A incerteza parte do princípio de que tudo o que existe não garante uma linearidade que nos permita fazer um prognóstico para o futuro, o devir. A transição, diretamente ligada à vertente anterior, coloca a sociedade em um momento existencial em que há uma “crise” entre os paradigmas existentes e os paradigmas emergentes. As reflexões sobre o saber, o conhecimento, a formação educacional passa necessariamente por estas “peneiras” de valores, os quais em um determinado momento permitem novas possibilidades epistemológicas.

Morin, em sua obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro” (2000, passim) trata de pontos de reflexão a respeito da educação contemporânea. Por solicitação da ONU/UNESCO, este autor traz a sua contribuição na construção das concepções contemporâneas da educação, tendo por base os pilares da educação do futuro que já foram tratados anteriormente. Os sete saberes consistem numa síntese que valorizam o ser humano na construção do processo educacional, sendo eles:

‘As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão’. Trata das questões relativas aos paradigmas. Refuta o determinismo e abre a possibilidade do paradigma emergente, da revisão de conceitos e do conhecimento. Coloca em evidência que o conhecimento além de ser algo temporário, também depende do ponto de vista e do referencial.

‘Os princípios do conhecimento pertinente’. Refere-se a questões relacionadas ao conhecimento como um todo complexo. Enfatiza a necessidade da mundivisão e da análise do conhecimento de forma ampla e não por partes. Somente o conhecimento das partes não necessariamente implica no conhecimento sistêmico do conjunto.

‘Ensinar a condição humana’. Mostra que o ser humano é algo complexo e possuidor de características peculiares enquanto ser que usa da razão. Evidencia que o ser humano enquanto indivíduo faz parte do conjunto dos arranjos e fatos sociais. A complexidade da condição humana deve ser levada em conta no processo educacional, englobando todos os aspectos culturais e biológicos do homem.

‘Ensinar a identidade terrena’. Ressalta que o mundo está globalizado e que vivemos atualmente na era planetária da massificação da informação e comunicação, do avanço da internet e de novas ferramentas capazes de fazer com que o homem perceba pela primeira vez a sua condição terrena, mas que ao mesmo tempo a quantidade de informações dificulta a compreensão e a apreensão do mundo.

‘Enfrentar as incertezas’. Trata da incerteza como algo previsível, levando o homem a preparar-se para tal, de forma que o conhecimento deve ser analisado com esta variável e por isto mesmo abre reflexões sobre conceitos e valores a serem agregados. O progresso do conhecimento é apenas uma possibilidade, mas sem assertiva estabelecida previamente.

‘Ensinar a compreensão’. Trata da compreensão tomada sob duas perspectivas: a intelectual e a humana. Enfatiza os paradoxos e a ética do gênero humano. Quanto mais somos capazes de nos comunicar, mais impera a falta de compreensão. Sabemos muito sobre tudo e cada vez menos exercitamos a compreensão. A formação humana vai além dos processos relacionados a tempo e espaço, proximidade dos interlocutores. Para compreender é preciso ver o outro a partir de si. É intensificar os processos de empatia na busca da compreensão da natureza humana.

‘A ética do gênero humano’. Relaciona-se ao ser humano e sua interação com o outro. Fala da coexistência do ser humano, o qual somente o é a partir do outro. É necessário termos a consciência que existimos a partir de três vértices: indivíduo, sociedade e espécie. A educação deve permitir uma educação terrena literalmente, com consciência da vida terrestre.

A partir dos pressupostos dos sete saberes, podemos inferir que a sua efetivação só é possível a partir de uma abordagem conjunta, de forma a provocar na sociedade e nos agentes educacionais uma mudança de paradigma e de graduação de valores culturais presentes em cada comunidade referenciada. Estes saberes ligam diretamente, de forma não paradoxal, o dualismo: indivíduo/sociedade global. Todas as vertentes situam-se no indivíduo/sociedade.

A incerteza do futuro representa o caráter iminente de abertura de novas possibilidades ao que está posto. Isto cria para a educação pós-moderna do século XXI novas potenciais concepções, sem contudo deixar de lado os princípios que lhe permitem ter a tendência inclusive de transição para novos paradigmas. De certa forma, isto não é totalmente novo, pois, quando falamos de pós-modernidade, Lyotard (1984), de forma pioneira no campo cultural, já falava sobre a não linearidade das relações sociais e a questão do determinismo, sendo este na verdade, apenas uma apreensão conceitual em dado momento numa sociedade.

Determinism is the hypothesis upon which legitimation by laws. As we have seen, this inclusion is not simple operation, but gives rise to “paradoxes” that are taken extremely seriously and to “limitations” on the scope of knowledge that are in fact changes in its nature.²⁹ (LYOTARD, 1984, p. 53).

Partindo de uma análise ampla, podemos inferir que as concepções de formação humana na contemporaneidade possuem um caráter de construção das habilidades e competências que o indivíduo deve desenvolver junto à sociedade. Neste contexto, o indivíduo passa a ter necessidade de reavaliação de conceitos a partir da incertezas e mudanças constantes. Exigem-se habilidades e competências interacionais, pois, o ser humano somente o é a partir do outro. Em outras palavras, as concepções contemporâneas de educação focam no indivíduo a partir da sociedade. Para haver desenvolvimento social, deve haver primeiro desenvolvimento individual. Este fato evidencia os quatro pilares básicos da educação do futuro. A educação contemporânea deve preparar o cidadão para a vida em sociedade, isto quer dizer que ele deve construir as suas competências sociais a partir de suas competências individuais. Acreditamos que esta concepção contemporânea de educação reveste-se de caráter neoconstrutivista. É importante esclarecer que o neoconstrutivismo nada tem a ver com uma teoria educacional, nem uma metodologia, mas apenas uma forma de descrever a concepção em relação ao conhecimento necessário à educação do futuro. Desta forma, para os fins

²⁹ Determinismo é uma hipótese, uma vez que é legitimado pelas leis. Desta forma, esta inclusão não é uma simples operação, mas dá origem a “paradoxos” que são tomados de forma extremamente severa a partir das “limitações” situadas no âmago do conhecimento que são de fato, mudanças em sua própria natureza. Tradução do autor.

metodológicos do nosso trabalho, designamos de “Paideia neoconstrutivista”, a concepção de formação humana a partir do início do século XXI.

No Brasil, as concepções da UNESCO de certa forma fizeram parte da reformulação do ensino que aconteceu no período de 1996 a 2001. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – sinalizou a necessidade de revisão do papel da escola, do professor e do aluno. Orientou-se pela busca de perspectivas educacionais que colocam no centro da ação pedagógica o resultado a ser alcançado pelo aluno para que atenda às demandas sociais. Além da LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1998), que tratam da parametrização de currículos a serem utilizados nas escolas, enfatizam a necessidade do aprender a aprender capacitando o indivíduo a obter novas competências, capacidade de readaptação, desassimilação e adequação permanente.

Essa mesma orientação vem a ser assumida como política de Estado por meios dos Parâmetros Currículos Nacionais (PCNs) elaborados por iniciativa do MEC para servir de referência à montagem dos currículos de todas as partes do país. (...) Trata-se agora de capacitar para adquirir novas competências, novos saberes (...). (SAVIANI, 2012, p. 433).

Em outras palavras, a intenção é de se flexibilizar o processo educativo, de forma que haja um envolvimento maior, em diferentes níveis entre escola, professor e aluno. Mas por outro lado, no Brasil, assim como em outros países, foi inserido paulatinamente um controle efetivo sobre os resultados do ensino. Isto pode ser traduzido nas constantes avaliações de ensino que são realizadas hodiernamente. A avaliação dos agentes educacionais (PAIUB, Prova Brasil, ENEM, Enade etc.) por meio de testes, exames, provas, expõe o lado mercadológico, o viés econômico do processo educacional, com foco na “qualidade total”. Isto reflete de certa forma o “modo toyotista” de busca pela excelência ao agir nas diversas fases e agentes do processo educacional.

Apesar da formação educacional no Brasil pautar também pelas orientações definidas pela ONU/UNESCO, podemos perceber que as concepções de educação em nosso país carecem de estruturas e políticas públicas para avançarem nos níveis de qualidade que possam inserir o país como emergente na área da educação.

Sintetizando, ficam, pois, evidenciadas as concepções de formação humana desde a educação clássica iniciada pelos gregos, até à educação contemporânea orientada pela ONU/UNESCO. Na educação clássica, com os gregos, ficou evidenciada a “Paideia Grega”, baseada na formação do homem enquanto ser individual, corpo e mente, tendo sua base formada pelas duas principais cidade-estado Atenas e Esparta, que possuíam diferenças na formação educacional, mas em síntese constituíam a educação grega por nós referenciada. Com a queda do império Romano e a ascensão da Igreja nos primeiros sete séculos da idade cristã, no período considerado Alta Idade Média, tivemos o desenvolvimento da “Paideia Cristã”, a qual tinha por fundamento a fé religiosa como concepção de formação educacional do homem. O concílio entre a fé e a razão surgiu a Patrística, a qual consolidada formou as bases da Escolástica, que compunha o currículo da educação medieval. A Escolástica foi predominante até meados do século XIV.

Com a crise da igreja no século XIV, surge a “Paideia Humanista”, que adota as concepções de formação do homem tendo por base não mais as questões metafísicas, mas o homem como ser, como indivíduo em que a formação deveria ser voltada para a valorização do homem enquanto indivíduo e ao mesmo tempo parte da sociedade. Na Baixa Idade Média, a crise da Igreja reflete no arrefecimento da Escolástica, mas sem contudo ser extinta. Esta época inicia-se o Renascimento como movimento cultural e artístico que visa valorizar o homem em todas as suas vertentes. No século XIII, a sociedade se desenvolve pautada pela expansão do capitalismo e pelo surgimento da burguesia, fatos que notadamente criaram uma cisão entre fé e razão. Nesta época surge o Iluminismo como concepção de formação do homem e a “Paideia Iluminista” assenta-se no fato de que o indivíduo tem sua formação como homem e cidadão baseada na razão, livre das imposições metafísicas feitas pela Igreja.

No século XIX, houve um ofertório de teorias a respeito das concepções de educação. As lutas de classes, enfatizadas pela classe trabalhadora de um lado e a burguesia do outro, concorreram para inserir a educação no centro do debate a respeito do desenvolvimento, pois, este só poderia acontecer tendo por base a educação. Surge então a “Paideia oitocentista”, a qual trouxe bases teóricas que definiam a produção pedagógica do século XIX, resumindo-se num ofertório de teorias e pensamentos que à maneira de cada um, delineavam qual o modelo formativo, considerado mais

apropriado ao homem enquanto “ser” e enquanto “cidadão”. que permeou a discussão sobre a educação no século XX.

O século XX foi praticamente as consequências do que fora gestado no século anterior em todos os sentidos da vida em sociedade. A consolidação do capitalismo além fronteiras e o mercado exigindo cada vez mais mão de obra qualificada são duas vertentes que colocam a escola no centro das ações relativas ao desenvolvimento da nação. No campo educacional, isto só poderia ser conseguido por meio de uma educação que focasse na criança, no seu mundo infantil, as características do futuro mundo real. Surge então nas primeiras décadas do século XX a Escola Nova ou Ativista. A “Paideia Escolanovista” tinha por pressuposto, valoriza a criança e sua autonomia crescente do educando até que ele tome consciência da sua responsabilidade social na qual está inserido. Esta concepção vigorou por aproximadamente até os anos 1950, em que fora perdendo força entre os teóricos da educação. A partir da década de 1950 até a década de 1990, a concepção de formação humana é baseada no caráter produtivista, utilitarista da educação, a qual atendia principalmente aos desígnios da sociedade capitalista. Ainda que em momentos distintos houvesse teorias contrárias que criticavam a hegemonia destas concepções de educação, constata-se que houve um tecnicismo na educação com vistas a atender o mercado capitalizado global. A “Paideia Tecnicista” possuía bases oriundas das técnicas da administração e gestão do mercado. O modelo “Fordista e Taylorista” de administrar foi empregado na educação, a qual primava pela divisão social dos conteúdos.

Na década de 1990, ocorre uma reorganização social do papel da escola, síntese do que acontecera nas oito décadas anteriores. Este momento houve o ressurgimento do neotecnismo, neoprodutivismo e também o neoescolanovismo, todos com uma vertente voltada para a consolidação do momento econômico global denominado neoliberalismo. Desta forma a “Paideia Neoliberal”, na qual as concepções de formação educacional do homem devem primar pelo princípio da qualidade total, modo “toyotista”, o qual cria de maneira paradoxal, a pedagogia da exclusão. Em um mercado bastante concorrido não há qualificação para todos e nem todos qualificados tem a garantia de emprego.

A partir do ano 2000, mas com sua teoria gestada em meados da década de 1990, surgem novas orientações educacionais a respeito das concepções de formação

humana. A partir de orientações da ONU/UNESCO, ganha destaque a concepção do aprender a aprender. Sob esta égide são definidos os quatros pilares básicos da educação do futuro: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Desta forma, a “Paideia neoconstrutivista” passa a ser o referencial dos teóricos educacionais no século XXI, tendo por base a valorização do ser humano e suas relações com a sociedade. A ética do ser humano é bastante evidenciada nesta nova concepção que coloca em evidência a incerteza e a imprevisibilidade do futuro, mas que defende uma sistematização do conteúdo educacional tendo por referência a contribuição do indivíduo à sociedade à qual pertence.

Neste primeiro capítulo, foram evidenciadas as concepções de formação humana desde a educação clássica até à contemporaneidade. A construção teórica das concepções de formação educacional do homem, em nosso trabalho, tem por meta ser o referencial que permita analisar as concepções de formação do Curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes – APMT. Não faz parte de nosso trabalho ater-se a teorias educacionais específicas, mas construir um referencial de concepção educacional de forma ampla. São por estes parâmetros que os nossos estudos estão pautados.

É importante ressaltarmos as concepções de formação humana desde os primórdios clássicos até à contemporaneidade tendo em vista que estas concepções servem de suporte ou “*background*” para podermos discorrer sobre a formação do profissional policial militar, mais especificamente o Oficial egresso da APMT, como já salientamos. Com base no panorama geral de formação humana, teceremos o próximo Capítulo sobre a epistemologia da formação policial militar.

CAPÍTULO II

ORIGEM E CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR.

No capítulo anterior, tratamos das concepções de formação humana desde a antiguidade clássica, perpassando pela Idade Média, Idade Moderna chegando até as concepções de formação do homem predominantes neste início do século XXI. Neste capítulo, abordaremos a origem da polícia militar e as concepções da formação desse policial através dos seus valores epistemológicos do ponto de vista do “servir e proteger”. Discutiremos os saber-fazeres necessários ao exercício da profissão policial militar, que diferentemente de outras profissões, possui uma ética deontológica que coloca o dever acima de tudo, inclusive com o risco e em caso extremo o sacrifício da vida deste agente do Estado. Apresentaremos as ponderações valorativas ao exercício da atividade e discorreremos sobre os saberes necessários ao exercício da profissão policial militar bem como as suas inter-relações com as concepções de formação humana.

2 A Polícia Militar no Brasil

Com a vinda da Família Real para o Brasil, D. João VI, em 13 de maio de 1809, criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, visando à segurança e a tranquilidade pública, sendo a primeira organização policial estruturada do Brasil. Nas províncias, as Corporações Policiais Militares surgiram a partir de 10 de outubro de 1831, sendo o Brasil, nessa época, um Estado soberano. Nessa data, uma lei autorizou a criação de Corpos de Guardas Municipais Voluntários no Rio de Janeiro e nas Províncias, com a missão de manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça, com o caráter de organização militar, advinda da tradição portuguesa, transplantada para o nosso país. A partir de 1915, a legislação federal, reguladora do serviço militar e definidora da organização da Força Terrestre, passou a vincular os Corpos Estaduais ao Exército Brasileiro, compelindo-os às suas características, como forças operacionais de combate.

Em 1918, esses Corpos foram classificados como Forças Auxiliares do Exército Ativo; sendo que somente a partir de 1931 a União começou a exercer um efetivo controle sobre as forças policiais dos estados, principalmente no que concernia ao armamento e ao efetivo. A Constituição Federal, de 1934, considerou as Polícias Militares (PPMM) como Reserva do Exército, e conferiu à União, a capacidade de legislar privativamente sobre todos os aspectos considerados de interesse da força terrestre, sendo que em 1936, uma lei federal determinou a reorganização das PPMM e definiu, pela primeira vez, as suas missões específicas.

Em 1939, um decreto dispendo sobre a administração dos Estados e dos Municípios fez dependerem da aprovação do Presidente da República, toda legislação estadual, que dispusesse sobre ordem, tranquilidade e segurança pública. Era o tempo do Estado Novo. A Constituição Federal de 1946 vinculou a existência das PPMM à Segurança Interna e à Manutenção da Ordem pública. Durante a Revolução de 1964, o governo do Marechal Castelo Branco criou, no Ministério do Exército, a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), e em 13 de março de 1967 modificado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 667, de 02 de julho de 1969, que o normalizou, um modelo de Estrutura Organizacional adequada às Corporações Policiais Militares, tendo em vista seu rendimento operacional. A partir de 30 de dezembro de 1969, o Decreto Lei n.º 1072 deu nova redação ao art. 3º, alínea *e* do Decreto Lei n.º 667, suprimindo a expressão “e os casos estabelecidos em legislação específica”, atribuindo explicitamente a exclusividade do policiamento ostensivo fardado às Polícias Militares, o que acarretou a extinção das Guardas Civis.

A Constituição Federal de 1969 atribuiu às Polícias Militares a missão de manutenção da ordem pública nos Estados e, em 1970, por meio do DL n.º 66.862 estabeleceu os princípios e os diferentes tipos de policiamento e as diversas atividades policiais militares. Na atualidade, essas Corporações, caracterizadas como sendo as integrantes das comunidades à qual pertencem, estão solidificadas na expressão *Polícia Militar*, prescrita na Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III – Da Segurança Pública, ao estabelecer que compete às Polícias Militares, a polícia ostensiva (denominação entendida pela doutrina moderna como uma expansão da competência da atividade policial militar) e a preservação da ordem pública, bem como aos Corpos de Bombeiros Militares a execução de atividade de Defesa Civil, além de serem

consideradas Forças Auxiliares e Reserva do Exército subordinadas aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

2.1 A Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO

A Polícia Militar do Tocantins é a mais recente corporação policial militar brasileira. Foi ativada pela Medida Provisória nº 001, de 1 de janeiro de 1989, juntamente com estrutura básica do Poder Executivo do Estado do Tocantins.

A Polícia Militar do Estado de Tocantins (PMTO) tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Tocantins. Ela é Força Auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados militares dos Estados, assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.

A Academia de Polícia Militar Tiradentes (APMT) iniciou suas atividades em 26 de julho de 1996, e por meio da Lei nº 860/96 foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Com o avanço do Estado, as necessidades da população e da corporação cresceram juntas, no entanto foi autorizado no dia 21 de abril de 2002, através do Decreto nº. 1.486, a instalação e o funcionamento da AESP (Academia Estadual de Segurança Pública), instituída pela Lei 1.180, de 13 de outubro de 2000. A partir de 2003, as instituições policiais, Civil e Militar, passaram a trabalhar o ensino de forma integrada, embora a estrutura organizacional ainda não regulamentada, funcionando como Departamento Civil e Departamento Militar.

As primeiras turmas formadas pela Academia Estadual de Segurança Pública foram oriundas do Curso de Habilitação de Cabos (CHC), Curso de Habilitação de Sargentos (CHS), Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e o Curso de Habilitação de Oficiais de Administração (CHOA). Em 2003 foi criado o Curso de Formação de Oficiais (CFO). A chegada dos novos profissionais, a habilitação e o aperfeiçoamento dos policiais que passam pela APMT, o Curso de Formação de Agentes e Escrivães da Polícia Civil e o Curso de Formação de Oficiais, caracterizam o marco inicial e a efetivação da Academia Estadual de Segurança Pública no Estado do Tocantins.

Em 2008, o Conselho Estadual de Educação reconheceu o Curso de Formação de Oficiais como Bacharelado, o que facilita o acesso dos oficiais a cursos de especialização, possibilitando, ainda, o ingresso dos oficiais como portador de diploma de curso superior em universidades.

Os cursos realizados pela Academia até 2014 foram: Polícia Militar: CFSD (Curso de formação de soldados); CHC (Curso de habilitação de cabos); CHS (Curso de habilitação de sargentos); CHO (Curso de habilitação de oficiais); CFO (Curso de formação de oficiais); COE (Curso de operações especiais); GIRO (Grupo de intervenções rápidas ostensivas). Polícia Civil: Agente; Escrivão; Papiloscopista; Perito e médico legista.

2.2 Etimologia das polícias militares e formação nas academias de Polícia Militar

Buscando na etimologia, a palavra "polícia" originou-se no verbete latino "politia", sendo que este resultou da latinização da palavra grega [politeia], esta derivada de [polis] que significa "cidade". "politia" significava assim o governo da cidade, "cidadania", "administração pública" ou "política civil". Na Grécia antiga, o termo [polissoos] ([polis] + [sōizō], significando uma pessoa encarregada da guarda urbana.

Quanto ao termo militar, apesar de haver acepções diversas quanto ao seu surgimento e uso por diferentes historiadores, tomamos por referência os militares da Grécia antiga, mais precisamente os guerreiros de Esparta, que tinham a sua formação voltada para defender a Cidade-Estado, e tinham no seu currículo a formação militar por excelência. Os soldados espartanos eram vistos como os melhores preparados para o combate contra outros povos, sendo célebres as batalhas que travaram contra os persas (guerras médicas século V a.C.). Segundo (MONROE, 1905, p. 72),

(...) the Spartan state possessed a stability and a record of military achievement unequaled by any other Greek state ; the Spartan man, a bravery, power, endurance, and self-control that was often wanting,

sometimes conspicuously so, in the other Greeks³⁰; (MONROE, 1905, p. 72).

Guerras e batalhas à parte, o termo militar refere-se na prática a uma instituição, geralmente fardada, que possui a autorização do Estado para o emprego da força, também incluído o uso de armas de fogo. Estado aqui é entendido como uma nação, um país soberano e politicamente organizado.

O adjetivo militar das polícias seja em nível nacional ou mundial tem por pressuposto algumas características relativas aos militares, estes entendidos como os responsáveis diretos pela Defesa da Nação, contra inimigos internos e externos. O termo militar encerra em si mesmo as características principais das Instituições e Órgãos que lhe sejam afetas, constituindo-se os dois pilares básicos: a hierarquia e a disciplina, os quais serão conceituadas adiante.

O militar como servidor das Forças Armadas de um país tem na defesa da pátria a sua missão precípua, a sua razão de existir. Por outro lado, ao policial militar lhe é imputada outra atribuição, competindo-lhe, no caso do Brasil “a preservação da Ordem pública, pois, *“às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...)* (BRASIL, 1988, CF, art. 144, inciso V § 5º).

Como concepção de formação policial militar, as suas características militares englobam certos deveres que estão além de um profissional civil, ou seja, é uma formação balizada por deveres éticos, morais, em benefício da coletividade e acima de tudo, age na defesa da comunidade com risco ou ainda sacrifício da própria vida.

Para entendermos um pouco disto vejamos abaixo o compromisso realizado pelo Aspirante a Oficial Combatente, em outras palavras o egresso da APMT após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais – CFO:

Ao ser declarado Aspirante a Oficial da Polícia Militar do Estado do Tocantins, assumo o compromisso de cumprir rigorosamente as ordens a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida. (TOCANTINS, Lei 2.578/2012, Art. 37, §1º inciso I).

³⁰ O Estado Espartano possuía uma estabilidade e um registro de conquista militar inigualável a qualquer outro Estado grego; o homem espartano possuía bravura, força, resistência e autocontrole que muitas vezes era visivelmente desejado pelos os outros gregos. Tradução do autor.

Este compromisso, ou juramento deve ser prestado no estabelecimento de formação do Oficial Combatente. Este ato solene encerra um dos mais rígidos deveres a que um profissional possa submeter-se, pois, deve colocar, no caso mais extremo, o sacrifício de sua vida para salvar a vida de terceiros. Dentro do contexto da ética e dos direitos humanos esta obrigação se assenta tendo em vista que o profissional policial militar, atuando em defesa da coletividade, representa o Estado na defesa do seu concidadão.

O caráter não personalíssimo do policial militar na defesa da comunidade levamos a uma reflexão a respeito do preparo profissional e do perfil Profissiográfico necessário ao bom cumprimento da missão, ou seja, a sua atuação junto à comunidade deve balizar-se por um saber/fazer típico e pertinente à sua função de defesa da sociedade. Dentro desta premissa, a sua competência deve ser analisada por meio do julgamento da própria Instituição a que pertence, bem como ao julgamento da própria sociedade que ele defende.

O julgamento da eficácia: reconhece que a atividade foi realizada com competência porque permitiu alcançar os resultados esperados. (...) Avaliando os desempenhos, infere-se que há competência. Este tipo de julgamento tem a vantagem de poder referir-se a critérios de resultados mais facilmente objetiváveis. Tem, entretanto o inconveniente de supor uma relação bastante direta entre a atividade e o desempenho. A experiência cotidiana mostra amplamente que muitos fatores, além do profissionalismo ou da competência, podem intervir no desempenho. (LE BOTERF, 2003, p. 83-84)

Dentro do contexto policial militar, atuando diretamente no atendimento à comunidade, a sua atuação é julgada quase que instantaneamente. De uma forma geral, quando o PM age em conformidade com as leis, cumprindo o dever que o Estado lhe atribuiu, ele mostra-se competente, um bom policial, um profissional que engrandece a Instituição e a sociedade o tem como um profissional exemplar. Acontece que nem sempre a atuação policial militar mostra-se de uma maneira bem definida em relação a qual ação tomar. A título de ilustração, uma atuação que exige alto padrão de preparo profissional, psicológico e que há uma compressão de tempo, no caso de uma ocorrência com tomada de reféns e infratores armados com arma de fogo, há fatores que tornam esta cena mais ou menos crítica em função, por exemplo, de um ato impensado

de um refém ao tentar fugir dos seus alçozes. Nesta situação, o profissional pode não ter o controle da maior parte das variáveis que envolvem aquele evento crítico. Naquela situação fatídica um desfecho desfavorável em que ocorra a morte do refém que tentou empreender fuga, inevitavelmente será atribuída à equipe de policiais e à Instituição como um todo. Para piorar um pouco, aquela equipe de policiais e a Instituição passarão a ser julgados de forma reprovável pela sociedade, devido àquele desfecho infeliz a partir de então, invalidando ou desqualificando as ações e atuações realizadas com êxito antes daquele acontecimento.

As questões levantadas nos ajudam a refletir a respeito da competência vista pelo lado do julgamento da eficácia. Caso a ocorrência acima tenha um desfecho satisfatório, em que os reféns são libertados e os infratores sejam presos, o julgamento por eficácia da sociedade seria apenas declarações do tipo: “A instituição cumpriu o seu dever”, ou ainda mais simplório: “é pra isto que eles são pagos”. Estas ponderações a respeito da atuação profissional mostram que o policial militar enquanto profissional está diretamente envolvido em variáveis que muitas vezes não dependem dele o controle, a evolução dos acontecimentos, o que ocasiona uma solução de continuidade. Para atuar com as variáveis que não dependem diretamente do policial militar, exige-se um maior preparo técnico profissional que leve em conta a possibilidade de ocorrer os eventos causados por terceiros.

Ou seja, dependendo da situação encontrada pelo profissional, é necessário haver um grau de flexibilidade em sua atuação durante as intervenções do policial militar. Neste momento a sua formação fica em evidência, pois, o seu currículo formativo deve conter elementos capazes de trazer à reflexão formas de atuações personalizadas. A aparente similitude de uma atuação numa ocorrência policial não pode elidir a capacidade do profissional em perceber as nuances que a diferencia das demais, tais, como: espaço, tempo, agentes, motivações e o próprio momento psicológico de quem está ali para agir em nome do Estado em defesa de interesses coletivos e difusos.

2.3 O aprender a conviver

As ações operacionais, ou seja, aquelas que são realizadas diretamente no contato com a comunidade, possuem características intrínsecas (valores) e extrínsecas

(forma de agir) que requerem preparo técnico e flexibilidade acima das outras atividades consideradas como suporte ao emprego do “homem de frente”. A atuação junto às pessoas requer uma ênfase do profissional no aprender a conviver com outros, lembrando que a atuação policial militar se dá de maneira quase que exclusiva no relacionamento com outras pessoas, nas mais diversas localidades e de forma ininterrupta. Desde o acionamento da PM até o encerramento de uma ocorrência, há um intenso relacionamento entre a Instituição e a sociedade.

(...) the Commission has put greater emphasis on one of the four pillars that it proposes and describes as the foundations of education: *learning to live together*, by developing an understanding of others and their history, traditions and spiritual values and (...) would induce people to (...) manage the inevitable conflicts in an intelligent and peaceful way³¹. (UNESCO, 1996, p. 22)

De acordo com a situação abordada anteriormente, a ênfase a respeito de um dos quatros pilares da educação para o século XXI, (DELORS, 1996), ou seja: “aprender a conviver” traz em sua definição as características ligadas ao respeito mútuo, com estreita ligação à empatia social e a aceitação do outro com as suas tradições, história e compreensão de mundo. Viver junto em uma sociedade marcada pelo individualismo torna-se um dos grandes desafios a serem superados pelo profissional que atua diretamente com a sociedade. No caso do policial militar, este tem ainda um desafio premente tendo em vista que como representante do Estado, no campo da segurança pública na vertente ostensiva e preventiva, deve ser um “*pedagogo da cidadania*”.

Os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais includente. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje é preciso incluir com primazia no rol pedagógico também outras profissões irrecusavelmente formadoras de opinião: médicos, advogados, jornalistas e policiais, por exemplo. (BALESTRERI, 1998, p. 08).

³¹ A Comissão colocou mais ênfase em um dos quatro pilares que propõe e descreve como os fundamentos da educação: aprender a conviver juntos, desenvolvendo uma compreensão dos outros e sua história, tradições e valores espirituais (...), poderia induzir as pessoas a gerenciar os conflitos inevitáveis de uma maneira inteligente e pacífica. Tradução livre do autor

Partindo da consideração do autor acima, as ações do policial devem possuir caráter educativo, formativo, e servir de exemplo ao cidadão. A ética deontológica deve ser a sua “*batuta*”, pois, este PM tem em sua formação profissional o dever por excelência e a correção de atitudes como norma de aceitabilidade social. Lembrando que este profissional representa “*o braço armado*” do Estado e para tanto a ele não lhe é permitido ação diversa da correção de atitude e o fiel cumprimento das Leis. Neste caso ele educa pela força do exemplo. Mesmo na repressão ao cometimento de crimes, não é dado ao policial o livre arbítrio de aplicar a sua lei, e sim aplicar os mecanismos legais que o Estado lhe outorga para cessar ações criminais e restaurar a Ordem pública. O policial militar é formado para atuar dentro dos limites da legalidade, necessidade, proporcionalidade em defesa do cidadão. Não enseja suas ações dentro dos parâmetros de vingança. Ele usa da força legal, a qual não se confunde com violência para trazer a paz e a tranquilidade pública à sua normalidade. No agir do policial militar há sempre um descompasso entre as suas atitudes e os atos dos cidadãos infratores da lei.

2.4 O conhecimento pertinente

Nas condições inerentes ao exercício de sua profissão, é importante o profissional policial militar ser portador do conhecimento pertinente, aquele que é inerente ao saber/fazer de sua competência profissional, logicamente obtido por sua formação e atualização dinâmica dos currículos.

Ora, o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. (MORIN, 2003, p. 15).

Assim, este conhecimento pertinente aflora a capacidade do profissional em aferir valores e metodologias para atuar em cada caso de forma específica. Age não por impulso, típico das pessoas inseguras, mas age analisando as consequências dos seus atos: para si, para a própria Corporação que representa e para a sociedade. Dentro de um leque de opções, ele escolhe a melhor assertiva levando em conta as variantes pertinentes. Nestas situações o profissional lança mão do “poder discricionário”, que

pode ser entendido em linguagem menos técnica, a possibilidade de agir, dentro da lei e em respeito a ela, de acordo com as situações específicas que o caso requer. Esta liberdade regrada, podemos dizer assim, surge com mais frequência perante os agentes do Estado que atuam diretamente junto à sociedade. Desta forma, a Lei permite uma amplitude de ações que sob a análise do agente estatal, permite lhe tomar decisões que melhor se aplicam em particular ao caso requerido. No caso do policial militar estas situações tendem a ter mais frequência, tornando-se parte de sua rotina de atuação.

O outro lado que ressaltamos a respeito da aplicação do poder discricionário reside no fato de nem sempre o agente do Estado opta pela medida mais adequada ao caso específico. Isto gera consequências negativas nos níveis individuais, na Corporação e também junto à sociedade. O imaginário coletivo a respeito da polícia militar, cobra sempre do profissional uma atuação irrepreensível. Ao policial militar não é permitida margem de erro por parte da sociedade. Para percebermos isto, basta observar que ao menor erro por parte da polícia, esta passa a ser criticada pela sociedade, a qual reprova suas atitudes inadequadas. Estas cobranças advindas da sociedade, na realidade demonstra o grau de respeito que a Corporação possui no seio da sociedade.

A reputação de uma Corporação militar é construída paulatinamente por anos a fio. Na realidade a formação do conceito de aceitabilidade junto à sociedade é fruto de um trabalho coletivo por parte de seus integrantes, os quais possuem um código de conduta a ser seguido. Estes valores que formam a Corporação retratam a sua razão de existir. Geralmente nas Instituições militares os códigos de conduta são baseados na sua deontologia e englobam valores que encerram os objetivos a serem alcançados através de metas que transcendem o valor da ação. Assim, o principal lema da polícia militar define-se com a frase “*servir e proteger*”. Nestes verbos estão difusos uma gama de valores que a Corporação deve tê-los por base no desencadear de suas ações específicas relativas à sua atribuição profissional prevista em Lei. Servir está além do cumprimento de metas preordenadas e planejadas. Amplia-se esta atribuição ao executar até mesmo ações que estão além de sua atribuição específica. Por exemplo, o policial militar exerce a função de servir, quando ao for acionado por um cidadão que solicita auxílio para que o PM conduza uma parturiente ao pronto socorro tendo em vista que está em trabalho de parto. Obviamente este trabalho de assistência à saúde é

atribuição de outro órgão, de outro setor do Estado. Ao agir e prestar o socorro necessário à parturiente, ele realizou uma ação de servir ao cidadão, que está inscrito no lema de sua Corporação, mas não previsto na sua atribuição constitucional legal precípua.

Ações como a que acabamos de exemplificar acima acontecem com uma frequência maior do que a sociedade possa imaginar. Na atuação do 190, número de emergência das polícias militares, o qual é padrão em todo o Brasil, são atendidas grande parte de chamadas que não são necessariamente um serviço de polícia. Isto acontece devido ao fator credibilidade que a polícia militar possui junto à sociedade. Outros fatores são intervenientes para que estas chamadas alheias à polícia aconteça poderíamos elencar como: lacuna de atenção por parte dos outros órgãos do Estado; acesso fácil ao 190, o qual é gratuito e pode ser realizado a partir de qualquer linha telefônica fixa ou móvel. É importante salientar que outros números telefônicos de emergência colocados à disposição do cidadão, tais como 192 (SAMU), 193 (Corpo de Bombeiros), 197 (Polícia Federal) não possuem as mesmas características de disponibilidade do telefone 190 da polícia militar. As variáveis a respeito da prestação do serviço feito pela polícia militar, por si só já nos levam a algumas inferências: A formação profissional do policial militar que atende aos anseios da sociedade, na sua esfera de atribuição, deve ser objeto de preocupação constante por parte de Corporação. A atualização profissional deve ser realizada por meio de requalificação contínua para acompanhar a dinâmica social.

2.5 A formação inicial e continuada do policial

Nas situações que já elencadas anteriormente, o “*aprender a fazer*” surge com ênfase na ressignificação de conceitos e na quebra de paradigmas.

Learning to do is another pillar. In addition to learning to do a job of work, it should (...) more generally, entail the acquisition of a competence that enables people to deal with a variety of situations, often unforeseeable, and to work in teams, a feature to which

educational methods do not at present pay enough attention³².
(UNESCO, 1996, P. 23)

Nesse sentido, aprender a fazer levanta a necessidade do profissional em aprender as necessidades de sua atuação e ao mesmo tempo, em uma formação continuada estar atento à novas possibilidades e à dinâmica de sua profissão. O policial militar devido a sua atuação junto à comunidade deve ser um profissional atento às mudanças sociais que são dinâmicas. A Corporação deve ter esta preocupação com o aperfeiçoamento do policial devido a este representar o Estado enquanto presta o seu serviço. Além dos aspectos relativos à assertividade de conduta, o policial serve como referência, um exemplo, alguém que deve passar às pessoas uma imagem de credibilidade no que faz.

Os aspectos necessários ao saber fazer do policial militar estão além de uma formação que se encerra em um curso realizado por um determinado período de tempo, baseado em uma matriz curricular e que ao final do período do curso o PM obtém êxito ao “formar-se”. O aperfeiçoamento ou formação continuada é uma necessidade que caso não seja realizada, compromete a atuação do profissional, resultando com que o seu saber fazer seja questionado pela sociedade. Neste ponto ressaltamos que a sociedade tem um papel importante em exigir da Corporação uma requalificação dos seus integrantes. A Corporação, através de suas metas para o ensino profissional, tem o dever de implementar a constante atualização profissional aos seus integrantes. A sociedade também possui mecanismos para exigir da Corporação este tipo de política pública. Um destes mecanismos, dos quais acreditamos ser primordial, é o controle social. Por meio do controle social, ou seja, o controle exercido pela sociedade através da participação no planejamento e na implementação de políticas públicas pelos agentes do Estado leva a Corporação a ter a requalificação profissional como uma de suas metas permanentes no campo da educação profissional.

A polícia militar atua diretamente na fiscalização ao cumprimento de leis pelos cidadãos. Ela realiza as suas ações por meio do policiamento ostensivo fardado, com

³² Aprender a fazer é outro pilar. Além de aprender a fazer um trabalho relativo a uma profissão, (...) geralmente implica na aquisição de competências que capacitam as pessoas a lidar com uma variedade de situações, muitas vezes imprevisíveis, e habilita as pessoas a trabalhar em equipes, algo que infelizmente não é evidenciado com a devida atenção nos métodos de ensino. Tradução do autor.

uso de viaturas, armamento, em seus vários tipos, processos e modalidades. Cumprir e fazer cumprir a lei é a principal atuação da polícia militar. Fazer cumprir a lei remonta a necessidade do PM atualizar-se quanto ao conteúdo e à forma como ela deve ser aplicada, exigida do cidadão. Esta dinâmica social coloca o policial numa posição de obrigatoriedade no que tange à realização de sua formação continuada, ou seja, a sua atualização profissional. Ao policial não é permitido transgredir da lei, ou fazer cumpri-la de forma diversa ao que é previsto na ordem jurídica vigente. Tal situação conduz ao fato de que o profissional é policial ou é um infrator. Estas diferenças demonstram a importância da formação e requalificação do profissional de segurança pública. A ausência de requalificação coloca em cheque toda a razão de existir da Corporação e expõe negativamente, de forma contusa, toda a sua atuação junto à sociedade.

O policial militar deve possuir um conhecimento crítico reflexivo a respeito da sua formação profissional e o papel que ele exerce junto à sociedade. A atuação policial militar em uma ocorrência geralmente se dá em um momento de desconcerto entre o cidadão e este agente do Estado. O policial intervém para restaurar a ordem pública, fazer cumprir a Lei e buscar a tranquilidade pública. O cidadão participante daquela ocorrência encontra-se em momento de “exaltação de ânimos”, emoções afloradas e geralmente com dificuldade em raciocinar assertivamente a respeito de suas atitudes. Neste momento abre-se um cenário propício a que os agentes: o policial, a vítima, o infrator possam ter atitudes que não contribuam na resolução do problema. Nesta situação, por obrigação funcional, o PM deve tomar decisões acertadas, legais e de forma a minimizar danos para todos. Em casos desta natureza, o saber/fazer do profissional é posto à prova; a Instituição é exposta e o Estado demonstra qual o grau de importância ele dá à segurança pública. Nestas situações, o pilar da educação para o século XXI: *aprender a conhecer* surge como uma necessidade de formação profissional devido à capilaridade³³ exercida pela Corporação.

(...) *learning to know*. Given the rapid changes brought about by scientific progress and the new forms of economic and social activity, the emphasis has to be on combining a sufficiently broad general education with the possibility of in-depth work on a selected number of subjects. Such a general

³³ No sentido em que é empregado aqui, refere-se à capacidade da Polícia Militar em ampliar o atendimento a toda a comunidade que está sob sua responsabilidade. Ela deve atender pelas ações de segurança pública real ou potencial a toda a coletividade.

background provides, so to speak, the passport to lifelong education, in so far as it gives people a taste – but also lays the foundations – for learning throughout life³⁴. (UNESCO, 1996, p. 23)

De acordo com este princípio, a formação permanente ou ao longo da vida, requer que o profissional aprenda ao longo de sua carreira e seja capaz de conhecer as diferenças de realidades onde atua junto à sociedade. O conhecimento adquirido no respectivo curso de formação é de certa forma padronizado, concentrado em uma matriz curricular e voltado para a formação naquele determinado momento de demanda profissional. Acontece que logo após a formação inicial, a dinâmica social exige do policial militar o conhecimento da cultura onde vai atuar. Ao ser lotado nas diferentes localidades do Estado, o policial militar toma um “*choque de realidade*” ao perceber que as comunidades possuem culturas diferentes, conceitos, valores e capacidades interpretativas dos fatos sociais sob diferentes pontos de vista. O primeiro dilema surge então: Como agir de forma acertada respeitando a cultura da localidade em que ele tem por dever “*servir e proteger*”. Estas nuances, de certa forma, estão além da matriz curricular do curso ao qual ele conseguiu se formar com êxito. Há então uma exigência do profissional em envolver-se na comunidade para atuar em conjunto e de maneira assertiva.

Não se trata mais de perder a personalidade para se conformar com as instruções. “As normas” de realização das atividades profissionais se tornam referências em relação às quais cada profissional deverá expressar a sua subjetividade. O profissionalismo não consiste em deixar a personalidade no vestiário antes de se confrontar com uma situação de trabalho. (LE BOTERF, 2003, p. 80).

Neste caso, o envolvimento do policial militar naquela comunidade, torna-se um fator de referência que inevitavelmente leva-o a ser julgado pelo que faz. Ao se envolver ele se expõe e ao mesmo tempo abre possibilidade de aprender a conhecer a comunidade na qual está inserido. Ressaltamos que ao se envolver com esta comunidade, o policial militar não se despe do seu arcabouço profissional teórico, mas

³⁴ Aprender a conhecer. Devido às rápidas mudanças provocadas pelo progresso científico e as novas formas de atividade econômica e social, devemos dar ênfase sobre a combinação de uma educação geral suficientemente ampla com a possibilidade de um trabalho aprofundado sobre um número selecionado de assuntos. Neste contexto geral fornece, por assim dizer, o passaporte para a educação permanente, na medida em que ele dá às pessoas o gosto – mas também estabelece as bases – para a aprendizagem continuada. Tradução do autor.

alia-o à prática sistematizada junto à comunidade. As questões relativas à subjetividade de conceitos tendem a ser parte do saber/fazer profissional. Nestas situações, o policial militar estará sempre decidindo quais ações tomar em determinada situação fática real que se apresente a ele. Por exemplo, se na localidade em que o PM trabalha já é costume os condutores de veículos, nos finais de semana estacionar junto ao canteiro central de uma praça sem que isto prejudique o afluxo de pedestres, ele deve perceber que isto é uma prática costumeira, permitida pela própria comunidade, e que, portanto não caberá ao militar sair “multando todos os veículos por estarem estacionados naquele local”. Na letra “fria” da lei, a ação dos condutores de veículos enseja uma infração de trânsito que cabe além da multa, a remoção dos veículos que estivessem nas condições citadas.

Em outra localidade, numa comunidade diversa, aquele tipo de ação dos condutores não seria permitido, o que levaria o policial a agir de acordo com a lei, ou seja, multaria os veículos e os removeria do local. Em ambos os casos o PM agiria de forma assertiva. O diferencial na sua atuação está justamente no envolver-se com a comunidade. A atuação mais acertada só é possível se houver esta sinergia entre o policial e a sociedade onde atua.

De fato, o conhecimento não pode ser considerado uma ferramenta *ready made*, que pode ser utilizada sem que sua natureza seja examinada. Da mesma forma, o conhecimento do conhecimento deve aparecer como necessidade primeira, que serviria de preparação para enfrentar os riscos permanentes de erro e de ilusão, que não cessam de parasitar a mente humana. (MORIN, 2000, p. 14).

No caso acima, o policial militar deve ter o conhecimento por referência, pois, este não é uma ferramenta pronta, ele deve ser construído no dia a dia, em contato com a realidade em que se está inserido. Aprender a conhecer leva o policial a refletir sobre o seu papel de educador social e ao mesmo tempo um aprendiz das relações interculturais de uma comunidade. Este conhecimento pertinente somente será eficaz se o profissional se mantiver atento aos riscos do erro e da ilusão a que suas concepções, seus julgamentos e suas ações podem ensejar. O policial militar preparado sabe que um erro de julgamento pode colocar a sua vida e a de terceiros em risco, comprometer a sua atuação e prejudicar a imagem da Corporação a que serve. Este profissional deve estar cômico que não raras são as vezes em que a sua ação é tomada sob compressão de

tempo e sob alto risco de prejuízo a bens jurídicos importantes tais como a vida e a liberdade das pessoas.

Fazer parte de uma Corporação que trata diretamente da garantia dos dois maiores bens jurídicos do cidadão, quais sejam a vida e a liberdade, torna-se uma tarefa que envolverá uma responsabilidade peculiar. Além da formação profissional que engloba as qualificações necessárias ao desempenho de sua função, o policial militar deve possuir uma qualificação pessoal que alie o preparo externo, ou seja, a sua qualificação extrínseca, e os atributos pertinentes à pessoa enquanto ator social de si mesmo. O policial militar porta arma, e a ele é permitido o uso legal da força de acordo com a necessidade e a proporcionalidade específica em cada situação fática de sua atuação. Tal situação nos leva a refletir sobre o preparo psicológico deste profissional tendo mais importância do que o preparo extrínseco. Nas ruas e sob constante pressão, este agente do Estado precisa decidir, geralmente sob compressão de tempo, quais ações a serem tomadas e a sua respectiva consequência. Um ato proativo do PM pode evitar o agravamento de uma situação ou a resolução harmoniosa da querela reduzindo impactos negativos para os envolvidos.

A referência de poder, concedida pelo Estado ao policial militar no exercício regular de direito e no cumprimento do dever legal pode fazer com que este profissional possa exercer este poder de forma diversa do pretendido. Se o agente usa o poder além do que é permitido, há um caso de abuso do poder do Estado; se o agente usa este poder de forma menos intensa do que deveria, estamos falando de omissão ou prevaricação quanto ao correto cumprimento do dever. Estas questões suscitadas servem de parâmetros de análise ao preparo individual do profissional. As relações do indivíduo consigo mesmo, o seu comportamento está muito ligada aos seus valores e à sua história de vida que ele constrói inclusive na Corporação. Nestas condições, o pilar para a educação do século XXI “*aprender a ser*”, surge como um referencial.

Last, but far from least, is the fourth pillar: *learning to be (...)* for in the twenty first century everyone will need to exercise greater independence and judgment combined with a stronger sense of

personal responsibility for the attainment of common goals.³⁵
(UNESCO, 1996, p. 23).

Este pilar figura-se, a nosso ver, com uma particularidade tal que pode comprometer o desenvolvimento de todos os outros pilares. A pessoa que não conhece a si mesmo possui dificuldades para entender o outro, para usar da empatia nas suas relações sociais e possui um senso de valor que atrapalha o entendimento do seu papel em uma profissão. No caso do policial militar, via de regra, ele se vê em situações que o colocam à prova na sua atuação junto à comunidade. Por exemplo, em uma ocorrência em que há uma infração leve de trânsito cometida por um cidadão ao estacionar o seu veículo em desacordo com a regulamentação, o policial militar deve optar dentro da Lei em admoestar este cidadão a fim de retirar o seu veículo daquele local, ou optar em ser mais incisivo e lhe aplicar uma multa de trânsito. O policial militar, neste caso, além de observar a Lei, ele vai atuar de acordo com as suas convicções ao tomar uma ou outra decisão neste caso emblemático. As suas qualidades contextualizadas são preponderantes neste caso específico.

Não se trata aqui de querer estimar o “saber ser” da pessoa, o que seria ilusório, e ao mesmo tempo abusivo. Quem poderia apreciar de modo global o saber ser de um indivíduo. Cada indivíduo se comporta diferentemente de acordo com as situações e desempenha vários papéis nos múltiplos contextos de sua vida pessoal. (LE BOTERF, 2003, P. 124).

O autor referencia que as aptidões pessoais são difíceis de avaliar, mas nem por isso devem ser relegadas a um segundo plano. Estas competências contextualizadas surgem diretamente das relações do indivíduo consigo mesmo. Note-se que no caso que exemplificamos acima, ambas as atitudes do policial militar na ocorrência de trânsito estão em conformidade com a lei. Resulta que a opção por uma das atitudes salta o plano do preparo técnico extrínseco para entrar na seara das convicções pessoais, na empatia surgida no momento do contato direto com o condutor do veículo citado, ou ainda de outras variáveis personalíssimas do policial nas suas relações com o poder a ele

³⁵ Por último, mas longe de ser menos importante, é o quarto pilar: *aprender a ser* (...) para o século XXI todos precisam exercer maior independência e julgamento combinado com um forte senso de responsabilidade pessoal para a realização dos objetivos comuns. Tradução do autor.

investido naquele momento. Nesta situação, observemos que não há ilegalidade na atuação do policial, mas apenas são inseridos elementos contextualizados de caráter personalíssimos na sua escolha por uma das formas de atuação. Esta atuação, por mais que tentemos buscar os seus elementos decisórios no contexto da formação extrínseca, ou seja, aquela formação relativa a procedimentos que conferem assertividade da conduta, não conseguiremos sair do contexto do saber ser. Neste ponto “o profissionalismo não é somente uma questão de saber-fazer; ele também tange ao saber ser. (...) O saber ser resulta da interação entre uma personalidade e uma situação específica. Existem várias maneiras singulares de agir com pertinência em um contexto particular”. (LE BOTERF, 2003, p. 125).

Esta questão é importante tendo em vista que o profissional de segurança pública na área policial militar comporta-se no exercício de sua atividade como um “julgador por excelência”. Este julgar do policial não se confunde com a função jurisdicional do Poder Judiciário, mas sim se delimita pela regra legal de agir dentro de um leque de opções que esta mesma Lei lhe permite analisar em cada caso específico. O Poder de Polícia³⁶ que lhe é conferido traz em sua definição esta amplitude de ação e ao mesmo tempo lhe dá o regramento necessário para exercer a sua função com eficácia.

2.6 O conhecimento teórico e as representações práticas da formação

Um fator preponderante ao exercício da atividade policial militar, assim como outras profissões, reside no fato de que o ensinamento teórico não engloba por si só as competências necessárias para a atuação eficaz junto ao público alvo. O policial militar que passa por um período de curso na APMT e ao final é aprovado para o exercício da sua função, recebe na verdade uma formação que se completará no dia a dia, no contato direto com a sociedade, aperfeiçoando suas competências em cada atendimento, em

³⁶ É a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Em linguagem menos técnica podemos dizer que o poder de polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública, para conter os abusos do direito individual. Por esse mecanismo, que faz parte de toda a Administração, o Estado detém a atividade dos particulares que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança nacional (MEIRELLES, 2010, p. 134).

cada ocorrência e em cada empenho. Os saberes teóricos recebidos durante o curso de formação carecem obrigatoriamente de representações práticas com vistas a demonstrar a sua pertinente utilidade.

Estes saberes desempenham um papel heurístico: permitem orientar a ação, facilitar a construção de representações operatórias, tornar possível a formulação de hipótese. Trata-se, porém, mais de efeitos induzidos do que de objetivos imediatos. (...), a relação que tal saber mantém com a prática é uma relação de intervenção, e não uma relação de aplicação. O saber teórico não está desvinculado da prática(...). Não existe subordinação mútua, mas sim questionamento crítico. (LE BOTERF, 2003, p. 96).

O questionamento crítico citado pelo autor acima engloba justamente as aceções a respeito da ação tomada pelo policial militar no momento de uma intervenção, de uma ocorrência pertinente à sua função de agente do Estado. Como já comentamos, o poder discricionário permite ao policial militar fazer a escolha por uma determinada ação entre no mínimo duas opções que a Lei lhe permite tomar. O saber teórico deve então, durante a atuação do PM, ser utilizado como um referencial para a execução da ação.

Outra aceção pertinente ao saber teórico se situa na utilização deste saber teórico para definir conceitos, paradigmas e procedimentos “padrão”. Na Polícia Militar, a cultura organizacional possui caráter relativamente estático e se fundamenta por valores que são sedimentados por anos. O caráter secular da Polícia Militar contribui para que estes conceitos sejam solidificados chegando mesmo a serem “*replicados*” de uma geração para outra. Novos profissionais são levados a cultuarem os valores dos pioneiros. De certa forma a maneira de convencer os novos profissionais a manter a tradição, tem como fator preponderante a premissa de que “o que funciona é por que foi feito de tal forma que os valores intrínsecos foram respeitados de geração em geração”. Exemplo maior do que estamos falando refere-se aos dois pilares básicos de sustentação da Corporação Militar, ou seja, a hierarquia e a disciplina. Na Corporação, ninguém desafia o caráter epistemológico destes dois pilares. Agir contrário a isto gera consequências legais, tanto administrativas quanto penais para quem quer que seja. São valores que se solidificaram no tempo e mantêm a unidade referencial da Corporação. Além do que falamos, existem valores que são cultuados pela Corporação e que servem inclusive de diferencial a quaisquer outras organizações.

O militar, em caso extremo, é o único profissional que a Lei obriga a sacrificar a sua vida na defesa da vida de terceiros. Tal situação é colocada como um valor organizacional. Não se discutem as variáveis decorrentes, tais como a questão ética sobre qual vida tem maior valor ou ainda se a abstenção de tal sacrifício seria algo razoável tendo em vista que o policial militar, omitindo em agir, estaria em defesa do seu bem jurídico mais precioso, a sua vida. Situações como as apresentadas marcam a cultura da Corporação ao exigir do seu integrante, do seu elemento que a constitui, um saber teórico com ênfase em questões ético-reflexivas.

O policial militar possui um campo de atuação complexo, de uma amplitude que vai desde desejar um bom dia ao cidadão a ter que, na sua função de preservar vidas e aplicar a Lei, decidir sobre a vida do cidadão infrator. Por exemplo, uma situação em que há uma ocorrência em que um cidadão infrator, para tentar fugir do cerco policial, utiliza um terceiro inocente como refém ameaçando de matar esta pessoa a qualquer momento com uma arma de fogo apontada para a sua cabeça. Neste caso, para preservar a vida do refém inocente, é necessário que seja executado o tiro de comprometimento³⁷, aquele disparo de arma de fogo em que um policial de elite atira no infrator para fazer cessar a agressão injusta. Situações como esta coloca o saber teórico à prova. Analisar o panorama da situação que se apresentava neste caso, é relevante para o êxito da missão.

O êxito aqui não significa apenas salvar a vida do inocente. Questionamentos dos mais diversos podem advir da atuação policial neste caso: Houve necessidade do tiro de comprometimento? A ação policial foi proporcional ao risco corrido pelo refém? Haviam outras opções que não o tiro de comprometimento? Para respostas a todas estas questões, devemos acionar primeiramente o saber teórico que habilitou o PM a enfrentar situações análogas à descrita; em segundo lugar, devemos levar em conta os valores operativos do seu preparo intrínseco, oriundo de questões personalíssimas do policial militar e; numa terceira vertente devemos levar em conta o saber do ambiente.

³⁷ Diz respeito ao tiro executado com precisão “cirúrgica”, o qual é realizado por um policial de elite, geralmente de um local oculto e que, após análise das variáveis preponderantes em uma ocorrência, é executado um disparo certo que incapacite o infrator parcialmente ou fatalmente. É uma situação extrema, dentro da Lei, de uso da força pela organizações policiais.

2.7 Os conhecimentos do ambiente de atuação e procedimentais

O saber teórico e os valores personalíssimos, não reúnem de forma completa as elementares determinantes de uma atuação eficaz por parte do policial militar. Além dos saberes que já citamos, é preciso tomar em consideração o saber do ambiente como uma variável que condiciona o sucesso da ação. Variáveis de tempo, espaço, motivação para a ação, antecedentes situacionais e momento psicológico são alguns dos componentes que influenciam no resultado da ação.

Se a competência profissional só existe quando posta em ação em um contexto de trabalho, esse *saber sobre o contexto* é essencial, pois, permite que o profissional se adapte à contingência das situações, “sinta” o terreno, considere o possível e o aceitável, compreenda as linhas de força e as potencialidades, ajuste as decisões a serem tomadas ou as atividades a serem realizadas, antecipe as reações dos dispositivos e das pessoas. É o saber que torna possível o ajuste sob medida, que intervém quando aquele que tem uma profissão a exerce em um emprego em uma organização. (LE BOTERF, 2003, p. 98).

Dentro do contexto acima, os saberes do ambiente fazem com que o policial militar possa considerar esta variável de forma efetiva em sua atuação, em uma ocorrência específica. Em uma análise mais detalhada, o fator ambiente faz com que não haja duas ocorrências policiais iguais. Isto é importante porque este saber é um aliado considerável do policial quando este faz a “leitura de ambiente” no qual vai operar. Os fatores interveniente do saberes do ambiente em uma ocorrência policial não determinam, mas mostram, direcionam quais ações deverão ser tomadas. Assim, o contexto do ambiente aumenta as possibilidades representativas dos saberes operativos entrarem em ação. Tal situação melhora a eficácia do cumprimento do dever por parte do policial militar.

Uma vertente que deve ser levada em conta quando referirmos ao conjunto de saberes do policial militar que o capacite a exercer a sua função junto à sociedade, devemos levar em conta os seus saberes operatórios, operativos ou ainda denominados saberes procedimentais. Estes saberes possuem particular referência tendo em vista que possui uma diferença conceitual no tocante ao saber teórico. O saber teórico nos serve de base para a ação, já o saber procedimental é o saber relativo à ação real, durante a sua execução. Para melhor compreendermos, o saber teórico é um saber potencial, já o

saber operativo é um saber real, que se manifesta efetivamente no momento em que é requerido pelo profissional. Por exemplo, em uma disciplina matricial Tiro Policial, o profissional policial militar irá ao final da disciplina ter o conhecimento a respeito dos fundamentos do tiro, a sua mecânica, as leis da física a respeito dos projéteis, trajetória do tiro, distância efetiva até o alvo. Aprenderá sobre o poder de incapacitação do tiro e qual o calibre mais acertado para o exercício do tiro policial em cada situação específica. Este rol de conhecimentos que o policial dominará, referem-se ao saber teórico da disciplina Tiro Policial.

Tomando então a mesma situação, este policial militar ao atuar diretamente nas ruas necessita realizar um tiro com sua arma de fogo com vistas a fazer cessar uma ação criminosa por parte de um cidadão infrator. Nesta ocorrência específica ele terá que fazer uso do saber procedimental, do saber operativo. Ao aproximar-se do infrator ele calculou a distância que poderia realizar um tiro com precisão, ponderou qual arma deveria utilizar, calculou os riscos ao efetuar o tiro, o disparo, e o fez de forma a incapacitar o infrator e evitar maiores danos para si e para outrem. Em suma, este policial militar minimizou riscos e fez cumprir a lei por meio dos saberes procedimentais ou operatórios.

Estes saberes operatórios descrevem procedimentos, métodos, modos operatórios, isto é, encadeamento explícito de operações ou séries ordenadas de ações orientadas para a realização de um objetivo determinado. São conjunto de instruções a serem realizadas em uma ordem estabelecida (...). São finalizáveis e aplicáveis a um campo específico e determinam as condições de aplicação das operações a serem seguidas. (LE BOTERF, 2003, p. 99-100).

Podemos perceber que os saberes operatórios estão ligados diretamente ao executar da ação em uma situação específica. Por outro lado é bom esclarecer que o saber procedimental não necessariamente depende do saber teórico, pois no caso específico que citamos acima, o policial militar poderia muito bem executar todas as etapas da ação sem, contudo dominar as teorias a respeito das leis da Física e Química que envolvem o disparo de uma arma de fogo e a trajetória do projétil. Salientamos que tal situação não invalida a efetividade de sua ação, mas no caso específico, é aconselhável ter o domínio do conhecimento teórico e aliá-lo aos demais saberes. As particularidades de cada saber podem ser utilizadas em conjunto. Esta congruência de

saberes, obviamente contribuirá para o sucesso da ação a ser realizada. Existem categorias de ações que possuem atributos valorativos diferenciados, com ênfase em determinados tipos de saberes. Predomina neste caso a especificidade da ação para a escolha do saber que possui maior eficácia na resolução de problemas.

No caso do policial militar executando a sua missão, este se vê a todo o momento tendo que fazer acepções de saberes de acordo com o caráter personalíssimo da situação por ele enfrentada. Isto eleva o nível de complexidade da sua atuação, o que poderá ocasionar erro de percepção e de julgamento a respeito da própria ação em si. Por isto, a formação profissional do policial militar deve ser parametrizada levando-se em conta as especificidades da profissão. Perceber esta necessidade é dever da Corporação ao planejar os currículos formativos do policial militar. Pensar na qualificação e na formação contínua contribui para o sucesso da própria Corporação na sua esfera de atribuição.

2.8 O conhecimento empírico

A respeito dos saberes no exercício profissional, o policial militar faz uso ainda de outros saberes que agregam valor no agir cotidiano com a sociedade. A visibilidade conceitual da Corporação se faz presente por meio das ações ostensivas as quais se fazem por meio da farda, da viatura, do armamento, sirenes, apitos, gestos e a própria ação de presença, aquela em que o policial militar se faz ser visto em um determinado local, seja em local fixo como num posto policial ou em logradouros públicos tais como parques, praças, ruas, feiras, grandes eventos e outros. Para a eficácia destas ações ele lança mão de um conjunto de saberes, que agregados, contribuem para maior efetividade em sua profissão. Para bem realizar a sua missão, o policial militar faz uso também dos saberes empíricos, ou seja, aqueles que são resultantes da ação operativa, que provém da experiência pela a prática.

É o saber oriundo da ação. Compreende as lições tiradas da experiência prática. (...) é um saber contextualizado e contingente, que leva em conta tudo aquilo que a teoria negligencia. Permite perceber os sinais “fracos”, apontar os “indícios” que levarão ao caminho certo do diagnóstico e da ação. (LE BOTERF, 2003, p. 99-100).

Desta forma, este saber fazer empírico resulta de observação sistemática e pragmática. Ele é pertinente ao profissional. Constitui-se numa forma de atalhos aos acontecimentos, de prever, de antever a evolução de dada situação. O profissional perspicaz lança mão deste atributo para facilitar a condução das ações relativas ao seu ofício. Este saber empírico é personalíssimo e a sua experiência advém de situações que se assemelham, das rotinas de determinadas situações. Consideramos ser o mais importante deste saber a sua capacidade em melhorar a ação do profissional. Este saber diferencia um profissional “*novato*” de um profissional “*experiente*”. De forma inconsciente ele reflete também no recebedor do serviço. Por esta razão, preferimos ser atendido por um médico experiente a um médico que acabou de realizar a sua residência médica. Vamos considerar a título de exemplo, uma ocorrência policial militar, em que há uma pessoa tentando se lançar do alto de um edifício e, naquele exato momento o policial é acionado a intervir iniciando sua atuação. Os resultados de sua intervenção para evitar o cometimento do suicídio contará com vários elementos de seus saberes empíricos.

O PM experiente saberá quais elementos de sua fala serão mais facilmente utilizados para demover a pessoa do seu intento suicida. Ele perceberá, por atuações análogas já vivenciadas, se a pessoa possui real intenção de cometer o suicídio, ou se está apenas chamando atenção para si e jamais será capaz de se atirar daquele local. Pelo tom de voz daquela pessoa o policial fará uma leitura pormenorizada da situação e saberá quais ações devem ser tomadas para solucionar aquela ocorrência com eficácia e segurança para todos. Este saber empírico é apreendido no fazer da ação. Uma pessoa perspicaz possui condições de perceber os meandros de sua profissão e utilizar o saber empírico a seu favor.

Na Corporação, os saberes empíricos geralmente são denominados por expressões do tipo: “*isto é macete de praça velho*”, “*antigão*”, ambas representando muitos anos de serviço; “*este é rodado*”, representa aquele que já exerceu várias funções e em várias localidades. Estas expressões fazem parte da cultura organizacional informal e são utilizadas de maneira rotineira. Assim, os signos representativos dos seus valores teleológicos são paulatinamente repassados aos integrantes da Corporação. Desta forma, na polícia militar, a caracterização da

hierarquia nos diversos níveis nos cargos e funções reforçam os saberes empíricos. Estas representações diferenciam entre si os novatos e os experientes.

Os “saber-fazer rotineiros” fazem parte desses conhecimentos empíricos. São adquiridos pela experiência e aplicados de maneira autônoma. (...). A experiência profissional permite adquirir essas regras, que fazem parte dos saber-fazer experienciais. (LE BOTERF, 2003, p. 109).

Assim, na polícia militar, um profissional experiente que detém maior gama de saberes empíricos inspira respeito dos demais pelas representações de certas condicionantes, tais como: tempo de serviço na Corporação, emprego na atividade fim, êxito em ocorrências de média e alta complexidade e aptidões em servir de exemplo a ser seguido por outros policiais. Estas condicionantes evidenciam os valores organizacionais intrínsecos e ajudam a moldar a cultura organizacional. Isto evidencia inclusive uma importante categoria representativa no dia a dia do profissional: a legitimidade. Em outras palavras, a título de exemplo, um tenente experiente possui maior legitimidade funcional do que aquele recém-egresso do Curso de Formação de Oficiais.

2.9 Reflexão na ação

Os saberes empíricos crescem em importância para o exercício da atuação profissional tendo em vista o seu caráter cumulativo. Primeiramente o mais experiente possui maior acúmulo de saberes empíricos. Segundo, este acúmulo permite, no caso do policial militar, obter uma reflexão sobre a ação executada. Por exemplo, em uma abordagem o policial militar, por inexperiência, fez uma atuação excessiva a ponto de constranger o cidadão abordado. Analisando esta questão, o policial refletirá sobre a sua ação, de modo que na próxima abordagem, em uma situação similar, evitará causar constrangimento ao cidadão. A rotina de suas ações e a reflexão sobre cada uma delas faz com que o policial aperfeiçoe os seus saberes empíricos. A reflexão sobre a ação a cada nova experimentação pragmática conduz o profissional a aprender a aprender.

É a partir da reflexão sobre a experiência concreta que um trabalho de abstração e de conceitualização poderá ser realizado para ser

reinvestido em uma experimentação que dê lugar a uma nova experiência profissional. Aprendendo a reconhecer os problemas e a classificá-los em relação a contextos, o sujeito se tornará capaz de aprender a aprender. (LE BOTERF, 2003, p. 110).

A reflexão na ação permite a melhoria das competências baseadas no aprender a aprender, as quais são as concepções de formação humana para o século XXI. O policial militar, no exercício de sua profissão deve fazer estas reflexões a respeito de sua conduta tendo em vista que pairam julgamentos sobre o seu agir que englobam três aspectos: o pessoal, o institucional e o social. O julgamento pessoal corresponde ao que o próprio policial entende a respeito do sucesso de sua missão; o Institucional refere-se à aceitabilidade e compreensão por parte da Corporação a respeito de sua conduta enquanto profissional; e por último o julgamento social, o qual se dá geralmente de forma mais contusa por parte da sociedade e dos seus órgãos de controle e fiscalização. Estes tipos de julgamentos contribuem e instigam o policial a refletir sobre a sua atuação na ação. Estas reflexões têm relevância na atividade policial tendo em vista que a eficácia na sua ação tende a ter uma ênfase maior o julgamento de terceiros. Agir profissionalmente, no caso do policial militar, é ter a certeza que ações consideradas acertadas ou errôneas, são significativamente ponderadas pelo valor que terceiros a elas atribuem. Esta realidade pode ser desgastante para o policial que ali está para cumprir e fazer cumprir a lei. Como cumprir a lei se os valores de sua atuação dependem também de outros e das circunstâncias? Questão como esta tem a ver diretamente com os currículos formativos e com a inserção social da Corporação. Há uma necessidade primária da Instituição em entender estas nuances e agir de modo a amenizar conflitos de interesses entre os objetivos institucionais e qual a polícia que a sociedade deseja. Por exemplo, ao atender uma ocorrência em que o policial militar prender instantaneamente um cidadão infrator que acaba de furtar a carteira de uma senhora em um supermercado.

Ao ser realizada a detenção do infrator, o qual até então estava “*acima de qualquer suspeita*”, o policial agiu eficazmente do ponto de vista legal na esfera de sua competência. Mas como a detenção do cidadão infrator foi feita à vista de vários curiosos naquele local, sem demora surgirão expressões do tipo “*nossa! não precisava o policial ter agido desta forma*”; dirá um dos curiosos; outra senhora, que estava alheia à situação diria: “*olha este rapaz é tão gente boa, deve estar havendo algum*

engano”. Passados alguns minutos, aparecerão então mais vozes condenando a ação policial do que aprovando a atitude assertiva e legal realizada pelo policial militar. Este caso pitoresco, denota que a ação policial depende da aceitabilidade da sociedade, a qual às vezes, utiliza de argumentos que não correspondem aos fatos ao exercer os seus julgamentos a priori.

Desta forma, contribuem ainda para estes julgamentos apressados por parte da opinião pública, os preconceitos que pairam no imaginário coletivo a respeito da Corporação, o desconhecimento real dos fatos e das circunstâncias em que ele ocorreu ou ainda podem ser resultantes de uma experiência anterior que resultou em uma atuação policial questionável quanto à sua legalidade. Há uma predisposição social para apressadamente concluir que a ação policial foi realizada de forma ilegal, arbitrária. Tal situação expõe e retroalimenta os arquétipos que denigrem a imagem da Corporação.

Pelo lado do policial que atuou na ocorrência citada, esta experiência por ele vivenciada trará ganhos significativos quanto aos seus saberes empíricos. Numa situação futura, similar a esta vivenciada, após refletir sobre a repercussão do seu ato na sociedade, terá um cuidado em fazer o que deve ser feito e será mais discreto ao realizar a detenção do infrator em um local com aglomeração de pessoas. A reflexão na ação deste policial poderá levá-lo a executar a detenção do infrator em outro local, fora do campo de visão de tantos curiosos.

2.10 Conhecimentos cognitivos

A responsabilidade do profissional em atuar de forma assertiva leva o policial a estar em um constante “*planejamento mental*” sobre situações que possam requerer a sua intervenção. O contato direto com a sociedade através dos signos representativos de sua ostensividade: veículos caracterizados, fardamento, ação de presença, luzes, sirenes, gestuais e outros, acabam por exacerbar a exposição deste profissional. Nestas condições, o seu agir requer as inferências resultantes dos seus saberes cognitivos. Estes saberes contribuem na “*resolução de problemas*”, ou até mesmo na condução de situações que ainda não são problemas, mas que mal gerenciadas poderiam vir a sê-los. Nestas condições de atuação são requeridos os saber-fazer cognitivos, que tem forte relação com o meio onde se está inserido.

Eles correspondem a operações intelectuais necessárias à formulação, à análise e à resolução de problemas, (...), à tomada de decisão, à criação ou invenção. Essas capacidades cognitivas são postas em execução e organizadas entre si por um sujeito em interação com o seu meio. (LE BOTERF, 2003, p. 114).

Estes saberes cognitivos são verdadeiras operações intelectuais e que exigem do profissional capacidades resolutivas aceitáveis pelo meio em que vive. A sociedade, como já dissemos, exige respostas aceitáveis por parte da polícia e a ela não interessa questões personalíssimas, particulares de um policial específico. Na polícia militar estes saberes cognitivos são realizados de várias maneiras, desde a reflexão na ação até um estudo pormenorizado do resultado de ação policial específica. Por exemplo, em uma atuação em serviço, um policial militar lavrou uma multa de trânsito ao condutor de um veículo que estacionou em local proibido. Ao ser analisada pelo setor competente de trânsito, percebeu-se que a multa fora lavrada sem consistência, pois, o policial anotou o endereço do local do evento de forma incorreta. Em virtude deste erro, a multa foi cancelada pela autoridade de trânsito. Neste caso, apesar do erro ter sido cometido apenas por aquele policial que lavrou a multa, há uma tendência, por parte da sociedade, em generalizar a atuação da Corporação como um todo. Em fatos desta natureza, é comum a sociedade emitir julgamentos generalizados, rotulando a atuação policial com expressões do tipo: “*a polícia é truculenta*”; “*a polícia é despreparada*”, ou ainda “*a polícia deveria estar prendendo bandido*”.

Diante da repercussão negativa da atuação policial, este fato será discutido e estudado na Corporação em forma de “estudo de caso³⁸”, que analisará as condicionantes da ação daquele policial e apontará soluções com vista e evitar que novos erros aconteçam. Para realizar este estudo mencionado, os saberes cognitivos serão utilizados para se fazer inferências. Estas inferências são verdadeiros raciocínios, estes entendidos como a associação entre premissas ou valores estabelecidos previamente, os quais combinados com novas variáveis formam uma conclusão a

³⁸ Consiste em realizar um estudo pormenorizado de um intervenção policial específica, que resultou em uma resposta inadequada à situação real em que houve a atuação da polícia militar. Tal estudo tem o propósito de analisar as variáveis que poderiam ter sido executadas a fim de evitar que em novas intervenções venham a acontecer os mesmos erros ou inadequações.

respeito da situação referenciada. Estes saberes cognitivos são importantes tendo em vista que a polícia militar tem por dever trabalhar com ações preventivas, sejam de caráter interno ou externo.

O policial militar no exercício de sua função deve usar dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e necessidade. Para tais situações ele deve fazer um planejamento mental que leve em conta as variáveis do seu dever e a resultante de opções da ação por ele tomada. Estas ponderações detêm caráter assertivo com fortes tendências exógenas, pois, o certo/errado de suas ações dependerão, em grande parte, do julgamento a ser feito pela sociedade. Isto só demonstra a necessidade de um bom preparo profissional deste policial, que estará no dia a dia em contato com a sociedade, exercendo o seu papel de servir e proteger.

2.11 A combinação dos conhecimentos

As competências relativas ao exercício da profissão do policial militar somente são consideráveis do ponto de vista da ação, caso levem em conta as combinações dos saberes que a envolvem. O meio social, o ambiente interno da Corporação e as características personalíssimas de cada profissional estão em constante troca de valorização. Elas se dinamizam de forma que o resultado da ação depende diretamente da conjugação destes fatores. Obviamente há situações em que o conjunto destas variáveis estão em desnível do ponto de vista da sua efetividade. O ser profissional busca a confiança na assertividade da ação. A um policial militar não é dada a opção de fazer escolhas equivocadas no seu agir junto à comunidade.

A operacionalização das competências não depende exclusivamente das características intrínsecas de uma pessoa ou de um grupo, mas é o resultado da qualidade da interface entre o homem e a situação de trabalho. É essa propriedade que funda o interesse de uma abordagem baseada na fiabilidade. (LE BOTERF, 2003, p. 155).

Nestas condições, a fiabilidade da competência do policial está ligada diretamente aos limites aceitáveis de sua atuação. Pequenas incorreções, ou atos que não comprometam a Corporação são aceitáveis dentro de certos parâmetros. O agir está voltado para as assertivas, ainda que elas não aconteçam na totalidade das vezes. Desta

forma, a amplitude da atuação é objeto de preocupação contínua. Os valores de aceitabilidade são revistos a cada atuação. O que pode e deve ser feito pela Corporação, é agir nas condicionantes que podem minimizar o erro e maximizar os acertos. Estes acertos estão ligados às situações que implicam necessariamente a uma revisão de conceitos sempre que necessário. Estas correções são obtidas com a experiência, formação profissional contínua e também com as relações pessoais que são constantes em um ambiente de trabalho. Na polícia militar, um fator que contribui para a fiabilidade de competência é a atribuição de responsabilidades de acordo com o grau hierárquico da pessoa.

Culturalmente a organização define o rol de atribuições de um determinado cargo de acordo com a função por ele exercida. Por exemplo, um Cadete que está no Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia, tem a sua responsabilidade baseada na complexidade da missão. Desta forma, um Cadete do 3º ano, tem maior responsabilidade acadêmico-profissional do que outro colega que é Cadete do 1º ano. Desde o curso de formação, até o fim da carreira dos policiais militares, estas questões são levadas em consideração, pois, tudo o que o militar faz de uma forma ou de outra está relacionado à hierarquia funcional do seu cargo, a qual é um dos pilares básicos da Corporação.

A cada cargo militar corresponde um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que se constituem em obrigações do respectivo ocupante. As obrigações inerentes ao cargo militar devem ser compatíveis com o correspondente grau hierárquico e definidas em legislação ou regulamentação específica. (TOCANTINS, 2012, Lei 2.578, art. 26, § 2º e 3º).

Estas questões devem ser entendidas pelo seu caráter epistemológico e pela impessoalidade. A cada cargo na Corporação são definidos os cursos e as habilitações necessárias que são exigidas de acordo com o Perfil Profissiográfico do policial militar. O egresso que realizou o Curso de Formação de Oficiais – CFO na Academia Policial Militar, por exemplo, a ele serão exigidas a correção e assertividade funcional no que diz respeito ao seu cargo após o estágio como Aspirante. Este egresso alcançará o primeiro cargo no Oficialato, que é a patente de Tenente. Por conseguinte, a formação deste policial militar engloba os aspectos ligados à Corporação, à função a ser exercida por ele e bem como os aspectos ligados ao próprio indivíduo.

Resultante da reunião das condições favoráveis ao saber agir, ao poder agir e ao querer agir, a construção das competências não poderia recair somente nos ombros do indivíduo. *A responsabilidade da construção das competências é uma responsabilidade compartilhada.* Três tipos de atores estão particularmente envolvidos nisso: o indivíduo, o gestor e o formador/ gerenciador dos recursos humanos. (LE BOTERF, 2003 p. 161).

Estas construções de competências são ainda entendidas ao levarmos em consideração que o policial militar egresso da Academia “*não está pronto*”. Esta condição na realidade é um ideal que se busca, é horizonte formativo, é um valor axiológico que denota a representatividade profissional na ação. Por meio de ações no dia a dia há uma busca por esta excelência formativa. Este “*estar pronto*” serve como visão de futuro, mas que na verdade é uma apreciação complexa de se definir literalmente.

As condições relativas ao empenho do policial militar mudam constantemente. Há uma amplitude de variáveis que podemos considerar ao afirmarmos que, apesar de o profissional não estar pronto, ele reúne condições mínimas de atuação junto à sociedade. Ele encerra condições que o colocam como referência na sua atuação. O aperfeiçoamento do conjunto de saberes implicados na formação deste profissional irá elevá-lo a um patamar melhor que antes. Isto é pensar em formação continuada. Este ciclo formativo que engloba fatores endógenos e exógenos funciona de forma espiral no aperfeiçoamento das competências relativas a este policial.

Com o passar do tempo e com a melhora do desempenho, tais situações formativas aumentarão gradativamente o nível do profissionalismo que este policial agora detém. A experiência pela prática dos saberes implicados na sua formação, fez com que este profissional saísse da condição de novato e chegasse a ser um experiente nos assuntos de sua competência. As condicionantes formativas agora representam outra observação a respeito deste mesmo profissional. Ainda que este profissional não tenha mudado de cargo, reúne agora condições de legitimidade na sua ação. O seu agir dificilmente será questionado, pois, se ele agiu de determinada maneira em uma dada intervenção, um colega seu, sem surpresa, opinará: “*ele sabe o que está fazendo*”. Este profissional torna-se então um “*expert*” no que faz e serve de referência para a Corporação e exemplo a ser seguido pelos novatos.

As representações da Corporação por meio de insígnias, medalhas de honra ao mérito, divisas que identificam o cargo, dispensas do serviço, elogios na ficha de assentamentos do policial quando faz uma ação meritória, promoção por atos de bravura, aqueles em que fez com alto risco de sua vida no cumprimento do dever, constituem-se em verdadeiros signos que a Corporação coloca a disposição daquele profissional que tem maior compromisso com a instituição e com sua atribuição constitucional de bem servir e proteger a sociedade. Além de buscar o reconhecimento daquele que se destacou ao realizar uma atividade em serviço, estes signos também representam ações de gestão da Corporação no que o indivíduo tem de mais precioso, o seu amor próprio, a sua dignidade em pertencer à Instituição. Estas situações levam o indivíduo a ser merecedor da consideração social, pois, a sua reputação perante a sociedade é um fator que o estimula a continuar a trilhar pelo caminho que o leva ao sucesso no cumprimento da missão.

2.12 A hierarquia e a disciplina militar

Tanto nas Forças Armadas quanto nas Polícias Militares, a base de sustentação é a hierarquia e a disciplina. Obviamente que estas duas palavras tem definição, conceitos e atributos diferenciados quando a comparamos a instituições não militares, sejam elas policiais ou não. A hierarquia consiste na ordenação da autoridade em níveis diferenciados dentro da estrutura policial militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico. A disciplina consiste na observância por parte dos militares as Leis, os regulamentos, as ordens e todos os encargos inerentes à sua função, a qual deve ser mantida em todas as circunstâncias da vida do militar.

No período de curso a hierarquia entre os discentes e estes em relação aos seus superiores hierárquicos se dá de maneira similar aos profissionais já formados. Durante o período acadêmico, os valores militares são difundidos massivamente de modo a alcançar a disciplina consciente por parte de cada militar egresso das Unidades de Ensino. Se há um lugar onde o militar deve aprender e assimilar os valores militares, este lugar certamente é na escola enquanto discente e perdura por toda a vida do militar.

Hierarquia e a disciplina são valores de integração e consistência interna de uma Instituição Militar, dentro da qual se respeitam as autonomias de cada integrante.

Compõe assim uma concepção pré-definida de cargos e funções que são necessárias ao funcionamento de um órgão como um todo.

A hierarquia militar existe no seu caráter teleológico como uma necessidade Institucional devido à complexidade de ações a serem tomadas dentro da Corporação. A administração de materiais e de capital humano pela polícia militar deve focar o compromisso com o resultado e a eficácia dentro de um contexto de cumprimento de metas. Obviamente falar de hierarquia devemos estar atento à sua razão de ser. A hierarquia, como falamos, é decorrente do posto ou da graduação que o militar ocupa. Ela é impessoal e visa atribuir responsabilidades funcionais diversas aos integrantes da Instituição.

Pela multiplicidade de dimensões observada (...) a partir da hierarquia, chegamos à conclusão de que seria possível compreendê-la como um “fato social total” na vida militar. O uso desse conceito, embora um tanto arriscado em uma antropologia das sociedades complexas, acabou revelando um terreno fértil para se buscar respostas a um problema, devido à própria natureza do objeto de investigação. (LEIRNER, 1997, p. 98)

Desta forma, a hierarquia é um dos mais altos valores organizacionais cultuados dentro da Corporação. Ela é a responsável, no campo sociológico, ao que poderíamos chamar de fragmentação representativa da autoridade conferida à Corporação pelo Estado. Em outras palavras, a hierarquia versa sobre o escalonamento de uma autoridade que apesar de ser una, deve ao mesmo tempo ser dispersa em vários níveis para fins de manter a sua unidade. A hierarquia demonstra nas relações entre os militares a necessidade de organização e o seu competente campo de atuação. Os diversos setores que compõem uma Corporação guardam entre si a relação de dependência sistemática do ponto de vista gerencial e de controle.

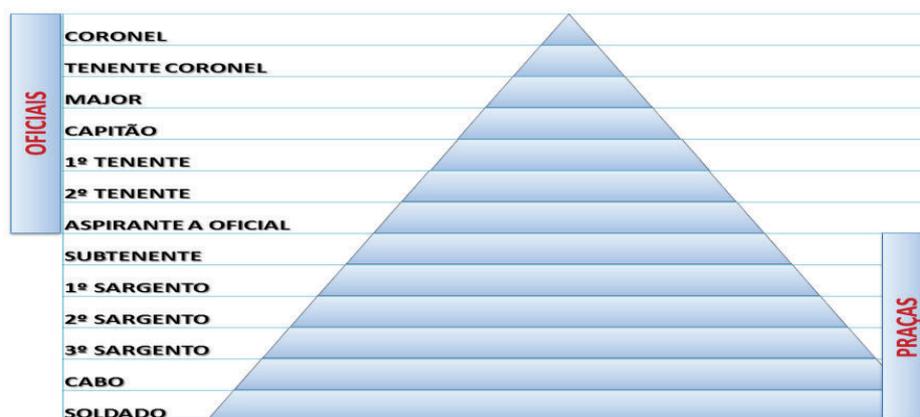
As atribuições relativas aos cargos existentes possuem diferenciações em grau de responsabilidade e complexidade. O grau de responsabilidade cresce diretamente proporcional à cadeia hierárquica. Isto, do ponto de vista da divisão social do trabalho, demonstra a todos os integrantes da Corporação, de maneira inequívoca, qual o conjunto de atribuições compõem a responsabilidade compartilhada no cumprimento da missão, para fins de obter os objetivos permanentes da Corporação.

O funcionamento da Corporação dá-se a partir do momento em que seus integrantes têm a plena consciência de que a hierarquia é um dos dois elos

fundamentais. A convicção de “*servir e proteger*” no âmbito das Corporações Policiais Militares passa necessariamente por esta abordagem de cunho sociológico no que diz respeito à responsabilidade setorizada com foco no resultado. Trata-se de questões hermenêuticas erigidas sob a égide de representações funcionais. Estas representações estão além dos signos, ou seja, das insígnias e divisas que identificam cada grau hierárquico. A representatividade visual dos símbolos encerra em um primeiro momento a identidade hierárquica de relance. Tal símbolo traz instantaneamente à mente do policial militar, qual corolário aquela identificação representa na Instituição. Intrinsecamente, o símbolo denota toda a responsabilidade que o Estado atribuiu ao seu portador. Demonstra os seccionamentos internos da autoridade e serve como um norteador das ações prescritas e relativas sob a responsabilidade de cada um.

O caráter representativo dos símbolos em determinadas situações, se fundem com a própria responsabilidade inerente à função. Por exemplo, para ser Comandante Geral da PM o Oficial deve ocupar o Posto de Coronel, além de outros requisitos previstos em Lei. Neste caso, a representatividade do cargo coloca este Coronel na mais alta função dentro da Corporação. Assim, dissemos que houve uma fusão entre o cargo e a função, pois para ser Comandante Geral, de forma ampla, todos já sabem que tal função é privativa de Coronel. Tal fato não acontece, por exemplo, no Comando de um Batalhão de Polícia, o qual poderá ser comandado tanto por um Major ou por um Tenente Coronel. Nestas condições, apesar da função ser a mesma, os cargos são diferentes e, portanto, distintos entre si. Na PMTO, a hierarquia é definida, em síntese pelo quadro abaixo:

Figura 02 - Hierarquia na PMTO.



Fonte: LC Nº 79. Adaptado pelo autor.

Além dos diversos níveis hierárquicos vistos no quadro acima, temos aqueles temporários, mormente os relativos aos discentes em curso, sendo eles: o Cadete I, II e III quando frequenta o curso de Oficiais até tornar-se egresso da APMT sendo declarado Aspirante a Oficial. Os outros são os discentes dos cursos de Sargento, de Cabos e de Soldados, que são considerados alunos até se formarem e alcançarem as respectivas graduações. Para fins de distinção, o grau dos Oficiais é denominado Posto. Já o grau das Praças é denominado Graduação. “Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Chefe do Poder Executivo. Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido por ato do Comandante-Geral da Corporação”. (TOCANTINS, Lei 2578/2012. Art. 15 §1º e §2º).

Além da distinção hierárquica existente na Corporação, há ainda os “círculos” que distinguem dentro dos postos ou graduações as relações de camaradagem e de interação respectivas, sem prejuízo do respeito mútuo. Na figura 03 descrevemos os círculos hierárquicos da PMTO.

Figura 03. Organograma dos círculos hierárquicos – PMTO, 2014.



Fonte: Lei 2.578/12 adaptado pelo autor.

A hierarquia militar, do ponto de vista sociológico funciona como um mecanismo de controle da atividade policial militar dentro da Corporação. Pela hierarquia, identificamos o grau de autoridade e qual a responsabilidade é atribuída a cada pessoa no âmbito “*interna corporis*”. A hierarquia somente se processa no contexto militar, se vier acompanhada de sua “*irmã siamesa*” que atende pelo nome de disciplina. Quando fazemos referência a uma organização militar os valores da hierarquia e da disciplina logo surgem como sustentáculos representativos destas instituições. Estes valores dão vida, dinamismo e podem ser considerados como fatos sociais determinantes.

Desse modo é que as condutas, (...) mantidas por indivíduos que se encontram em posições diferenciadas de acordo com um rol de segmentos específicos, como as *patentes*, têm como parâmetro a *hierarquia* enquanto *fato coletivo* capaz de ordenar a *ação individual*, de modo que ela esteja em consonância com a conduta geral, (...). Portanto, a hierarquia constitui um fenômeno em que o coletivo pode ser “lido” através da ação individual, decorrendo daí a sua pertinência enquanto ângulo privilegiado de abordagem da identidade militar. (LEIRNER, 1997, p. 68).

No que diz respeito à abordagem sociológica da hierarquia, há algumas condicionantes que devemos tomar por observação. Uma destas se refere ao controle das ações da Corporação tendo por base o controle da ação individual. Por intermédio da hierarquia, um comandante militar ordena uma ação ao seu subordinado e este a cumpre baseada em três princípios: a Legalidade da ordem, a ação da autoridade competente e outro de caráter personalíssimo oriundo dos valores militares a que este subordinado se comprometeu a cultivar perante a instituição e à sociedade no dia em que se tornou militar.

Desta forma, as ordens de uma autoridade superior sobre a subordinada, criam um ciclo descendente de cumprimento de ordens, o qual se inicia na mais alta autoridade policial militar, no caso o Comandante Geral e encerra-se no Soldado, que é a autoridade inicial dentro da Corporação. Estes valores agregados e conjugados se traduzem em coordenação e controle, o qual nasce na base e se encerra na mais alta autoridade institucional. Este controle se mostra mais sociológico do que apenas gerencial tendo em vista que as ordens são direcionadas às representações das

autoridades na Corporação. Logo, estas ordens são impessoais, elas são intrínsecas à autoridade investida no cargo e não à pessoa que o ostenta.

Esta desambiguação de identidade pessoal e profissional constitui-se numa necessidade ao exercício da função e define claramente os limites da atuação que cada integrante detém enquanto representante da autoridade institucional de forma global. Por exemplo, se um militar deixar de cumprir uma ordem expressamente legal expedida por seu superior hierárquico, ele poderá incorrer em crime militar. Esta ação que infringiu o regimento militar é realizada contra a administração militar e não contra o superior deste militar que deixou de cumprir a ordem pertinente. Em outras palavras ele infringiu regras do ordenamento militar, pois, no momento em que o superior expediu a ordem, ele estava investido de autoridade militar. A hierarquia serve como um signo representativo da autoridade, a qual por sua vez é investida em cada um dos integrantes da Corporação. Obviamente para distinção do nível de autoridade encontram-se os Postos e Graduações como signos representativos do “*quantum*” de autoridade a cada um é atribuída.

Fazendo parte dos dois elos fundamentais das instituições militares, a disciplina, ao lado da hierarquia constituem-se nos maiores valores cultuados pelos militares. Falar sobre disciplina militar é falar no cumprimento do dever, é agir sabendo que o seu fazer possui um valor acima da realização singular da missão, a qual representa uma em várias tarefas que são realizadas ao mesmo tempo por cada integrante da Corporação. A disciplina militar está acima de um mero respeito ao cumprimento de ordens. As representações sociológicas da disciplina constituem-se num corolário de atribuições. Antes de ser externa, a disciplina deve ser um valor cultuado de forma individual, personalíssimo por cada um dos policiais militares.

Diz-se que um policial militar é disciplinado a partir do momento em que ele percebe que a correção de atitudes, o cumprimento da missão, e o seu comportamento correspondem às exigências da disciplina. Um homem treinado e capacitado durante o período de sua formação no curso respectivo certamente terá como aferição de sua capacidade de ser militar o fato de ele ser disciplinado.

A disciplina implica um registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação debaixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber. A disciplina é o conjunto de técnicas

pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. (...) Através do exame a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder. (FOUCAULT, 1984, p. 106-107).

A singularidade do indivíduo a que este autor insere no que concerne à disciplina está ligada diretamente às relações do indivíduo com o poder. No contexto da polícia militar, o Estado concede a este profissional, parte do poder estatal para fins de que sua ação seja auto executável. Em outras palavras, o policial militar, no exercício de sua função precípua de preservar a vida e aplicar a Lei, é um signo representativo do Estado. Representa uma partícula do poder do Estado, o qual pode, para cumprir a Lei, restringir direitos e bens individuais em benefício do coletivo. Eis a razão primeira do culto à disciplina nas Corporações militares. O seu agente representa um poder auto executório do Estado. Em outras palavra, a sua ação não precisa ser validada por outro órgão ou por outra pessoa. Agindo dentro dos parâmetros legais, ele detém o poder de fazer com que as sua ordens sejam cumpridas e caso haja resistência, ele pode usar dos meios necessários de coerção para o devido cumprimento.

Este poder que é representado pelo policial militar no exercício da função, precisa obviamente de ser controlado. Urge a necessidade de este poder, ao mesmo tempo em que é mitigado, ter vigiada a sua aplicabilidade pelo próprio Estado. O mecanismo que melhor denota este controle chama-se disciplina. Neste contexto a disciplina toma contornos de fiscalização e observação dos agentes do Estado. Para cumprir estes papéis representativos a disciplina dispõe de mecanismos de frenagem e controle de poder dos seus agentes, é o caso dos regulamentos disciplinares. A antinorma que transgride o regulamento resulta no oposto normativo: a indisciplina. Conclui-se então que a disciplina é um mecanismo de controle das relações de poder entre o Estado e seus agentes e estes entre si.

A disciplina decorre do correto acatamento das normas, do respeito mútuo entre os militares e do cumprimento de ordens emanados das diversas autoridades dentro da Corporação. Possui, a nosso ver, uma representatividade teleológica em similitude com a hierarquia. Uma não resiste sem a outra. Por exemplo, um Sargento dá uma ordem ao Soldado que a executa sem hesitar. Estão presentes aí dois valores básicos: o valor hierárquico que definiu o Sargento como superior do Soldado e, portanto ele pode emitir a tal ordem; o outro diz respeito ao valor disciplinar: o Soldado cumpriu a ordem

por que sabe e está convicto de que uma ordem legal emitida por um superior deve ser cumprida. Ao cumprir tal ordem ele mostrou-se disciplinado e cômico dos seus deveres enquanto militar. Consequentemente estes valores que estão agregados diferenciam os militares em relação a outros profissionais civis.

No curso de formação, na Academia, o valor da disciplina é intenso, pontuado a cada dia. Neste local, o intento maior é aproximar e inculcar no novato em curso os valores que norteiam as atividades dos militares. Este “*choque*” a respeito da vida de militar, na verdade funciona como uma imersão pedagógica pela qual os novatos dentro em breve estarão prontos para o exercício da atividade policial militar. A disciplina deverá ser observada a todo o momento e em todos os lugares. Não é algo que se demonstra somente enquanto o policial militar está em serviço, ou no Quartel. Ela perdura por toda a vida do militar. O seu comportamento diante de diversas situações pelas quais será submetido na vida profissional demonstrará em qual nível está a capacidade disciplinar do militar. A disciplina é tão fundamental na vida militar que chega ao ponto de ser a “*mãe*” de todos os demais valores cultuados na Corporação. Sem disciplina não há condição para existir o senso ético e deontológico do militar.

O caráter teleológico da disciplina militar surge em primeiro plano com a pretensão de organização. Organizar algo é discipliná-lo em respeito a uma determinada disposição pretendida. Este fato por si só já nos leva a pensarmos sobre os efeitos da disciplina na vida do militar e sua consequente missão de servir e proteger. A estrutura hierarquizada da Corporação é o primeiro sinal de disciplina. Cada órgão tem responsabilidade setorizada sobre outros e estes sobre outros menores. A exemplo disto na PMTO há o Comandante Geral que coordena todas as atividades da Corporação. Logo abaixo no campo operacional temos o Comandante Regional, que neste caso comanda uma Regional, seja do interior ou da Capital; depois temos o Comandante de Batalhão, que neste caso comanda uma Região; e dentro deste Batalhão temos um Comandante de Companhia que comanda uma Subárea; a qual possui um pelotão no qual o seu Comandante é responsável por um Setor; e dentro deste Setor existe um comando menor sob responsabilidade do destacamento e por fim temos um Subdestacamento que é a menor fração de emprego da Corporação.

Esta distribuição geográfica como citamos, demonstra disciplina de distribuição dos homens no terreno. Ela permite que tenhamos condições de identificar os níveis de

responsabilidade de cada um. Esta é uma situação em que a disciplina define a ocupação do espaço de atuação da Corporação. No aspecto sociológico a disciplina permeia o espaço da divisão social do trabalho. Cada um sabe o que deve ser feito de acordo com o seu local de emprego. Associado a isto, as atribuições de cada um também são definidas partindo-se das mesmas premissas relativas ao espaço geográfico. Ao serem executadas as ordens e atribuições de cada militar, haverá então o cumprimento da disciplina. Neste caso é importante ponderarmos que a disciplina se manifesta pela sua dualidade epistemológica: no cumprimento do dever e na distribuição espacial dos componentes da Corporação.

Assim afixada de maneira perfeitamente legível a toda série dos corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais. (...); as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram uma e outra. Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. (FOUCAULT, 1987, p. 171).

Consequentemente, a disciplina é necessária em todo o âmbito militar tendo em vista que sua dinâmica faz parte daquelas relações interpessoais que se moldam no dia a dia e que tomam forma de acordo com a cultura organizacional da Corporação. A diversidade espacial do emprego da polícia militar em todo o Estado cria ambientes propícios às diferentes acepções de disciplina. Poderíamos dizer que a depender do local e das pessoas, ela pode ser exigida com maior ou menor grau de rigidez.

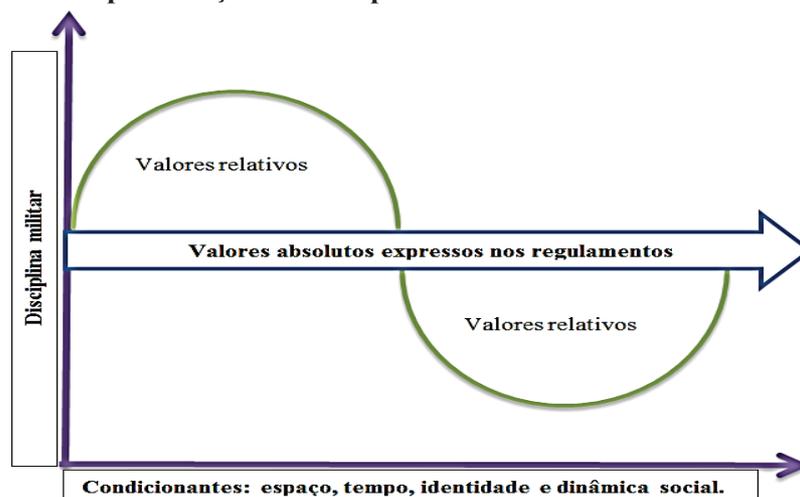
A exemplo do que falamos, pode-se dizer que a cumplicidade disciplinar de uma equipe que trabalha junto há muito tempo, tende a ser mais forte no que diz respeito a valores tais como companheirismo, preocupação com o outro, empatia, tolerância e compreensão das diferenças. A convivência desta equipe, devido ao fator tempo e às representatividades sócio interativas decorrentes, pode fazer com que valores estéticos relacionados à hierarquia entre os membros da equipe seja algo que aos poucos se perde ou arrefece. O soldado, a depender da situação já não mais fará o cumprimento regulamentar ao Tenente, que ao invés de dirigir-se a ele como “*senhor*”, acaba por chamá-lo de “*você*”. Esta cumplicidade pode não ser considerada uma indisciplina pelo Tenente, tendo em vista que em combate, no exercício da função, cada membro da equipe tem o dever de cuidar da integridade e da vida do outro. Este mesmo Soldado que fez menção ao Tenente como “*você*”, não terá nenhum receio em arriscar a sua vida

para defender a vida do seu comandante de equipe, o Tenente. Ao realizar esta ação meritória o Soldado demonstrou o mais alto nível de disciplina e altruísmo no que diz respeito aos valores militares.

Com isto estamos dizendo que a disciplina, assim como a hierarquia carecem de ponderações relativas a tempo, espaço e pessoas. Por outro lado, tais valores tendem a não ser tão fortes entre policiais militares que não tenham uma relação de servir juntos há algum tempo. Um Soldado chega para um Tenente, que se encontra em serviço e uniformizado, mas que ainda não o conhece e cumprimenta-o cordialmente: *“Bom dia senhor Tenente, sou o Soldado Fulano e trabalho no Quartel X”*. Esta cordialidade regulamentar, do ponto de vista estético indica que o Soldado é disciplinado e que cumpre os regulamentos militares a que está sujeito. Contudo, nesta situação, pode-se inferir que o senso intrínseco da disciplina é bem tênue pelo fato de ambos não se conhecerem e não terem trabalhados juntos anteriormente. Naquele exato momento, caso venha a eclodir uma ocorrência policial em que há risco à vida do Tenente, este Soldado não terá um alto destemor em arriscar a sua vida para salvar a vida do Tenente que acabara de conhecer. Poderá até fazê-lo, mas com certeza não será com o mesmo afincamento e determinação caso já se conhecessem e trabalhassem juntos há algum tempo. Estas diferentes acepções de disciplina se ladeiam e se locupletam na rotina do policial militar.

Independente dos valores estéticos e intrínsecos, a disciplina é uma constante nos afazeres policiais militares. No gráfico abaixo, temos uma demonstração esquemática dos valores e suas condicionantes em relação à disciplina militar.

Figura 04 - Representações da disciplina militar.



Fonte: o autor.

Pelas situações evidenciadas na figura anterior podemos notar que a disciplina, possui valores absolutos e relativos. Os valores absolutos são expressos literalmente nos regulamentos militares e nos códigos deontológicos. Os valores relativos são aqueles derivados das condicionantes: espaço, tempo, identidade e dinâmica social. A conjugação destes valores no cotidiano dos militares denota o quanto a Corporação é disciplinada. Os valores disciplinares, do soldado ao coronel, com certeza foram obtidos na Academia, durante o seu curso de formação respectivo. A propósito, quanto mais experiente é um profissional, mais ele sabe lidar com os valores absolutos e relativos da disciplina. Isto faz toda a diferença no exercício de sua função, pois, estão em evidências os seus saber-fazeres profissionais.

Nessas condições, as concepções de formação do policial militar na Academia, no quesito disciplina, são teleologicamente similares às concepções de formação dos clérigos na Igreja. A ocupação do espaço geográfico pelos componentes da Igreja obedece a uma disciplina e a uma hierarquia e acontece de forma semelhante na polícia militar. Ocupar o terreno significa obter o controle por meio da distribuição de poder. Devido a esta similitude tão próxima, não poderíamos deixar de comentar a respeito. Desde o Vaticano, Sede da Igreja, até à paróquia mais próxima de nossa casa há uma sistemática mitigação do poder eclesial distribuído de forma sistemática entre os componentes da Igreja. Desde o papa ao padre, cada um detém a parcela de poder que lhe é atribuído pela função e pelo cargo que ocupa. O mesmo acontece na polícia militar desde o comandante geral ao soldado novato, cada um detém uma parcela do poder do Estado para o exercício de suas funções.

Em relação aos saber-fazeres profissionais, podemos perceber que o profissional de segurança pública, no caso o policial militar, além de gerenciar ordenadamente o seu dia a dia como cidadão, deve possuir o domínio das qualidades necessárias no momento de sua atuação profissional em nome do Estado. Combinar e ponderar os diversos saberes além de ser um desafio inerente à sua atividade requer perspicácia e uma constante atualização profissional. Dentro desta perspectiva, esse policial militar necessita de habilidades e competências voltadas diretamente aos pilares básicos da educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Os aspectos relacionados à formação do policial militar possuem componentes técnicos baseados nos princípios do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos, da Sociologia, além de outras disciplinas ligadas a área das Ciências Humanas.

Os aspectos ligados à hierarquia e disciplina militar, tendo em vista que são as bases por que se fundamentam as Corporações militares, são o ponto de partida e chegada ao que tange às concepções de formação do profissional policial militar. Fora da hierarquia e disciplina não há concepção de matriz formativa. Os currículos formativos são oriundos da reflexão a respeito dos saber-fazeres inerentes ao policial militar.

Pensar na formação continuada para estes profissionais requer políticas de valorização da Corporação, a qual possui por meta “servir e proteger” a sociedade. Some-se a isto que a própria Corporação deve fomentar estas políticas por meio de suas metas organizacionais de educação ou por meio do controle social. Preparar profissionalmente este agente de cidadania: o policial militar é um dever que está ligado diretamente à própria existência da Corporação.

Ao longo do capítulo que se finda foram apresentados e analisados os aspectos inerentes à formação policial militar, as bases por quais se permeiam esta formação, e também foram analisadas as preponderâncias do “servir e proteger” como elementos que justificam a atribuição da polícia militar enquanto órgão responsável pela segurança do cidadão. No capítulo III explanaremos sobre a formação do Oficial na APMT, os seus aspectos curriculares de forma ampla, o perfil Profissiográfico e a inter-relação entre formação humana e a formação na APMT.

CAPÍTULO III

CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR TIRADENTES DE PALMAS (APMT): CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

No capítulo anterior tratamos das concepções de formação policial militar no que diz respeito aos seus valores epistemológicos do “servir e proteger”. Tratamos dos saber-fazer necessários à formação do policial militar, bem como discorremos sobre a sua inter-relação com as concepções de formação humana. Neste capítulo, abordaremos os pressupostos do currículo nacional proposto pela Secretaria Nacional de Segurança pública SENASP, o contexto da formação na Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), a epistemologia presente no projeto político pedagógico do Curso de Formação de Oficiais (CFO), os valores necessários ao perfil Profissiográfico do Oficial Combatente, ou seja, do Bacharel em Segurança Pública, egresso da Academia Policial Militar Tiradentes (APMT). Abordaremos também os componentes curriculares, a interdisciplinaridade e a transversalidade entre estes elementos, assim como a matriz curricular do Curso de Formação de Oficial da PMTO à luz da formação integral. Finalizando, foram analisados os Eixos fundamental, profissional e complementar constantes na matriz do CFO, no que diz respeito às suas correlações com a formação profissional e humana.

3 A matriz curricular nacional da SENASP

A Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu Art. 39, declara que a educação profissional no Brasil está “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, e conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 2010). Esta mesma lei afirma que a Educação Superior tem por finalidade “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da

humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (Art. 43, inciso IV, Lei 9.394/96).

A matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, editada e revisada pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança pública (SENASP), é o referencial teórico-metodológico que orienta a formação dos profissionais da área de segurança pública - Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino. Esse termo “matriz” é apresentado como uma combinação de diferentes variáveis composta de elementos não lineares na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais, que possam traduzir “pontos comuns” que caracterizem a formação em segurança pública.

Constitui-se assim numa base curricular com ênfase propedêutica e baseada nas necessidades formativas do Sistema de Segurança pública no Brasil englobando as forças policiais e órgãos correlatos, sejam no âmbito federal ou estadual. Esta necessidade é justificada principalmente devido haver uma preocupação do Governo Federal em manter uma unidade relativa aos aspectos formativos e doutrinários das polícias e órgãos pertinentes no Brasil.

A SENASP e as instituições de segurança pública responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações formativas para os profissionais da Segurança pública compartilham o pensamento de que o investimento e o desenvolvimento das ações de formação são necessários e fundamentais para a qualificação e o aprimoramento dos resultados das instituições que compõem o sistema de segurança pública frente aos desafios e às demandas da sociedade (BRASIL, 2008, p. 06).

As ações formativas de segurança pública têm como objetivo geral favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num estado democrático de direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância. Como objetivos específicos buscam levar os formados a posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo para mediar conflitos e tomar decisões;

perceber-se como agente transformador da realidade social e histórica do país; conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira; conhecer e dominar diversas técnicas e procedimentos, inclusive os relativos ao uso da força, e as tecnologias não letais para o desempenho da atividade de segurança pública, e utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação das instituições e dos profissionais de segurança pública.

Os princípios da matriz curricular estão classificados em três grandes grupos:

- Éticos que enfatizam a relação existente entre as ações formativas, a transversalidade dos direitos humano e a eficiência policial incorporando a compreensão e valorização das diferenças propiciando o acesso a conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que valorizem a cidadania e à justiça social.
- Educacionais que apresentam as linhas gerais que fundamentam as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública devem ser expressas por meio de um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das Políticas Públicas de Segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.
- Didático-pedagógicos que orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública. Devem possibilitar a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultem das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes dos profissionais da área de segurança pública, concretamente envolvidos nas experiências que vivenciam no cotidiano da profissão. Implicam também em pressupostos voltados à universalidade, interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes.

As áreas temáticas que compõem o currículo contemplam os conteúdos indispensáveis às ações formativas que devem estar alinhados ao conjunto de competências cognitivas, operativas e atitudinais. À orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas, associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais, adquiridas progressivamente, e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas da área de Segurança Pública.

Conforme referendado no documento orientador do currículo SENASP, o termo ‘currículo’ não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso ou o conjunto de conteúdos programáticos, mas abrange a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que deve ser flexível, possibilitando a promoção de debates e sua reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo (PERRENOUD, 2001).

Tomando como referência esses fundamentos, o documento apresenta o conceito de competência como a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, ou seja, saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual. (PERRENOUD, 1999, p. 30).

São abordados três conjuntos de competências:

- Competências cognitivas que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.
- Competências operativas que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.
- Competências atitudinais que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações, a matriz curricular nacional fornece, na elaboração das competências e objetivos, nos significados dos eixos

articuladores e das áreas temáticas, no desenho do currículo, nas diretrizes pedagógicas e na proposta metodológica, subsídios e instrumentos que possibilitam às academias e centro de formação a elaboração de caminhos para que o profissional da área de segurança pública possa, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

Essas competências possuem uma relação estreita com os eixos ético, legal e técnico que, de acordo com Balestreri (1998), estão presentes nos quatro pilares da educação propostos pela UNESCO: ‘aprender a aprender’, ‘aprender a fazer’, ‘aprender a ser’ e ‘aprender a conviver’ e com as dimensões do conhecimento: ‘saber’, ‘saber fazer’ e ‘saber ser’ (BRASIL, 2008, p. 9).

Essas abordagens devem levar as áreas temáticas e os eixos articuladores a serem trabalhados de forma sistêmica, ou seja, a partir da inter-relação dos campos de conhecimentos. Os itinerários formativos devem abordar os direitos humanos vinculados à diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração, devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública.

A dinâmica e a flexibilidade da matriz curricular se encontram nas infinitas possibilidades de interação existentes entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. Os eixos articuladores estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional. Eles devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas. Quatro eixos compõem esta matriz: sujeito e interações no contexto da segurança pública; sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo; sociedade, poder, estado e espaço público e segurança pública; ética, cidadania, direitos humanos e segurança pública; diversidade, conflitos e segurança pública (BRASIL, 2008).

As áreas temáticas devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de Segurança pública e sua capacitação para o exercício da função. Na elaboração da Matriz estão elencadas oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos que são tratados nos currículos dos cursos de formação policial. Cada área temática define um espaço de conteúdos que

serão trabalhados pelas áreas de conhecimento, e são: sistemas, instituições e gestão integrada em segurança pública; violência, crime e controle social; cultura e conhecimentos jurídicos; modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos; valorização profissional e saúde do trabalhador; comunicação, informação e tecnologias em segurança pública; cotidiano e prática policial reflexiva; funções, técnicas e procedimentos em segurança pública.

4 A formação na Academia Policial Militar Tiradentes (APMT)

A APMT é uma unidade de execução de ensino da Polícia Militar do estado do Tocantins cuja principal atribuição é a formação, aperfeiçoamento e capacitação dos profissionais de segurança pública pertencentes à Polícia Militar do estado do Tocantins por meio de variadas técnicas de ensino aliadas às mais diversas metodologias de aprendizagem. Busca, portanto, formar indivíduos capazes de exercerem de maneira profissional, íntegra, eficiente, ética e moral as funções inerentes as atividades policial militar, as quais corroboram com sua missão precípua de suprir as necessidades sociais e resguardar o interesse público de manutenção da ordem pública. Com o lema: “Formar Comandantes. Proteger a Sociedade”, a APMT constitui-se na “casa do saber” da PMTO devendo materializar as aspirações institucionais no campo da pesquisa, ensino e formação profissional como um todo.

Em consonância com esta orientação, o ensino na PMTO possui caráter profissional, engloba o ensino superior de graduação e o ensino técnico finalístico que prepara as Praças que executam a atividade fim da Corporação³⁹. As demais formações ofertadas possuem natureza de adaptação ou aperfeiçoamento dependendo da especificidade e do quadro a que pertence o policial militar. A APMT tem a missão de promover o ensino aos integrantes da polícia militar que se preparam para o exercício da atividade profissional em defesa da sociedade, tendo por referência a ciência pedagógica, a técnica policial e as relações humanas.

De acordo com a Lei de Organização Básica da PMTO,

³⁹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reza em seu art. 83 que: “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino”.

A APMT, vinculada tecnicamente à Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP), é responsável por formar, aperfeiçoar e especializar Oficiais e Praças da Corporação e de coirmãs.

Parágrafo único. Podem ser criados, por ato do Comandante Geral, Núcleos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização - NFAE nas Unidades da Corporação, vinculados à DEIP (TOCANTINS, LC 79/2012, Art. 16.).

Desta forma, a APMT tem a responsabilidade na capacitação profissional dos policiais militares tocantinenses, ainda que não seja de forma exclusiva. A Academia Policial Militar Tiradentes, localizada em Palmas, concentra a maioria dos cursos realizados pela PMTO, listados na Figura 05 – Anexo I.

A filosofia de atuação da APMT fundamenta-se nos seguintes objetivos acadêmicos:

- incentivar o militar a desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro de cidadão patriota, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades;
- propiciar ao acadêmico a busca e a pesquisa continuadas de informações relevantes no que tange ao seu papel social;
- desenvolver no militar a visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos;
- estimular o acadêmico à saudável prática de atividade física, buscando o seu desenvolvimento físico e incentivando a prática habitual do esporte.

Tem com visão de futuro ser o referencial nacional na administração de ensino e preparação de policiais militares para o exercício da profissão policial militar. Os valores acadêmicos são:

- saber que flui em todas as direções nas organizações de ensino e essência do preparo cognitivo necessário ao desenvolvimento mental e físico de todo ser humano;

- ética que norteia o comportamento do ser humano e é tão necessária ao desempenho da atividade profissional, pois disciplina o hábito, purifica as intenções e normatiza as ações do policial militar; e
- honra que se fundamenta no sentimento de dignidade própria que leva o homem a procurar merecer e manter a consideração pública.

Destaca-se, portanto, que o objetivo central da APMT é o ensino e a aprendizagem como forma de construção do caráter, profissionalização, crescimento sociocultural, bem como assimilação de valores pessoais e profissionais para o bom desempenho da função policial militar, onde as atividades são direcionadas aos policiais militares visando cada vez mais a melhoria dos serviços prestados não somente à sociedade tocantinense em geral, como também àqueles que passam pelo Estado.

4.1 Princípios do ensino na APMT

O ensino na APMT possui princípios, normas, características, peculiaridades, objetivos, estrutura didático-pedagógica e planos de cursos definidos de forma ampla na legislação específica do ensino militar. Esses princípios possuem uma relação interdisciplinar com os pilares básicos para a educação do século XXI recomendados pela UNESCO e prescritos na Comissão Jacques Delors (UNESCO, 1996), quais sejam: “aprender a conhecer” (*learning to know*); “aprender a fazer” (*learn to do*), “aprender a ser” (*learn to be*) e “aprender a conviver” (*learn to live together*) articulados com os seguintes princípios:

- Compreensão e valorização das diferenças: princípio de caráter ético, normativo-legal e prático que trata dos direitos humanos e a cidadania, privilegiando o respeito à pessoa e a justiça social nas diversas ações educativas, envolvendo conteúdos teóricos, técnicos e práticos destinados à capacitação dos profissionais da segurança pública comprometidos com uma identidade e uma imagem profissional compatíveis com as políticas nacionais e a implementação das políticas de segurança pública.

- Formação e qualificação profissional continuada: princípio de caráter educacional e de constante envolvimento com estudos vinculados a questões reais e práticas e que incentiva a atenção aos demais segmentos do sistema penal, da esfera pública e da sociedade civil.
- Flexibilidade, diversificação e transformação: princípio que abrange a educação em segurança pública entendida como um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das políticas públicas de segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.
- Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes: princípio que apoia processos educativos de interação, de busca de motivações, discussão de saberes, de escuta de contribuições diferenciadas, sustentados pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia, o enfrentamento de novos desafios e a construção democrática de saberes. Atende ao desenvolvimento da capacidade de lidar com questões complexas, mobilizando conhecimentos oriundos de disciplinas e saberes distintos, da literatura científica, da prática profissional e da vivência pessoal.
- Valorização do conhecimento anterior: princípio educacional que trata da reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias do saber policial para o saber prévio dos atores concretamente envolvidos na experiência social e profissional, eliminando a visão de que “somente os especialistas são detentores do saber”.
- Valorização do conhecimento da realidade: princípio que fundamenta as políticas pedagógicas a partir do diagnóstico geral e circunstanciado da situação das políticas e ações de educação em segurança pública das diversas regiões do país, oferecendo uma imagem clara das realizações, carências, necessidades e demandas. O diagnóstico, por seu caráter participativo, envolve vários segmentos sociais e institucionais que lidam com questões de segurança pública nos diversos níveis hierárquicos: policiais civis e militares, corpo de bombeiros, delegados e oficiais, diretores, especialistas e docentes de instituições educacionais, autoridades públicas

municipais, estaduais e federais, representantes de grupos sociais organizados, pesquisadores e outros.

- **Integração:** princípio que trata da construção do conjunto das ações de educação em segurança pública, com diretrizes comuns, elaboradas participativamente, levando-se em conta as experiências bem sucedidas já existentes, buscando por um lado a integração entre as instituições formadoras tradicionais e, por outro, a participação das demais instituições envolvidas com educação e ensino como universidades, centros de formação de recursos humanos, ONGs, entre outros.
- **Abrangência e capilaridade:** princípio que trata da garantia de que o maior número possível de pessoas, profissionais, organizações seja alcançado por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas.
- **Universalidade:** refere-se a conteúdos, métodos e referências veiculados de maneira padronizada no conjunto das ações (a noção de cidadania ou algumas técnicas policiais, por exemplo), levando-se em conta a diversidade que caracteriza o país.
- **Articulação, continuidade e regularidade:** princípio que visa dar consistência e coerência aos processos, através da implementação da formação dos formadores e da constituição de uma rede de informações e inter-relações que possibilitará disseminar os paradigmas de políticas democráticas de segurança pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.
- **Qualidade e atualização permanente:** princípio que trata da garantia e do reconhecimento da excelência das ações formativas submetidas a processos de avaliação e monitoramento sistemáticos realizados segundo modalidades diferentes e o compromisso com a sociedade.

Associa-se a esses princípios, o entendimento de formação como um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à intervenção social, como oportunidade para repensar o próprio posicionamento ético e político e de analisar e aprimorar a prática, constituindo espaço para partilha e debate sobre questões complexas das situações enfrentadas no trabalho policial militar.

4.2 O currículo do curso de Formação de Oficiais da APMT

O Curso de Formação de Oficiais tem por objetivo formar os oficiais do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) ou Combatentes. É realizado durante 03 (três) anos, em período integral, e atualmente está estruturado em 4.670h/a (quatro mil seiscentas e setenta horas/aulas) para integralização do curso⁴⁰. (Ver Anexo II).

Em conformidade com o projeto político pedagógico do curso, o perfil Profissiográfico do Oficial QOPM assume as seguintes características:

- espírito pragmático, de pesquisa e a atitude crítico-reflexiva;
- concepção do processo de formação continuada como necessidade premente a ser perseguida com tenacidade;
- habilidade para comandar tropas, gerir pessoas e coordenar as atividades de forma motivada e inovadora;
- conhecimento teórico-filosófico e prático sobre a estrutura organizacional e gerencial da PMTO;
- potencial para gerir crises e conflitos com habilidades técnicas;
- conhecimento de diplomas, correntes e técnicas jurídicas para proceder em circunstâncias diversas;
- apreço e respeito pela proteção aos direitos humanos e pela disciplina e valores policiais militares;
- aptidão e motivação para agir proativa e reativamente e para desenvolver planos e projetos de ação;
- aptidão para a docência;
- capacidade de comunicação e de interagir com a comunidade;
- responsabilidade ético-política enquanto cidadão.

⁴⁰ A Matriz Curricular do CFO é revisada anualmente com vista a atender às dinâmicas da profissão e a constante evolução da sociedade. Nos anos 2010, 2011 e 2012, houve uma reformulação das matrizes curriculares as quais foram cursadas pela mais recente turma de Oficiais, a 5ª Turma. As matrizes possuem eixos articuladores, os quais servem de estrutura à transversalidade de conteúdos. Estes eixos estão alinhados às áreas temáticas que por sua vez buscam a operacionalização das competências, cognitivas, operativas e atitudinais. (SENASP, 2008, pg. 07) do profissional em segurança pública.

Para uma compreensão do perfil Profissiográfico do Oficial Combatente da PMTO, em conformidade com as concepções curriculares inerentes ao Curso de Formação de Oficiais, Bacharelado em Segurança Pública, os egressos deverão apresentar as seguintes competências e habilidades:

Competências nos processos de assimilação e acomodação da informação:

- compreender o ser humano e suas relações com o meio social e com a natureza;
- assimilar/acomodar ordens e cumpri-las em conformidade com a lei;
- desenvolver a pesquisa e apreço pela formação contínua;
- memorizar informações relevantes de uso cotidiano e de organizar e localizar com facilidade as que sejam requeridas eventualmente;
- ter habilidade no trato e na busca de informações atuais sobre a cultura e a dinâmica socioeconômica que se modifica cotidianamente.

Competência interpessoal e de gestão

- relacionar-se cordialmente com outros, respeitando as diversidades étnicas, culturais, político-filosóficas e socioeconômicas (aprender a conviver);
- gerir crises e conflitos com e técnicas específicas;
- comandar tropas, gerir pessoas e materiais, e coordenar as atividades de forma motivada e inovadora.

Competência Didático-Pedagógica e de Comunicação

- realizar preleções e instruções à tropa e de ofertar palestras e seminários ao público interno e externo;
- desenvolver campanhas atinentes à educação para o trânsito, de preservação do meio ambiente e de combate à violência e à criminalidade;
- fazer uso da linguagem verbal e não verbal de modo eloquente, com objetividade e clareza;
- poder de persuadir pessoas, dissuadindo-as de intentos contrários à lei e à conveniência social.

Competência Crítico-Reflexiva

- efetuar análises críticas concernentes às informações textuais, numéricas, gráficas, sonoras e visuais;
- ser crítico para avaliar as diversas circunstâncias sócio-políticas que terminam por influenciar os processos administrativos da corporação e como tal sugerir mudanças que promovam o progresso contínuo da PMTO;
- fazer uso do raciocínio lógico;
- refletir criticamente sobre a atual conjuntura socioeconômica do estado e do país e entender os seus processos históricos de formação;

Competência ético-moral

- compreender com apreço a disciplina, a hierarquia e os valores policiais militares bem como contribuir para a disseminação e fortalecimento da cultura policial militar no seio da tropa;
- discernir entre o bem e o mal, o certo e o errado e como tal pautar sua conduta em conformidade com os valores éticos da Corporação e da sociedade em que vive.

Competência Intrapessoal

- habilidade no trato e soluções de problemas pertinentes a si próprio;
- gerir suas emoções e conflitos com inteligência e equilíbrio tenaz, de modo que os mesmos não venham a interferir nos atos de seu ofício e tampouco causar conturbações abrasivas em sua vida pessoal ou social;
- gerenciar mudanças em sua vida afetiva e em suas concepções de mundo, quando as mesmas não convierem mais com o seu espírito motivador e com os requisitos do que acredita como felicidade e sucesso.

Competência na elaboração de planos e projetos

- coordenar a elaboração e execução de projetos sociais que intentem a melhoria de qualidade de vida da comunidade;

- efetuar planos pertinentes à corporação e de traçar as estratégias necessárias para alcançá-los;
- executar planos didático-pedagógicos e projetos interdisciplinares;
- elaborar planos e projetos operacionais atinentes à segurança pública;
- gerenciar o tempo, distinguindo a hierarquia das necessidades de atuação com base na gravidade, urgência e tendência dos processos institucionais.

Competência Jurídica

- compreender a relevância dos direitos humanos e de propagar o respeito e a desmistificação dos mesmos;
- discernir que procedimentos legais devem ser observados em diversas ocorrências e de instruir a tropa acerca dos mesmos;
- efetuar e redigir termos jurídicos no ato de exercício de competência de polícia judiciária militar.

Competência ético-política

- refletir a respeito de seu papel ético-político na sociedade em que se insere, e como tal pleitear melhorias na qualidade de vida das pessoas;
- perceber-se enquanto cidadão portador de direitos e deveres;
- compreender-se como sujeito político ativo e como tal compartilhar as responsabilidades pelos avanços e regressos da sociedade tocantinense e nacional.

Competência psicomotora e de higiene biopsicossomática

- adequar-se ao ritmo e cadência de uma tropa quando em deslocamento;
- efetuar golpes de defesa pessoal e de terceiros embasando-se nos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e da conveniência;
- manusear com precisão armas não letais, arma de fogo e demais equipamentos de usos das polícias militares;

- conceber o esporte enquanto atividade precípua ao seu pleno desenvolvimento biopsicomotor e como tal, desvencilhar-se de uma vida sedentária e doentia pela constante prática de atividades esportivas;
- reconhecer na leitura uma forma de assepsia mental e como tal uma necessidade constante para o desenvolvimento de uma vida saudável.

O currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO) ministrado pela APMT vai além de um rol de conteúdos e matérias, mas envolve toda a política de ensino da instituição bem como todos os fatos decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem, além dos professores e alunos e do próprio corpo administrativo. O currículo é dotado de concepções crítico-reflexivas. Os componentes curriculares são distribuídos em três blocos e subdivididos em três eixos conforme as similaridades existentes e os objetivos pertinentes a cada disciplina no que concerne à construção de competências e habilidades específicas. (Anexo II).

4.2.1 Eixo Fundamental

Tem por finalidade a construção de competências precípua à existência humana, ao desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo e da consciência ético-político, servindo como ponte e alicerce para a assimilação de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que as disciplinas do eixo profissional propõem-se a desenvolver. Desta forma, inserem-se no eixo das disciplinas/competências básicas os diversos ramos do Direito Positivo, Filosofia, Sociologia, Comunicação social, Dinâmica de grupo, Economia política, Informática, Leitura e Redação, Metodologia Científica, Ciência da Comunicação, Psicologia, Ética, dentre outros afins, conforme classificação exposta na matriz curricular.

Neste eixo, busca-se trabalhar com o direito positivado e as suas decorrências sociais focando-se em conteúdos de natureza humanística voltada à diversidade social, de gênero e de promoção dos direitos, além de especificidades da atuação profissional. Do total de 4670 horas do currículo, esse eixo fundamental contempla uma carga horária de 800 h (1º ano); 660 h (2º ano) e 380 h (no 3º ano) perfazendo 1840 h, correspondendo aproximadamente a 39% da carga horária total do curso.

A análise do ementário induz ao entendimento de que os conteúdos desse eixo fundamental, ao partir do princípio epistemológico da polícia “servir e proteger”, aproximam-se dos saberes cognitivos e atitudinais. Ou seja, os fundamentos desse eixo, embora busquem propiciar uma formação humanística e filosófica, remetem a conteúdos pragmáticos que dão suporte ao entendimento da complexidade profissional e social.

4.2.2 Eixo profissional

Contempla os objetivos mais específicos tangenciados à formação policial militar, à consciência da hierarquia e disciplinas militares bem como à análise crítica acerca das concepções e políticas pertinentes à segurança pública. Tem por finalidade precípua a formação crítico-reflexiva do profissional de segurança pública munido dos valores policiais militares do respeito, da camaradagem, da motivação e de uma disciplina tenaz quanto ao cumprimento de seu ofício. Compõem este rol, as disciplinas: Ordem Unida, Instrução Geral, Trabalho de comando, Controle de distúrbios civis, Policiamento comunitário, Tiro policial, Educação física, Policiamento ostensivo geral, Noções de bombeiro, Táticas de ações policiais, Atividade de inteligência, criminalística, defesa pessoal, e demais elencadas na estrutura curricular do curso.

Neste eixo, busca-se trabalhar com os saberes operativos específicos da atuação profissional com ênfase nos saberes-fazer. Do total de horas do currículo, esse eixo profissional contempla uma carga horária de 820 h (1º ano); 630 h (2º ano) e 660 h (no 3º ano) com o total 2110 h, correspondendo aproximadamente a 45% da carga horária total do curso.

4.2.3 Eixo de Atividades Complementares

Estes conteúdos, que contemplam a carga horária de 720 horas, distribuídas nos três anos, buscam o aprimoramento das competências e habilidades construídas nos dois outros eixos. Trata-se do polimento dos conceitos, procedimentos e atitudes adquiridos e que precisam ser complementados para que não caiam no esquecimento ou mesmo cresçam sem brilho e sem o corolário finalístico da formação. Assim, este eixo de atividades complementares é composto por: palestras, conferências, estágio

supervisionado, trabalho de conclusão de curso, treinamento desportivo e orientação educacional.

O estágio supervisionado é realizado nos Batalhões Operacionais da PMTO, onde os discentes assumem atividades tanto no âmbito operacional quanto administrativo, devendo confeccionar relatórios ao término. Durante o estágio, os formandos são continuamente supervisionados e avaliados por oficiais designados especificamente para este fim. Esta atividade funda-se, mormente, no desenvolvimento do espírito pragmático e na conciliação da teoria com a prática, oportunizando aos cadetes um instante prazeroso de ação-reflexão-ação e de preparação para o exercício das atribuições às quais estarão investidos quando formados. Permite que o estagiário amplie e consolide os conhecimentos construídos, proporciona-lhe oportunidades para exercitar atividades de comando em nível operacional da instituição, além de permitir ao discente a Autoavaliação de sua vocação profissional.

O Trabalho de conclusão de curso (TCC) é componente curricular obrigatório e deve ser elaborado individualmente, com tema a ser pesquisado e definido pelo próprio cadete, desde que atenda aos seguintes requisitos: conteúdo atinente à segurança pública e de relevância para as instituições policiais militares e ao desenvolvimento social.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) é composto pela matriz curricular que analisaremos a seguir. É importante salientar que a dinâmica curricular do CFO passa por revisões a cada turma, sendo a apresentada aqui a matriz relativa à 5ª Turma, ou seja, a mais recente, ministrada aos egressos de abril de 2013.

4.3 Análise dos eixos formativos

Conforme se depreende da inter-relação entre os eixos formativos, podemos perceber que 39% da carga horária do CFO corresponde aos componentes presentes no eixo fundamental. Como o próprio nome diz, este eixo possui contornos essenciais na formação do policial militar, pois, este atua diretamente junto ao cidadão e deve, por atribuição constitucional, revestir-se de preparo humanístico que o capacite como tal.

A existência da polícia traz em si um carácter epistemológico de atuar em situações onde crises ou situações de anormalidades nas relações sociais podem ocorrer. Desta forma, o profissional policial militar deve ter a capacidade de conviver com

outros, ou numa visão mais ampla, segundo Delors (UNESCO, 1996) “aprender a conviver” (*learn to live together*). Esta aptidão está para o policial militar em uma razão que suplanta a mera relação entre os indivíduos. Pressupõe-se assim que o policial tem que ser um mediador de conflito por excelência. Como o policial poderá compreender esta vertente do conflito por que permeia a sociedade? Somente se puder responder a este questionamento ao debruçar-se sobre os fundamentos da complexidade social, os quais devem lhe ser oportunizados durante o período de formação profissional, mais especificamente nos conteúdos constantes do eixo fundamental, que trata da formação humanística.

Dentre os conteúdos do eixo fundamental, percebe-se que o Direito está estratificado em disciplinas específicas, tais como: Direito Penal, Processual Penal, Civil, Humanos, Constitucional, Especial além de outras. Tal situação é compreensível tendo em vista que a atuação policial se resume a uma “promoção” ou garantia de direitos do cidadão. O policial militar, dentro de sua área de atribuição, é o indivíduo responsável pela garantia de direitos de outrem quando estes sofrem violação ou ameaça de violação no decorrer das relações interpessoais.

O Direito é uma das formas que a sociedade lança mão para a mediação de conflitos. Como ciência engloba os aspectos relativos à formação das sociedades, define as relações de convivências, expressa as condicionantes necessárias às obrigações sociais e suas consequentes sanções a que estão sujeitos àqueles que infringem a norma. Desta forma, a norma surge como símbolo valorativo pelo qual se minimiza conflitos. Assim, para cada violação da norma há uma competente sanção imposta a seu infrator. Uma das vertentes para compreensão da formação das sociedades pode ser tomada a partir da forma como esta sociedade referenciada concebe e aplica as normas do Direito no cotidiano.

Dentro do contexto da formação humanística, ressalta-se que os conteúdos formativos devem englobar as relações intrapessoais (compreensão de si e de sua representação social) e as relações interpessoais (compreensão do outro a partir de si mesmo). Estas compreensões correspondem aos pilares básicos da educação para o século XXI, Delors, (1996) “saber ser” e “saber conviver”. Ao analisar o mais recente edital de seleção para o CFO, a respeito da avaliação psicológica dos candidatos a futuros oficiais da PMTO, diz que,

A avaliação psicológica para fins de seleção é um processo, realizado mediante emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e científicos padronizados, que permite identificar **aspectos psicológicos** do candidato para fins de prognóstico do desempenho das atividades relativas aos cargos de Oficial da Polícia Militar, visto que tais atividades submetem o indivíduo a **fortes pressões** externas e **emocionais**, risco de vida, de invalidez, de contágio por doenças, de degeneração do estado de saúde mental, porte e uso de arma de fogo, risco de lesão corporal, de responsabilidade civil, penal e administrativa. (TOCANTINS, Edital nº 001/2009, item 8.2, grifei).

Nas situações elencadas no edital de seleção, pode-se perceber que as atividades exigidas do oficial policial militar se pautam por fortes pressões emocionais, oriundas da especificidade da profissão e dos riscos inerentes ao se tratar diretamente com situações de “desconcerto” e de conflito quando do atendimento de ocorrências policiais.

Na vertente dos traços incompatíveis ao oficial, o mesmo edital cita que,

São considerados traços de personalidade **incompatíveis** para a inclusão na Corporação:

- a) descontrole emocional;
- b) descontrole da agressividade;
- c) descontrole da impulsividade;
- d) alterações acentuadas da afetividade;
- e) oposicionismo a normas sociais e a figuras de autoridade;
- f) dificuldade acentuada para estabelecer contato **interpessoal**;
- g) funcionamento intelectual abaixo da média, associado ao prejuízo no comportamento adaptativo e desempenho deficitário de acordo com sua idade e grupamento social;
- h) distúrbio acentuado da energia vital de forma a comprometer a capacidade para ação depressão ou elação acentuada. (TOCANTINS, Edital nº 001/2009, item 8.6, grifei).

Quanto aos traços de personalidade incompatíveis com a profissão, ao analisar o respectivo edital, pode-se dividir as características em dois grupos, sendo o primeiro grupo composto por: a) descontrole emocional; b) descontrole da agressividade; c) descontrole da impulsividade. d) alterações acentuadas da afetividade. Este grupo foca as características no aspecto do “aprender a ser”. O segundo grupo composto pelos traços de personalidades: e) oposicionismo a normas sociais e a figuras de autoridade; f) dificuldade acentuada para estabelecer contato interpessoal; g) funcionamento intelectual abaixo da média, associado ao prejuízo no comportamento adaptativo e desempenho deficitário de acordo com sua idade e grupamento social; h) distúrbio

acentuado da energia vital de forma a comprometer a capacidade para ação depressão ou relação acentuada. Este grupo foca as características no aspecto do “aprender a conviver”.

Depreende-se que as características psicossociais necessárias e pertinentes ao oficial policial militar, inicia-se no processo seletivo ao se excluir dele aqueles candidatos que não possuem o perfil desejado ao profissional em questão. Uma vez aprovado o candidato, ao adentrar na Corporação, ele passará pelo período de formação profissional e ao final espera-se que esteja em condições de “servir” e “proteger” a sociedade, dentro de sua especificidade.

Ao se analisar a matriz curricular do CFO, infere-se que dentro do eixo fundamental ou qualquer outro eixo, não há disciplinas, ou atividades didáticas específicas que trabalhem de forma aprofundada o desenvolvimento psicossocial necessário ao oficial policial militar. Resulta que não há direcionamento pedagógico que busque ampliar e desenvolver a capacidade psicológica deste discente durante o período formativo. Nota-se que os testes psicológicos aplicados durante o certame, são um fim em si mesmo, pois, o que se exigiu durante a avaliação psicológica, não é objeto de estudo durante o decorrer do curso. Deve se levar em conta que ao candidato aprovado nos testes psicológicos, ao iniciar o curso deveria ser oportunizado a ele formas de potencializar a sua capacidade psicossocial.

Na matriz curricular, a disciplina Psicologia Aplicada tem o objetivo apenas de uma compreensão superficial dos conceitos amplos da psicologia e dos aspectos psicossociais do ser humano. Obviamente, tratar conceitos de forma teórica difere em muito de atividades teórico-práticas que permitiriam ao futuro oficial ter uma compreensão do seu papel enquanto ator social e ao mesmo tempo compreender-se enquanto ser humano.

No que diz respeito aos aspectos psicológicos da formação do oficial militar, é importante ponderarmos sobre a Inteligência Emocional (IE), ou seja, a inteligência que ao agir, leva em conta a emoção, o controle psicológico, a ponderação de valores intrínsecos e extrínsecos à pessoa. Goleman, (1995) afirma que a inteligência é demonstrada na forma como resolvemos as nossas emoções. A inteligência emocional seria a capacidade de autoconsciência, controle de impulsos, persistência, empatia e habilidade social. Assim de acordo com este entendimento, a inteligência emocional se

apresenta no funcionamento combinado e harmônico entre o cérebro emocional e o racional para melhorar as relações sociais e as relações de trabalho.

Diante deste fato depreende-se que “Uma repressão contínua das emoções provoca apatia e alterações graves do comportamento, mas, igualmente, deixar que as emoções superem com demasiada frequência a razão leva a patologias indesejáveis” (AGÜERA, 2008, p. 90). O autor enfatiza, ainda, que a depressão, a ansiedade, a violência, a euforia doentia são exemplos de extremos que devemos evitar.

Dessa forma o policial militar, durante a sua atuação, deverá agir com inteligência emocional, porém isso requer aprendizado emocional. Segundo Agüera (2008, p. 96), este aprendizado se processa através do aumento da competência emocional, pessoal e social, pois, aprende-se também que existem fatores que dificultam a educação emocional, tais como: stress pós trauma, ansiedade, depressão e raiva. Eis que os policiais militares precisam ser treinados para agirem de acordo com as necessidades exigidas pela Lei e pelo desejo da sociedade, principalmente no campo emocional.

A inteligência emocional, no que diz respeito à sua essência e à sua aplicação prática, está inserida dentro do contexto emocional das pessoas. Desta forma ela deve ser adaptada de acordo com a atividade desempenhada, e ainda conforme a personalidade de cada indivíduo. Portanto, a ausência de atividade curricular que trate dos aspectos psicossociais na formação dos oficiais, reflete diretamente no resultado do trabalho policial, seja individual ou coletivo perante a sociedade.

Essa questão deve ser tratada não somente na atuação policial, mas deve ser levada em consideração na vida do policial militar. Assim, as habilidades próprias da inteligência emocional são mais importantes que as da inteligência analítica, ao se levar em conta que o ambiente de atuação do profissional policial militar geralmente é de conflito (carregado de emoções) e que necessita de assertividade de ações a serem tomadas.

Verificou-se pela matriz curricular do CFO que não há uma abordagem sobre a contextualização teórica da Inteligência Emocional, nem tampouco há atividades pedagógicas práticas que tratem deste tema. Desta forma, enfatiza-se a necessidade de se repensar a formação do oficial policial militar para o gerenciamento de conflitos. É necessário um aprimoramento na relação intrapessoal e interpessoal rumo a um eficaz

gerenciamento das emoções do profissional envolvido. Partindo deste princípio, fica evidente a necessidade de que seja inserido o aprendizado emocional, para um complemento entre razão e emoção no desempenho das atividades policiais militares junto à comunidade, seja em situação de prevenção ou de repressão, pois o profissional deverá ter em mente o equilíbrio de suas ações, com intuito de evitar ou amenizar conflitos em suas relações profissionais.

Como foi falado anteriormente sobre o perfil profissiográfico do oficial da PMTO, deve-se na sua formação focar o campo das relações interpessoais, pois, este colaborador deve estar preparado para assumir papéis notáveis dentro da Corporação, tais como ser um líder, um motivador, ter criatividade, inovação e acima de tudo ter lealdade e responsabilidade com base no equilíbrio racional e emocional. Desta forma, o equilíbrio entre razão e emoção, constitui fator que se processa diante de uma habilidade diferenciada nos dias atuais e pela capacidade de um melhor aproveitamento nos relacionamentos interpessoais e intrapessoais, motivados também pelas mudanças que acontecem a cada dia dentro do cenário profissional.

O mais importante ao se tratar de inteligência emocional é saber que ela, por se tratar de uma habilidade, pode ser potencializada e direcionada por meio de estudos pertinentes de acordo com a profissão a ser desempenhada. No caso do policial militar, a inteligência emocional serve de base para que sua atuação atenda aos interesses sociais, ao bem comum e à resolução de conflitos.

Ao analisar o eixo profissional verifica-se que este possui aproximadamente 50% da carga-horária do CFO. Apesar de ser salutar o aprofundamento nos saberes operativos relativos ao exercício profissional do policial militar, é necessário que aliado a estes saberes o policial domine com maior amplitude e maior evidência as competências dos saberes cognitivos e atitudinais. Percebe-se que pela matriz do CFO há uma inversão destes valores, ou seja, destas competências. Enquanto 39% dos conteúdos são destinados ao eixo fundamental (saberes cognitivos e atitudinais), 50% é destinado ao eixo profissional (saberes operativos). Isto posto, resulta numa formação que dá maior ênfase aos conhecimentos profissionais específicos, ou seja, enfatiza-se os conhecimentos procedimentais, aqueles inerentes às ações reais de atuação, conforme especificados no Capítulo II.

Tendo em vista que a presente pesquisa trabalha os fundamentos da formação integral, aquela que busca a formação humana “corpo e mente”, ou seja, a Paideia, conforme se discutiu durante o decorrer do Capítulo I, é importante se abordar alguns pontos relativos a esta formação. A pretensão de se conseguir suscitar a formação integral do policial militar deverá ser pautada pela amplitude dos conteúdos que tratam da formação humanística.

Todavia, entende-se que o caminho para se chegar ao modelo ideal de polícia para a sociedade é árduo. As polícias precisarão fazer uma articulação de ações, compreensão e identificação de seus problemas, buscando melhores soluções, com tratamentos diferenciados para cada caso, dentro de um contexto democrático. Tais medidas incidem diretamente sobre a qualificação,[...] a atualização das técnicas policiais com enfoque para a formação profissional. (HAMADA, 2008, p. 20)

É preciso levar em conta que o policial militar poderá ter condições de compreender o outro a partir de si mesmo quando a ele forem ofertadas as condições que favoreçam esta compreensão. Por princípio, a educação profissional do policial deve focar as relações interpessoais com o cidadão. Ao atuar na segurança pública ostensiva e preventiva, portando o principal signo representativo que é o uniforme e seus apetrechos, este policial deve inspirar confiança na sociedade em que vive. O cidadão ao avistá-lo de relance, sentirá a sua sensação de segurança aumentada. O infrator ao ouvir o toque das sirenes do veículo da polícia militar cessa a sua ação criminal, pois, sabe que ali está chegando o “homem da Lei”. Estas representatividades da profissão devem ser difundidas, discutidas e implementadas nos currículos formativos.

A formação do policial militar não pode ser direcionada tendo um viés teórico reprodutivo, pois, ao “formar-se” o policial será por excelência um ator crítico-reflexivo ao atuar junto à sociedade. Ele assumirá papel de relevância, pois, será o “superego” social como diz Balestreri (1998, p. 09).

A polícia é, portanto, uma espécie de superego social indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contenedora do óbvio caos a que estaríamos expostos na absurda hipótese de sua inexistência. Possivelmente por isso não se conheça nenhuma sociedade contemporânea que não tenha assentamento, entre outros, no poder da polícia.

Partindo deste pressuposto, não se concebe um policial “reprodutor” de ideologias dominantes. A aceitabilidade da atuação policial na sociedade passa obviamente pela “peneira” do controle social. Ao mesmo tempo em que o policial é superego social ele também sofre uma ação reflexa por parte da sociedade no sentido do controle da assertividade de sua atuação. Neste caso a legitimidade se obtém pela força do exemplo e pela compreensão do papel social do “servir e proteger”. Surge daí a relevância da formação policial em assumir características humanísticas, e no caso do presente estudo, deve-se priorizar maior carga-horária ao eixo que trata das humanidades, ou seja, o eixo fundamental.

Ao ser ofertada ao policial uma educação preconizada no “aprender a conviver” aumentam-se as chances de que sua atuação seja pautada pelo respeito às regras de convivências harmoniosas. Salienta-se que o policial militar é ao mesmo tempo sujeito e predicado na difusão de uma convivência pacífica, ordeira. Ele representa a Lei não por si mesmo, mas como um condutor, uma pessoa que minimiza conflitos e restaura a paz. A ação policial para ser legítima carece de ressonância social, ou seja, a legitimidade provém de ações legais, éticas, crítico reflexivas sobre o contexto em que se assenta a sociedade na qual o policial atua. Desta forma ressalta-se que o eixo de formação fundamental, no caso do currículo do CFO, deve constituir-se a ênfase da formação policial militar do egresso da APMT. A este eixo devem ser alocados os conteúdos que fundamentam a base da sociedade. O estudo detido das disciplinas humanísticas deve atender a dois requisitos: permitir ao policial militar conhecer a si mesmo (aprender a ser) para que possa compreender o outro a partir de si (aprender a conviver).

Outra questão não menos importante diz respeito à própria situação do policial, o qual é portador do Poder do Estado, ou seja, em uma análise sócio-política deve representar os desígnios da sociedade, o interesse da coletividade.

Fazer com que a Lei seja respeitada pelo cidadão constitui-se em “um dos lados da moeda” da atribuição inerente ao policial militar. O outro lado implica em dizer que ele também deve cumprir a Lei. Tal situação é decorrente das questões ético-profissionais e do seu caráter de agente público a serviço da sociedade. Neste ponto

decorrem também as questões relacionadas à disciplina da formação, aquela que conduz à obediência dos regulamentos e das Leis.

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 1987, p. 196).

O autor acima insere as relações de poder no contexto formativo da disciplina e da obediência. Assim, a disciplina torna-se então uma referência valorativa basilar na formação do policial militar enquanto agente público. No contexto das polícias pós-modernas deve se entender que a disciplina visa não a uma obediência “cega”, mas sim a uma obediência que tem por parâmetro os limites legais e regulamentares. A formação do policial possui características e pressupostos que não se encerram apenas durante o curso de formação. Em outras palavras, o arcabouço apreendido durante o período formativo necessita ser “testado” e aprimorado nas relações cotidianas do profissional, no contato com a sociedade.

Nestas condições, pode haver “desvio de poder” ou abuso decorrentes destas relações. Assim, a formação não pode focar no excesso de formalismos e normas, deve antes buscar a compreensão da natureza do ser humano. Deve tratar o conflito como fenômeno social que se processa nas diversas sociedades, pois, a existência do conflito é motor de dinâmica social. Os formalismos do processo formativo do policial não devem ser confundidos com uma pedagogia que priorize a “transmissão” de valores, mas, devem ser analisados do ponto de vista ético a partir da sua função social do “servir e proteger”. Tal situação deve englobar a compreensão das diferentes culturas e na valorização das diferenças existente na sociedade. A ética pressupõe o respeito ao ser humano e às suas concepções. Formar para a diversidade implica na aprendizagem de conteúdos humanísticos por excelência. Em suma a ética profissional, ou a ética deontológica deve sobrepor à estética. Ambas são importantes, contudo, a ética se sobressai devido ao seu caráter epistemológico do respeito ao outro (aprender a conviver).

Há situações nas quais de relance pode-se ter o erro de impressão que a atividade policial militar é deveras uma consequência do “cumprir e fazer cumprir a Lei”. Este fato não se coaduna com a natureza da atuação tendo em vista que neste contexto está o

agir junto à sociedade. A sociedade, como se sabe, tem os seus matizes tornando-se cosmopolita seja em um país, Estado ou ainda em se tratando de uma comunidade específica no caso das etnias ou comunidades isoladas. A formação policial para atender ao todo deve pautar-se por estas variáveis. Daí resulta a necessidade de se fortalecer os conteúdos curriculares que têm por objetivo a compreensão humana e suas diferenças.

De forma paradoxal, a concepção que a sociedade possui a respeito da função policial se resume em uma atividade que está a “serviço do Estado” e não a “serviço do cidadão”. Tomado por esta ótica, o cidadão suprime a reflexão de que o Estado existe em função do cidadão e, por conseguinte, dele não pode alijar-se. Esta inversão de percepção tende a se fortalecer caso o Estado negligencie a formação humanística do policial. Estas razões suscitam a necessidade do currículo formativo tratar dos aspectos dinâmicos por que passam as sociedades.

Partindo da dinâmica social, as concepções de educação para o século XXI, tratam justamente da necessidade do indivíduo em compreender de forma ampla e participar dos processos que definem o conhecimento dos paradigmas emergentes.

De qualquer forma, o conhecimento permanece como uma aventura para a qual a educação deve fornecer o apoio indispensável. O conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento, deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanentes. (MORIN, 2000, p.30).

Assim a incerteza do conhecimento deve servir de suporte à produção do novo conhecimento abrindo-se novas possibilidades que tornam pertinente o conhecimento daí advindo. O policial militar formado tendo por princípio o conhecimento das antropologias sociais tende naturalmente a perceber as diferenças culturais em cada comunidade em que atua. O policial é um “nômade” na prestação do seu serviço, pois, deve estar pronto para “servir e proteger” a sociedade numa diversidade de espaços geográficos exigidos pela Corporação.

Cada espaço comporta uma cultura com seus conhecimentos, mitos, ritos, valores éticos e percepções diferentes a respeito dos mesmos fenômenos sociais. Uma infração legal em uma determinada cultura pode não ter a mesma relevância em outra localidade, outra comunidade. A exemplo pode-se citar que em uma dada cidade o ato

de conduzir uma motocicleta sem o uso de capacete é infração ao código de trânsito; em outra localidade, o uso do referido “equipamento obrigatório” pode ser interpretado como um subterfúgio para que o condutor da motocicleta possa cometer crimes e não ser reconhecido devido a estar com a cabeça coberta. Assim, nesta última localidade a norma dos usos e costumes impõe ao condutor que não use o capacete. Em ambos os casos, a Lei, ou no caso específico o código de trânsito rege que os condutores de motocicletas usem capacetes. Percebe-se que neste caso a atuação do policial deve ser de acordo com a cultura local para que a Lei cumpra os seus fins. O fim da Lei é a paz social, a qual se obtém quando o policial compreende o seu papel de minimizar o conflito advindo das relações sociais.

O currículo do curso de formação de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes compõe-se de disciplinas que historicamente se relacionam ao contexto da formação humana de forma ampla. Foram tratadas e analisadas as condicionantes sociais desde os primórdios da educação a qual nesta pesquisa iniciou-se com a Paideia Grega no IV século a.C., perpassou pela Idade Média, onde o poder da Igreja, devido à sua influência, definiu as concepções de educação baseadas na Patrística e Escolástica; mais tarde estudou-se o Humanismo no século XV e XVI, abordou-se o Renascimento no século XVIII; depois pesquisou-se o século XIX onde surgiram várias teorias educacionais; analisou-se o século XX, o qual iniciou-se com a Pedagogia Nova, surgindo posteriormente a educação Tecnicista Produtivista, nas décadas de 60 e 70, Neotecnicismo na década 80, e mudanças de paradigmas em meados da década de 90 iniciando-se as novas proposituras e desafios da educação contemporânea, a qual deveria pautar-se pelos quatro pilares básicos da educação para o século XXI, quais sejam: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e “aprender a conviver”, propostos pela ONU através da Comissão Jacques Delors (1996).

Nesta pesquisa nota-se que a inter-relação entre as condicionantes da formação humana ampla e as condicionantes da formação militar conduz à compreensão de cada disciplina que compõe o currículo do curso de formação de oficiais da APMT.

Amplamente explanado neste trabalho, percebeu-se que o CFO é o curso que prepara o egresso da APMT, ou seja, o futuro Oficial para o exercício de comandar tropa, coordenar e controlar as ações administrativas e operacionais da Corporação.

Este Oficial deve estar preparado para atuar em consonância com a Lei, promovendo Direitos Humanos e planejando as ações a serem realizadas pela Polícia Militar. A importância na formação do oficial reveste-se de particular responsabilidade tendo em vista que ele tem a nobre missão de liderar pessoas, conduzindo-as à eficácia no desempenho de sua função enquanto policiais militares.

Neste trabalho evidenciou-se que a hierarquia e disciplina militares são tomadas como bases de valores da Corporação e como estes dois pilares são dinamizados dentro da polícia militar. Observou-se que todos os demais valores militares emanam-se destes dois princípios, sem os quais não há de se falar em polícias militares e instituições congêneres.

Dentro do que foi exposto a respeito dos saberes-fazeres profissionais, ficou demonstrado que o profissional de segurança pública, no caso o policial militar, além de gerenciar o seu dia a dia como cidadão deve possuir o domínio das qualidades necessárias no momento de sua atuação profissional em nome do Estado. Combinar e ponderar os diversos saberes inerentes à atividade policial além de ser um desafio requer perspicácia e uma constante atualização profissional. Dentro desta perspectiva, o policial militar necessita de habilidades e competências que abordem diretamente os pilares básicos da educação para o século XXI.

Depreende-se ao analisar o currículo do CFO APMT que há uma particularidade que permeia todas as componentes curriculares, qual seja, a manifestação da hierarquia e disciplina militares. Tomando estas duas premissas como referencial, observou-se que os aspectos ligados à hierarquia e à disciplina militar são a base das concepções de formação do profissional policial militar. Fora da hierarquia e disciplina não há concepção de matriz formativa. Delas partem a deontologia militar presente no projeto político pedagógico do curso. Da mesma forma estas premissas estão presentes no perfil Profissiográfico exigido do Oficial QOPM da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO).

Neste trabalho, ficou evidenciado que a educação policial militar, particularmente o foco de estudo que foi o currículo da APMT em relação à formação humana, necessita acompanhar a dinâmica da sociedade nos aspectos formativos, socioeconômicos e políticos culturais. Notou-se que o paralelo entre as componentes curriculares e a sociedade se deve ao fator epistemológico da existência da polícia

militar, a qual sob o lema “servir e proteger” somente será capaz de fazê-lo caso esteja em sintonia com os anseios sociais.

Ao analisar o projeto político pedagógico verificou-se que o curso de formação de oficiais da APMT, é equivalente a curso superior de graduação do sistema civil de ensino. Assim o egresso da APMT possui a graduação de Bacharel em Segurança Pública. Tendo em vista este aspecto, conclui-se que o projeto político pedagógico do CFO, resguardada a sua especificação profissional, possui paralelo formativo no que diz respeito aos cursos superiores de graduação, conforme exigências da legislação de ensino pátrio, mais especificamente a LDB.

A pesquisa demonstrou que os aspectos relacionados à formação do policial militar possuem componentes humanísticos baseados nos princípios do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos, da Sociologia, além de outras disciplinas ligadas a área das Ciências Humanas e Sociais. Apesar de existirem estes componentes, percebe-se que os conteúdos humanísticos presentes no eixo fundamental da matriz curricular do CFO não oportunizam ao policial militar a compreensão eficaz do seu papel enquanto ator social que atua para amenizar ou resolver conflitos advindos das relações sociais, pois, nota-se ausência de estudos que foquem na potencialização da capacidade psicossocial do futuro oficial. Notou-se que o conjunto de conhecimentos discutidos e que são construídos na APMT tem o objetivo de desenvolver no egresso a mentalidade de respeito às leis, a dedicação ao cumprimento do dever, o senso de responsabilidade, o interesse pela comunidade e o fortalecimento das convicções democráticas voltadas para o bem servir à sociedade tocantinense.

Este estudo demonstrou que o ensino na APMT possui normativas éticas voltadas para a expansão da cidadania e da justiça às várias camadas sociais, pois, o profissional atua na resolução de demandas que possuam relevante interesse social. O Oficial ao se comprometer perante a Bandeira Nacional de cumprir o seu dever, mesmo com o risco da própria vida, eleva o seu senso de responsabilidade e altruísmo.

Outra questão importante evidenciada na pesquisa, é que o arcabouço técnico-formativo não se resume apenas ao cumprimento da missão policial no desempenho das atividades de preservação da ordem pública. Por exemplo, há situações em que o policial militar age de maneira complementar a outros órgãos públicos quando estes não cumprem o seu papel, como no caso de atuar em assistência à saúde, conduzindo

peças a prontos-socorros no caso de emergências médicas, ou ainda quando o policial orienta ao cidadão, ao ser por este interpelado, como proceder em situações que não se constituem “caso de polícia”.

Verificou-se, pela análise do projeto político pedagógico do currículo do CFO, que a segurança pública engloba variáveis que permeiam políticas públicas como um todo e não apenas aquelas relacionadas à segurança pública. Notou-se que políticas de inclusão social e de promoção dos direitos do cidadão são imprescindíveis para que a atribuição da polícia militar junto à sociedade tenha sucesso. A polícia militar tem um importante papel de promoção de direitos tendo em vista que está em contato diretamente com o cidadão em todo o território onde atua.

Por fim, ficou evidenciado que a “Paideia” da formação do oficial egresso da APMT está justamente em perceber que as componentes curriculares propostas no currículo do CFO têm por natureza os saberes cognitivos, operativos e atitudinais que se espera do Oficial da polícia militar. Estes saberes geram competências as quais são alcançadas através da inter-relação técnico-científica dos conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção teórica das concepções de formação educacional do homem neste trabalho teve por meta ser o referencial pelo qual se permitiu analisar as concepções de formação do curso de formação de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes (APMT). As concepções do curso de oficiais, ou seja, a educação profissional policial militar discutida neste trabalho demonstra que possui elementos relacionados com as concepções de formação humana no que diz respeito aos conteúdos de formação integral, (Paideia), ainda que de forma hipossuficiente.

A formação profissional aqui pesquisada possui conteúdos da formação integral ao se referenciar que tanto a formação humana ampla e a especificidade da formação profissional devem levar em conta a importância do indivíduo enquanto pessoa e sua consequente contribuição ao desenvolvimento social.

No que diz respeito aos conhecimentos necessários à formação policial militar, evidenciou-se com o presente estudo que eles possuem os princípios da educação para o século XXI: aprender a ser, aprender fazer, aprender conhecer e aprender a conviver. Contudo, em análise do currículo do CFO percebeu-se que estes conhecimentos, apesar de estarem presentes na proposta curricular, não são suficientes para o alcance das habilidades exigidas no perfil Profissiográfico do egresso da APMT. Neste caso, a PMTO exige do policial militar um perfil Profissiográfico do qual a formação ofertada não comporta a sua plenitude, pois, a formação é negligenciada no requisito da formação humanística.

Pelos resultados apresentados, considera-se imprescindível que na matriz curricular de formação dos Oficiais policiais militares tocantinenses seja direcionada maior ênfase aos estudos do Eixo Fundamental, incluindo-se aí os estudos relativos à potencialização da capacidade psicossocial do futuro oficial, englobando os aspectos sociais da compreensão de si mesmo e da interação com o outro, mormente os aspectos relacionados à inteligência emocional (IE). Isto se justifica tendo em vista que este eixo é o que trabalha a formação humanística, conforme ficou demonstrado. Ao se enfatizar os estudos neste eixo busca-se consequentemente a melhoria do desempenho destes profissionais de segurança pública que lidam diuturnamente com a sociedade na qual fazem parte e estão inseridos.

Como forma de buscar qualificação constante para o profissional de segurança pública que atua junto à sociedade sugere-se que, aliado ao preparo técnico-humanístico atual, sejam implementadas políticas educacionais de treinamentos que identifiquem as deficiências e busquem a potencialização das capacidades: comportamental, pessoal e profissional, principalmente o trabalho em equipe com vistas a fortalecer o “aprender a conviver”.

Foi observado neste estudo, que os desafios da polícia militar na área formativa concentram-se no campo dos saberes cognitivos e atitudinais necessários à formação do Oficial de polícia. Em outras palavras, percebeu-se que o currículo relativo à formação do Oficial egresso APMT não contempla eficazmente o domínio dos saberes relacionados às antropologias sociais. Sabe-se que a sociedade cada vez mais anseia por eficiência na segurança pública e na quase totalidade das vezes que necessita do socorro estatal, ela conta primeiramente com a polícia militar que pode ser acionada diuturnamente seja pessoalmente ou por meio do fone 190 (emergência).

Oportunizar o saber profissional eficaz, mediar de maneira satisfatória demandas interpessoais dos que chamam pela central de emergência são desafios da educação policial. A formação deve proporcionar vivências que possibilitem ao policial militar uma postura autônoma e técnica para atuar de maneira efetiva no cumprimento de sua responsabilidade social.

Esta pesquisa pretendeu abrir horizontes para estudos acadêmicos a respeito da formação do policial militar. Pelo estudo realizado na Academia Policial Militar Tiradentes, especificamente o ensino do CFO, pode-se perceber que a PMTO tem implementado políticas públicas de ensino profissional com vistas à formação do Oficial QOPM, o gerente da Corporação.

É importante destacar que este trabalho não esgota o assunto. A discussão sobre formação policial em segurança pública é complexa, dinâmica e trata-se de assuntos nevrálgicos quando se referencia implementação de políticas públicas pelo Estado.

Este estudo é um convite à reflexão e aponta sugestões fundamentadas para a instrução policial militar na busca da formação integral, tendo por “fio condutor” o conceito “Paideia”. Apontamentos técnicos que visam contribuir para a melhoria do serviço policial militar na atuação social são bem-vindos e fazem parte dos “inputs”

necessários à reflexão e reformulação curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia Policial Militar Tiradentes.

Finalmente, o estudo ora apresentado não impõe atestar que a ênfase no eixo fundamental do currículo do CFO constitua-se numa solução para que a APMT possa ofertar a formação integral ao policial militar. O estudo fomenta a discussão de que a formação do policial militar com base na formação humanística permite a este profissional ampliar a sua eficácia junto à sociedade. Isto favorece condições para que este ator social compreenda a complexidade das sociedades e atue na minimização de conflitos buscando a paz social. A formação focada na compreensão humanística possibilita ao policial militar compreender-se enquanto ser humano (aprender a ser) e de igual maneira compreender o outro a partir de si mesmo (aprender a conviver).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÜERA, Guilera L. **Além da inteligência emocional: As cinco dimensões da mente.** São Paulo: cengage Learning, 2008. 247 p.

ALMEIDA, Milton José de. O triunfo da escolástica, a glória da educação. In: **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 26, n. 90, p. 17-39, Jan./Abr. 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BALESTRERI, Ricardo Brizolla. **Direitos humanos: coisa de polícia.** Passo Fundo/RS: CAPEC, Paster Editora, 1998.

BERTRAND, Yves. **Teorias Contemporâneas da educação.** 2 ed., Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 28 ed., São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Gráfica do Senado, 2012.

_____. Leis e Decretos. **Lei 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no Diário Oficial de 20/12/1996, Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. Leis e Decretos. **Decreto-Lei nº 667/1969.** Reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados, dos territórios e do distrito federal, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial de 03/07/1969, Brasília: Governo Federal, Presidência da República, 2013.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo, SP: Editora UNESP, 1999.

CIRIBELLI Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de mestrado.** Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

DURANT, Will. **The Reformation (The story of civilization VI).** A history of European civilization from Wyclif to Calvin: 1300-1564. World Library, Inc. 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ed. 1984.

_____, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

GAULTIER, Clermont. TARDIF, Maurice. **A pedagogia**: teorias e práticas da Antiguidade a nossos dias. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Tradução por Marcos Santarrita. 81ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. 375 p.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. **Matriz curricular nacional para ações formativas em segurança pública**. 2008.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **Ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais**: análise do efeito-professor no curso técnico em segurança pública. UFMG. Belo Horizonte, 2008.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**. A Formação do homem grego. 4ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

LE BOTERF, GUY. **Desenvolvendo a competência dos Profissionais**. 3ed. rev. Ampl. Porto Alegre: Artmed 2003.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. 4ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 1999.

LYOTARD, Jean François. **The Postmodern condition: a Report on knowledge.** Translation from the French by Geoff Bennington and Brian Massumi, Manchester University Press: Manchester, 1984.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo.** 36.ed. São Paulo: Malhe: 2010.

MONROE, Paul. **A text-book in the history of education.** The Macmillan Company, New York, 1905.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Trad. Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Terezinha. **A escolástica no debate acerca da separação dos poderes eclesiástico e laico.** São Paulo: Mandruvá, 2005.

_____. **Agostinho e a Educação Cristã: um olhar da História da Educação.** In Notandum nº 17, Feusp/IJI: ESDC / CEMOrOC, Universidade do Porto, 2008.

_____. **Universidade, cidade e liberdade no século XIII: uma perspectiva de análise na história da educação.** In: **Revista de Avaliação da Educação superior.** Campinas: Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p. 261-276, jul. 2013.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Formando professores profissionais.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3ed. Rio de Janeiro: Autores associados, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOCANTINS. Poder Executivo. **Medida Provisória nº 001**. Define a estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Estado, 1989.

_____. Poder Executivo. Polícia Militar. Academia Policial Militar Tiradentes – APMT. **Processo de Equivalência do CFO como curso superior de graduação. 2008.**

_____. Poder Executivo. Polícia Militar. Quartel do Comando Geral, **Edital nº 001/2009**. Concurso público para seleção de vagas ao Curso de Formação de Oficiais (CFO), 2009.

_____. Poder Executivo. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Portaria SEDUC nº 642/08, de 11/02/2008, publicada no **Diário Oficial nº 2.597 de 25/02/2008**, Declara o Curso de Formação de Oficiais - CFO, Bacharelado em Segurança Pública EQUIVALENTE a curso de graduação do Sistema Civil.

_____. Poder Executivo. **Decreto nº 4.907/13, de 11/10/2013**. Declara equivalente ao Curso de graduação do Sistema Civil o Curso de Formação de Oficiais - Bacharelado em Segurança Pública.

_____. Poder Legislativo. **Lei Complementar nº 79 de 27 de abril de 2012**.

_____. Poder Legislativo. **Lei nº 1.437 de 03 de março de 2004**.

UNESCO. Learning: The Treasure Within. Report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century. Universitaires de France: Paris, 1996.

ANEXOS

ANEXO I

Figura 05 Cursos realizados na APMT 1998-2013.

ANO DE CONCLUSÃO	CURSO	QUANTIDADE E DE FORMANDOS
1998	Curso de Formação de Sargentos/98	39
	Curso de Formação de Soldados CFSD/98	129
1999	Curso de Especialização de Polícia Ambiental/99	49
2000	Curso de Capacitação e Especialização Ambiental/00	20
2001	Curso de Adaptação Operacional para a Banda de Música/01	28
	Curso de Adaptação Operacional para Oficiais Especialistas/01	98
	Curso de Adaptação de Bombeiros/01	48
	Curso de Atualização Técnica /CAT/01	46
	Curso de Atualização Técnica /CAT	44
	Curso de Atualização Técnica /CAT	40
	Curso de Formação de Soldados CFSD/2001	237
2002	Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas / CHOE	27
	Curso de Atualização Técnica /CAT	27
	Curso de atualização técnica /CAT	30
	Curso de atualização técnica /CAT	38
	Curso de atualização técnica / CAT	36
	Curso de atualização técnica / CAT	35
	Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas / CHOE	28
	Curso de Atualização Técnica / CAT	31
	Curso de Instrutores de Distúrbios Civis	26
	Curso de Atualização Técnica/CAT	26
	Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas/CHOE	26
	Curso de Habilitação de Cabos/CHC	40
	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos/CAS	40
	Curso de Habilitação de Sargentos/CHS	49
2003	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos/CAS	38
	Curso de Habilitação de Cabos/CHC	72

	Curso de Habilitação de Sargentos/CHS	44
	Curso de Habilitação de Oficiais da Administração/CHOA	38
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos/CAS	40
	Curso de Habilitação de Cabos/CHC	51
	Curso de Habilitação de Sargentos/CHS	84
	Curso de Formação de Oficiais/CFO-1º ano/1ª turma	40
	Curso de Formação de Soldados/CFSD	169
2005	Estágio para Praças Especialistas em música	28
	Curso Formação de Oficiais/CFO – 2º ano /1ª turma	36
	Curso Formação de Oficiais/CFO – 1º ano/ 2ª turma	42
	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos/CAS	81
	Curso de Formação de Soldados/CFSD	49
	Curso de habilitação de cabos/CHC	85
	Curso de habilitação de sargentos/CHS	40
2006	Curso Formação de Oficiais/CFO – 3º ano/ 1ª turma	36
	Curso Formação de Oficiais/CFO – 2º ano/ 2ª turma	40
	Curso Formação de Oficiais/CFO – 1º ANO/ 3ª turma	40
	Curso Especial de Habilitação de Sargentos/CEHS	80
	Curso Especial de Habilitação de Cabos/CEHC	80
	Curso de Formação de Soldados/CFSD	202
	Curso de Habilitação de Sargentos/CHS	40
	Curso de Habilitação de Cabos/CHC	40
2007	Curso Formação de Oficiais/CFO – 3º ano/ 2ª turma	40
	Curso de Habilitação de Oficiais da Administração/CHOA	40
	Curso Formação de Oficiais/CFO – 3º ano/ 2ª turma	40
	Curso Formação de Oficiais/CFO – 2º ano/ 3ª turma	39
	Estágio de adaptação para oficiais do quadro de Saúde e oficiais do quadro de especialistas	12
	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos/CAS	42
	Curso de Formação de Soldados/CFSD	80
	Curso de Habilitação de Cabos/CHC	30
2008	Curso Formação de Oficiais/CFO – 1º ano/ 4ª turma	43
	Curso formação de oficiais/CFO – 3º ano/ 3ª turma	39

	Curso de Habilitação De Sargentos/CHS	43
	Curso Técnico de Polícia Judiciária Militar	50
2009	Curso de Formação de Oficiais/CFO-2º ano/4ª turma	43
	Curso de Habilitação de Cabos/CHC	67
2010	Curso de Formação de Oficiais/CFO-3º ano/4ª turma	43
	Curso de Formação de Oficiais/CFO-1º ano/5ª turma	44
	Curso De Habilitação De Cabos/CHC	100
2010	Curso Especial de Habilitação de Oficiais da Administração/CEHOA	97
	Curso de Habilitação de Oficiais e Praças da Saúde	20
	Curso Especial de Habilitação de Cabos – CEHC	60
	Curso de Habilitação de Cabos – CHC	40
2011	Curso de Formação de Oficiais/CFO-1º ano/5ª turma	44
2012	Curso de Formação de Oficiais/CFO-2º ano/5ª turma	44
2013	Curso de Formação de Oficiais/CFO-3º ano/5ª turma	44

Fonte: Seção de Ensino da Academia Policial Militar Tiradentes/2013.

ANEXO II

**Figura 06 - Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Estrutura Curricular e Carga Horária -CFO I)**

EIXO DO ENSINO	NR	D I S C I P L I N A S	CARGA HORÁRIA
ENSINO ACADÊMICO FUNDAMENTAL	1	Sistemas, Instituições e Gestão em Segurança Pública	40
	2	Comunicação Social	40
	3	Estrutura Econômica e Social do Tocantins	30
	4	Código de Ética e Disciplina – Legislação e Procedimentos	40
	5	Psicologia Aplicada	30
	6	Direitos Humanos I	40
	7	Direito Penal I	60
	8	Teoria Geral da Administração	50
	9	Economia Política	50
	10	Informática	40
	11	Inglês Aplicado I	30
	12	Instrução Geral I	60
	13	Introdução ao Estudo do Direito	60
	14	Metodologia Científica I	40
	15	Filosofia Aplicada	30
	16	Português, Leitura e Redação	50
	17	Redação Oficial e Militar	40
	18	Sociologia Aplicada	30
	19	Direito Penal Militar I	40
TOTAL DA ÁREA DO ENSINO ACADÊMICO FUNDAMENTAL			800
ENSINO ACADÊMICO PROFISSIONAL	20	Armamento e Equipamento I	50
	21	Telecomunicações	40
	22	Defesa Pessoal Policial I	40
	23	Controle de Distúrbios Cíveis	40
	24	Educação Física I	120
	25	Estatística Aplicada I	30
	26	Pronto Socorrismo	40
	27	Técnicas de Busca e Abordagem	60
	28	Noções de Bombeiros	30
	29	Ordem Unida I	60
	30	Policamento Comunitário	20
	31	Policamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário	60
	32	Policamento Ostensivo Geral	60
	33	Tiro Policial I	60
	34	Estágio Supervisionado I	110
TOTAL DA ÁREA DO ENSINO ACADÊMICO PROFISSIONAL			820
S U B T O T A L			1.620
ATIVIDADES ACADÊMICAS	35	Palestras e Conferências	20
	36	À Disposição do Comando da APMT	40

COMPLEMENTAR ES	37	TREINAMENTO DESPORTIVO	Atletismo	80	80
			Judô	80	
			Futebol	80	
			Natação	80	
T O T A L D E H O R A S A U L A S					1.760

Fonte: Seção de Ensino da Academia Policial Militar Tiradentes/2013.

**Figura 07. Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Estrutura Curricular e Carga Horária -CFO II)**

EIXO DO ENSINO	NR	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	
ENSINO ACADÊMICO FUNDAMENTAL	1	Comunicação Organizacional	40	
	2	Português, Leitura e Redação II	30	
	3	Violência, Cultura e Criminalidade	30	
	4	Criminalística	50	
	5	Ciências Políticas	40	
	6	Direito Constitucional	60	
	7	Direito Penal II	60	
	8	Legislação Especial	60	
	9	Direito Penal Militar II	50	
	10	Direito Processual Penal I	40	
	11	Direito Processual Penal Militar I	60	
	12	Gestão de Pessoas	40	
	13	Chefia e Liderança	40	
	14	Inglês II	30	
	15	Direitos Humanos II	30	
ENSINO ACADÊMICO PROFISSIONAL	16	Educação Física II	100	
	17	Ordem Unida II	30	
	18	Instrução Geral II	30	
	19	Administração Material e Patrimonial	30	
	20	Trabalho de Comando I	40	
	21	Controle de Distúrbios Civis II	40	
	22	Tiro Policial II	40	
	23	Defesa Pessoal Policial II	30	
	24	Policiamento de Guardas e Estabelecimento Prisional	30	
	25	Segurança de Dignitários	30	
	26	Policiamento e Legislação Ambiental	40	
	27	Polícia Comunitária (Nível Promotor)	40	
	28	Didática	30	
	29	Direito Administrativo I	60	
	30	Abordagem Policial I – Prática	60	
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	31	Estágio Supervisionado II	120	
	32	A Disposição da Divisão de Ensino	20	
	33	Treinamento Desportivo	Futebol	80
			Judô	
Atletismo				
Natação				
TOTAL C/H			1510	

Fonte: Seção de Ensino da Academia Policial Militar Tiradentes/2013.

**Figura 08. Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Estrutura Curricular e Carga Horária - CFO III)**

EIXO DO ENSINO	NR	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
ENSINO ACADÊMICO FUNDAMENTAL	1	Estatística Aplicada II	30
	2	Etiqueta Social	30
	3	Metodologia Científica II	70
	4	Oratória	30
	5	Planejamento Estratégico	30
	6	Direito Administrativo II	30
	7	Direito Civil	30
	8	Direito da Infância e da Juventude	40
	9	Direito Penal III	30
	10	Direito Processual Penal Militar II	40
	11	Direitos Humanos III	20
ENSINO ACADÊMICO PROFISSIONAL	12	Didática Policial Militar	30
	13	Treinamento Físico Militar	100
	14	Abordagem Policial Prática II	40
	15	Administração Financeira e Orçamentária	40
	16	Atividades de Inteligência	30
	17	Operações em Biomas: Cerrado, Pântano e Floresta	40
	18	Curso Proerd	30
	19	Defesa Civil	30
	20	Gerenciamento de Crises	60
	21	Medicina Legal	30
	22	Ordem Unida III	50
	23	Processo e Procedimento Administrativo	30
	24	Técnicas e Tecnologias não Letais	30
	25	Tiro Policial Defensivo – Método Giraldi	80
	26	Trabalho de Comando II	40
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	27	Estágio Supervisionado III	50
	28	Pesquisa para elaboração do TCC	220**
	29	A disposição do comando da APMT	40**
	30	Palestras	20**
	31	TCC / Comunicação	30
	32	TCC / Ensino	
	33	TCC / Gestão em geral	
	34	TCC / Inteligência e Contra Inteligência	
	35	TCC / Assistência Social e Saúde	
	36	TCC / Planejamento	
	37	TCC / Técnica Policial Militar	
	38	TCC / Tecnologia da Informação	

TOTAL C/H	1400
-----------	------

Fonte: Seção de Ensino da Academia Policial Militar Tiradentes/2013.

* Para o somatório da carga horária total observa-se que o tempo destinado ao TCC não é cumulativo para efeito de tempo de aulas. Assim, a carga horária total de duração do CFO III é 1.400h/a.

** O tempo destinado a Pesquisa para elaboração do TCC, a disposição do Comando da APMT e Palestras não contam para fins de pró-labore.

**Figura 09 - Curso de Formação de Oficiais 5ª Turma da APMT.
(Resumo a respeito da oferta do CFO pela APMT).**

Modalidade:	Bacharelado presencial
Regime de funcionamento:	Seriado anual
Turnos de funcionamento:	(matutino e vespertino)
Número de turmas:	1 turma de alunos por entrada anual
Carga horária total:	4.670 horas/aulas
Período mínimo de integralização curricular	3 anos
Período máximo de integralização curricular	5 anos
Vigência:	a partir de 2010.

Fonte: Seção de Ensino da Academia Policial Militar Tiradentes/2013.